

MARE NOSTRUM

Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo



Ano 2017

Número 9

ISSN: 2177-4218

Uma publicação do Laboratório de Estudos sobre o Império
Romano e o Mediterrâneo Antigo - Universidade de São Paulo

MARE NOSTRUM. ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO

Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo.

LEIR-MA-USP: <http://leir.fflch.usp.br/>

V. 8, N. 9/2017 – Brasil

ISSN: 2177-4218

Universidade de São Paulo

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História

Equipe Editorial

Editor Coordenador

1. Norberto Luiz Guarinello, Universidade de São Paulo, Brasil

Editores

1. Camila Condilo, Universidade de São Paulo, Brasil
2. Gustavo Junqueira Duarte Oliveira, Faculdade de São Bernardo do Campo, Brasil
3. Uiran Gebara da Silva, Universidade de São Paulo, Brasil

Comissão Editorial

1. Aiste Celkyte, Utrecht University, Holanda
2. Bruno dos Santos Silva, Universidade de São Paulo, Brasil
3. Camila Aline Zanon, Universidade de São Paulo, Brasil
4. Fabio Augusto Morales, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
5. Gabriel Cabral Bernardo, Universidade de São Paulo, Brasil
6. Gilberto da Silva Francisco, Universidade Federal de São Paulo, Brasil
7. Ivan Matijasic, Newcastle University, Reino Unido
8. Juliana Caldeira Monzani, Universidade de São Paulo, Brasil
9. Maria Dolores Casero Chamorro, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
10. Paloma Guijarro Ruano, França
11. Pedro Luís de Toledo Piza, LEIR-MA/USP
12. Tatiana Faia, Universidade de Lisboa, Portugal

Conselho Editorial

1. Alex Degan, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil
2. Carlos Augusto Ribeiro Machado, University of St. Andrews, Reino Unido
3. Fabio Duarte Joly, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
4. Fábio Faversani, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
5. Gilvan Ventura da Silva, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
6. Ivana Lopes Teixeira, Faculdade de São Bernardo do Campo, Brasil
7. Joana Campos Climaco, Universidade Federal do Amazonas, Brasil
8. Juliana Bastos Marques, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
9. Margarida Margarida Maria de Carvalho, Universidade Estadual Paulista, Campus de Franca, Brasil
10. Tatiana Bina, Brasil

Editor de Layout: Uiran Gebara da Silva (uirangs@hotmail.com) e Camila Condilo (camcondilo@cantab.net)

Revisão: Camila Condilo (camcondilo@cantab.net)

Suporte Técnico: Uiran Gebara da Silva (uirangs@hotmail.com)

Responsável: Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo (leir.ma.usp@gmail.com)

Mare Nostrum (São Paulo) [recurso eletrônico]: Revista do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano e Mediterrâneo Antigo da Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História – v. 8, n. 9 (2017) – São Paulo: USP/FFLCH, 2017 –

Anual, v. 1, n.1 (2010) -

Semestral, v. 8, n.8 (2017-)

ISSN: 2177-4218

Modo de acesso: World Wide Web.

Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/marenostrum>>

1. História Antiga. 2. Letras Clássicas. 3. Arqueologia do Mediterrâneo. 4. Filosofia Antiga - Periódicos. I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História.

MARE NOSTRUM.
ESTUDOS SOBRE O MEDITERRÂNEO ANTIGO
2017, NÚMERO 09

ISSN 2177-4218

SUMÁRIO

I. EDITORIAL.....iii

II. ARTIGOS

1. Penélope e Hipermestra, *exempla uxoris*: *dispositio* y ejemplaridad de las *Heroidas* 1 y 14, de Ovidio

Cecilia Marcela Ugartemendía.....1

2. A Relação entre a Democracia Ateniense e as Esposas Legítimas em Aristófanes (Séculos V-IV A.C.)

Bárbara Aniceto.....17

3. A *Terra Sigillata* Africana no Cenário de Estudos Recentes: Produção, Circulação e Estruturas Portuárias

Maria Isabel D'Agostino Fleming.....38

4. Orientações da Arquitetura Minoica e os Corpos Celestes pela Astronomia: Observações sobre a Construção Oblíqua XXIII do Palácio de Malia

Marcos Davi Duarte da Cunha.....69

5. Imagens no *Satyricon*: um Ensaio sobre *Ars Memoriae*

Caroline Morato Martins.....97

6. As Línguas da Itália Antiga: um Breve Panorama

Jasmim Drigo.....117

III. RESENHAS

1. Svenja Nagel, Joachim Friedrich Quack & Christian Witschel (eds) *Entangled Worlds: Religious Confluences Between East and West in the Roman Empire. The Cults of Isis, Mithras, and Jupiter Dolichenus.*

Por Giuseppe Santangelo.....131

I- Editorial

O novo número da *Mare Nostrum* traz artigos em uma variedade de assuntos nas áreas de História, Arqueologia e Letras

Os primeiros dois artigos se concentram em personagens femininas como *topos* literário e como agentes históricos. Em *Penélope e Hipermestra, Exempla Uxoris: Dispositio y Ejemplaridad de las Heroidas 1 y 14, de Ovidio*, Cecilia Ugartemendía argumenta que as epístolas 1 (de Penélope para Ulisses) e 14 (de Hipermnestra para Linceu) são exemplos paradigmáticos de como o comportamento das mulheres deveria ser em uma relação amorosa, servindo não só como elementos chaves na organização das *Heroides*, mas também como justificativa de sua posição estratégica na transmissão do *corpus* ovidiano. A epístola 11 (de Cânace para Macareu) também é analisada na construção de sua análise. A contribuição de Bárbara Aniceto, *A Relação Entre a Democracia Ateniense e as Esposas Legítimas em Aristófanes (Séculos V-IV A.C.)*, questiona a interpretação de que Aristófanes teria representado personagens femininas em lugares públicos como estratégia cômica para provocar riso. Para Aniceto, a esposa legítima seria a responsável pela manutenção/preservação da pólis em Aristófanes. Enquanto tal, as mulheres constituíam uma importante ferramenta empregada pelo dramaturgo como forma de criticar questões políticas de seu tempo.

Na sequência, nós então temos duas contribuições trazendo novas perspectivas sobre os debates em torno da Terra Sigillata Africana (*African Red Slip Ware* - ARSW) e o uso de tecnologias na pesquisa arqueológica. Maria Isabel D'Agostino Fleming oferece um panorama do debate atual acerca da produção e comercialização da *sigillata* e das ânforas africanas no Mediterrâneo em *A Terra Sigillata Africana no Cenário de Estudos Recentes: Produção, Circulação e Estruturas Portuárias*. Fleming destaca a importância dos estudos sobre o mercado doméstico africano e a estrutura portuária necessária para o escoamento da produção (particularmente os portos artificiais) em chamar a atenção para os limites dos modelos clássicos de cerâmica africana, no sentido de prover dados mais precisos acerca da datação, origem e conteúdo dos recipientes, especialmente através da utilização de métodos arqueométricos. Métodos na pesquisa arqueológica, os novos em particular, são o tema abordado no artigo de

Marcos Davi Duarte da Cunha's article, *Orientações da Arquitetura Minoica e os Corpos Celestes Pela Astronomia: Observações Sobre a Construção Oblíqua XXIII do Palácio de Malia*, que nos mostra como as tecnologias como sistemas navegacionais via satélite, softwares de acompanhamento astronômico e imagens de satélite podem ser úteis na análise de edificações minoicas localizadas em Creta. Ao empregar essas ferramentas de pesquisa no seu estudo sobre a *Construção Oblíqua XXIII* em Malia, Cunha sugere que os símbolos nesta e em outras construções da região podem estar relacionados com a observação do movimento dos corpos celestes. O controle sobre o movimento dos corpos celestes era importante, de acordo com o autor, porque ele ajudava estabelecer o melhor período para muitas atividades, como celebrações religiosas, navegação, plantio, colheita, dentre outras.

No quinto artigo, *Imagens no Satyricon: Um Ensaio Sobre Ars Memoriae*, Caroline Martins demonstra a relação estreita entre retórica, memória e arte na Roma Antiga, com ênfase na representação do personagem Trimalquião na obra *Satyricon* de Petrónio. De acordo com Martins, a representação de Trimalquião é um exemplo interessante de como os oradores compunham imagens a partir de uma memória comum partilhada – senão, a audiência não seria capaz de identificar o retrato literário composto pelo autor. Nesse sentido, a autora defende que o tratamento dado a Trimalquião por Petrónio indica uma crítica a respeito da falta de decoro artístico e moral que tinha como alvo não só a classe de libertos, mas também todos os grupos sociais do período neroniano, particularmente a aristocracia. Na última contribuição, *As Línguas da Itália Antiga: Um Breve Panorama*, Jasmin Drigo nos introduz na diversidade linguística da Itália Antiga (séculos VI ao I a.C.).

Este número encerra com uma resenha do livro organizado por Svenja Nagel, Joachim Friedrich Quack & Christian Witschel (2017), *Entangled Worlds: Religious Confluences Between East and West in the Roman Empire. The Cults of Isis, Mithras, and Jupiter Dolichenus*, feita por Giuseppe Santangelo.

PENÉLOPE E HIPERMESTRA, *EXEMPLA UXORIS*: DISPOSITIO Y EJEMPLARIDAD DE LAS *HEROIDAS* 1 Y 14, DE OVIDIO

Cecilia Marcela Ugartemendía¹

RESUMEN: El objetivo de este artículo es justificar la *dispositio* de las *Ep.* 1 (de Penélope a Ulises) y 14 (de Hipermestra a Linceo) en el corpus transmitido en la actualidad. El propósito es demostrar que las epístolas 1 y 14, gracias a las características paradigmáticas de las mujeres que las escriben, son llaves de apertura y clausura de una secuencia de *exempla* mitológicos sobre el buen comportamiento de la mujer en una relación amorosa. Además, discutiremos cómo Cánace, en la *Ep.* 11, se apropia intratextualmente de las virtudes de estas dos mujeres ejemplares para argumentar en su propia defensa. Al admitir sus errores, enfatiza la importancia de virtudes como la *castitas*, la *pudicitia* y la *pietas*, mejor representadas en el corpus por Penélope e Hipermestra.

PALABRAS CLAVE: *Heroidas*; intratextualidad; Penélope; Hipermestra; Cánace.

ABSTRACT: This article discusses the *dispositio* of *Ep.* 1 (from Penelope to Ulysses) and *Ep.* 14 (from Hypermnestra to Lynceus) in the transmitted *corpus*. The purpose is to demonstrate that the epistles 1 and 14, due to the paradigmatic features of the women who write them, are key elements in the opening and closure in the sequence of mythological *exempla* on women's behaviour in a love relationship. Plus, we will discuss how Canace, *Ep.* 11, assumes – intratextually – virtues of the two exemplary women for herself to argue her own defense. By admitting her mistakes, she emphasizes the importance of virtues such as *castitas*, *pudicitia* and *pietas*, best represented in the *corpus* by Penelope and Hypermnestra.

KEYWORDS: *Heroides*; intratextuality; Penelope; Hypermnestra; Canace.

Introducción

Heroidas es una obra de la fase inicial de la carrera poética de Ovidio. La mayoría de los críticos la posiciona después de la primera publicación de los *Amores*. Sin embargo, Knox (1996, p. 6) nota que esta colección de epístolas elegíacas no solo antecede la segunda edición de dicha obra (2 a.C.), sino que, posiblemente, incluso la primera (16 a.C.). Por esto, el crítico deduce que la

¹ La autora es Magíster en Letras Clásicas por la Universidad de São Paulo y doctoranda en el programa de Pos-graduación en Letras Clásicas en la misma institución. Es becaria de doctorado de la FAPESP, en convenio con la CAPES (Proceso 2017/01934-8). Agradecemos a estas instituciones por el apoyo financiero. E-mail: cecilia.7u@usp.br

fecha de publicación más probable (al menos de la mayor parte de los primeros quince poemas) oscila entre el 25 y 16 a.C.

Este corpus se compone de 21 epístolas, divididas en epístolas simples y dobles. Se conocen como simples las primeras quince, cuyos remitentes son mujeres pertenecientes a la tradición poética y mítica que escriben a sus amados ausentes, procurando convencerlos de que retornen junto a ellas.² Las últimas seis, conocidas como dobles, son un intercambio epistolar entre tres parejas de la tradición mítica.³

La transmisión textual de las *Heroidas* es problemática. Esto se debe a la cantidad de manuscritos (en los más de doscientos conocidos raramente se encuentran dos versiones iguales), que ofrecen múltiples lecturas, variaciones y *lectiones*. Escribas, copistas y enmendadores interpretaron y corrigieron sus versos, haciendo de esta colección una obra oscura para la edición textual.

El mayor problema se encuentra en la *Ep.* 15, de Safo a Faón, y en las epístolas dobles. En los mejores manuscritos de estas últimas se omiten importantes pasajes. De hecho, la crítica concuerda en que, dadas las anomalías en la elocución y métrica y el cambio en el tratamiento de los tópicos, las epístolas dobles pertenecerían o bien a la misma época que los poemas del exilio ovidiano, o a un período posterior al clásico, o bien a una obra diferente, inclusive no ovidiana.⁴ Por otro lado, la *Ep.* 15, de Safo a Faón, presenta problemas de transmisión por ser independiente del resto de las *Heroidas*. Apenas sobrevive en un manuscrito medieval – además de en algunos florilegios – en el que está colocada en primer lugar, precediendo a las demás. Ovidio en *Amores* (2.18.26) cuenta que está componiendo las epístolas de una serie de heroínas, entre las que, en último lugar, se menciona a Safo. Daniel Heinsius, en su edición del siglo XVII, guiándose por este poema, coloca la *Ep.* 15 a continuación de las otras. A él se debe la posición de esta epístola en el último lugar de la colección.⁵

² Penélope a Ulises, *Ep.* 1; Filis a Demofonte, *Ep.* 2; Briseida a Aquiles, *Ep.* 3; Fedra a Hipólito, *Ep.* 4; Enone a Paris, *Ep.* 5; Hipsípila a Jasón, *Ep.* 6; Dido a Eneas, *Ep.* 7; Hermíone a Orestes, *Ep.* 8; Deyanira a Hércules, *Ep.* 9; Ariadna a Teseo, *Ep.* 10; Cánace a Macareo, *Ep.* 11; Medea a Jasón, *Ep.* 12; Laodamia a Protesilao, *Ep.* 13; Hipermestra a Linceo, *Ep.* 14 y Safo a Faón, *Ep.* 15.
³ Paris a Helena, *Ep.* 16 – Helena a Paris, *Ep.* 17; Leandro a Hero, *Ep.* 18 – Hero a Leandro, *Ep.* 19 y Aconcio a Cídipe, *Ep.* 20 – Cídipe a Aconcio, *Ep.* 21.

⁴ Sobre esto, véase Jacobson (1974, p. ix); Kenney (1996, p. 21-25); Farrel (1998); Michalopoulos (2006, p. 1ss). Sobre la posible datación y autenticidad, véase más en Knox (2002, p. 117-139).

⁵ Los problemas de la transmisión de las *Heroidas* fueron exhaustivamente estudiados por Dörrie (1960) en un libro dedicado exclusivamente a la transmisión de esta obra y en su propia

No obstante, dejando de lado la epístola de Safo y las particularidades hasta ahora mencionadas, hay consenso en la disposición de los primeros catorce poemas del corpus, compatible con una coherencia interna que permite, incluso, intrarrelacionarlas. Así lo demuestran los trabajos de Stroh (1991, p. 201-244) y Holzberg (1997, p. 84ss.), quienes proponen diferentes formas de agrupar las epístolas según sus relaciones. Conforme estos autores, las quince cartas se pueden dividir en tres grupos. Para Holzberg, cada grupo tiene un tema como hilo conductor: el primero, la esperanza; el segundo, la resignación; el tercero, la desesperación.

A partir de esta tripartición en grupos temáticos, Stroh, por su parte, propone correspondencias que surgen a partir de la posición de las epístolas en el corpus. Según esta propuesta, el orden paralelo de las epístolas de los primeros dos grupos deja en evidencia la correspondencia temática. De este modo, Penélope (*Ep.* 1: primera epístola del primer grupo) e Hipsípila (*Ep.* 6: primera epístola del segundo grupo) son ejemplos de fieles esposas dejadas atrás por sus maridos; Filis (*Ep.* 2: segunda del primer grupo) y Dido (*Ep.* 7: segunda del segundo grupo), abandonadas por el extranjero a quien hospedaron, eligen la muerte para el fin de sus tristezas, etc.

A estos dos grupos sigue un tercero que – Stroh arriesga – puede haber sido publicado posteriormente y presenta un plan de ordenamiento que tiene un efecto de contraste con los primeros. A las fieles y convencionales esposas Penélope e Hipsípila se contraponen la incestuosa Cánace (*Ep.* 11: primera del tercer grupo); Medea (*Ep.* 12: segunda del segundo grupo), en vez de suicidarse preservando su honra, como las otras dos extranjeras a quienes se contraponen perversamente (Filis y Dido), prefiere buscar venganza a través del filicidio y así sucesivamente.

A continuación, buscamos sumar un argumento a la defensa de la *dispositio* con la que el corpus es transmitido en la actualidad. Para esto, nos centraremos en la coherencia de la ubicación de la *Ep.* 1, de Penélope a Ulises, y la *Ep.* 14, de Hipermestra a Linceo. Mediante este análisis, buscamos demostrar que estas dos epístolas funcionan como apertura y clausura, respectivamente, de la secuencia conformada por las primeras catorce epístolas, que funcionan como

edición de las *Heroidas*, Dörrie (1971), que goza hasta hoy de gran autoridad frente a la crítica y presenta la singularidad de reunir las 21 epístolas. Ver también Luck (1969), quien dedica un libro al estudio de la transmisión de Ovidio y propone *stemma* de cada una de las obras.

exempla mitológicos sobre el comportamiento esperable en una relación amorosa. Las dos representan modelos paradigmáticos, resaltando su *pudicitia*, *castitas* y *pietas*. Ese modelo se ve reflejado intratextualmente en la epístola de Cánace (*Ep.* 11). Ella también recurre a la *pietas* para pedir por su hijo a cambio de su vida, pero de forma diferente a Hipermestra y Penélope. Su comportamiento, aunque no sea ideal, se ve recompensado por la decisión de acatar la orden paterna, probando su *pietas* y resaltando al menos una de las virtudes que la asemeja a los paradigmas. Nuestro interés en la epístola de Cánace y su relación con las otras dos surge como posible alternativa a la interpretación propuesta por Fulkerson (2005, p. 67-86), que desarrollaremos en la sección correspondiente.

Coherencia y dispositio

Las mujeres que forman parte de las *Heroidas* tienen carácter paradigmático. Sus historias, en efecto, son utilizadas a modo de *exempla* tanto por Ovidio como por otros autores de la tradición poética anterior a él. En el libro 3 de la *Ars amatoria* (3.339-346), el *praeceptor* recomienda a sus discípulas conocer su colección de epístolas como parte de su aprendizaje. Inclusive, él mismo en diferentes ocasiones se refiere a las mujeres que ‘escriben’ en las *Heroidas* como *exempla* del fracaso en la *ars amandi*. Por esta razón, el corpus de epístolas puede entenderse como una serie de ejemplos destinados al lector/discípulo y funciona como un complemento para el propósito didáctico del poema. Por causa de la falta de este tipo de *ars*, las heroínas fracasan al intentar convencer a sus amantes de volver junto a ellas. Es por eso que el lector recibe las epístolas como un gran *exemplum* de aquello que no se debe hacer en una relación amorosa y como justificativa de la necesidad de un *praeceptor*.⁶

La serie de *exempla* de comportamientos se encuentra enmarcada por las epístolas de Penélope (*Ep.* 1) e Hipermestra (*Ep.* 14), mujeres óptimas en su rol de esposas y entre cuyas cartas se reconocen numerosos puntos de contacto. Por un lado, la ejemplaridad de Penélope, presente ya en sus características personales, se refuerza gracias a su posición de privilegio en esta obra, al

⁶ Véase Ugartemendía (2017), en donde esta hipótesis se desarrolla por extenso.

inaugurar el *ignotum opus*⁷ ovidiano – la epístola elegíaca. Su carta tiene una función programática, delineando los temas que serán desarrollados, en distinta medida, en las epístolas subsecuentes. Su *persona* se identifica fácilmente con la épica, género mayor que cualquier otro, ya que ella entra en la poesía por medio de la épica homérica y, desde entonces, representa el ideal de mujer púdica⁸ y fiel. Penélope, pues, la más noble y paradigmática entre las mujeres, es la primera tanto en el corpus de las *Heroidas* como en la tradición poética.⁹

Conscientes del carácter intertextual de sus *personae*, las heroínas, en sus epístolas, dialogan con la tradición poética de la que forman parte. Debido a esto, Penélope, autoconsciente de su ejemplaridad, apela a ese carácter paradigmático como argumento para convencer al héroe Ulises a regresar con ella. Para tanto, en su carta da por sentadas las razones por la cuales merece salir airoso en su cometido de convencerlo a retornar lo más rápido posible.

La ejemplaridad de Penélope será resaltada por el poeta también en el *Ars amatoria*, donde utilizará la figura de la *pia Penelope* como primer *exemplum* de mujer virtuosa (Ov. *Ars* 3.15-16). Al establecer un puente autotextual entre las *Heroidas* y el *Ars amatoria*, la epístola de Penélope complementa el *exemplum* presentado por el *praeceptor* y justifica la importancia de su posición como umbral del corpus epistolar.

Hipermestra, por su parte, se caracteriza por su cumplimiento de la *pietas* debida al marido. Ella organiza la carta como una defensa ante la acusación de su padre Dánao, propia del ámbito forense. Él les había ordenado tanto a ella como a sus hermanas que mataran a sus maridos en la misma noche de bodas, orden que solo Hipermestra no acató. De ahí que ella dirija la carta a Linceo, su flamante marido, pidiéndole ayuda, puesto que fue condenada a muerte por su propio padre a causa de su desobediencia. Aun así, cabe notar

⁷ Así es como el poeta se refiere a las *Heroidas* en Ov. *Ars* 3.345-346: *Vel tibi composita cantetur Epistula voce: / Ignotum hoc aliis ille novavit opus* [“o canta, con voz apropiada, una Epístola: él inventó este género desconocido por otros”]. Todas las traducciones del latín son propias.

⁸ Esta palabra, en todas sus apariciones en el texto, se utilizó teniendo en cuenta su sentido etimológico.

⁹ Las características de Penélope son compatibles con las listadas por Semónides de Amorgos en el final de la sátira contra las mujeres (fr. 7 West). En este poema de carácter fuertemente misógino, el poeta presenta un catálogo de diez tipos de mujeres, dos basadas en elementos de la naturaleza y ocho en un tipo de animal. El último es el único tipo descrito de forma positiva. Esta es la mujer proveniente de la abeja, cuya naturaleza ejemplar remite fácilmente al paradigma representado por Penélope en la tradición poética.

que el contenido de su epístola es llamativo, pues parece estar dirigida no solo a Linceo, sino también, de forma latente, a Dánao. Fulkerson (2005, p. 124), al notar esto, afirma que la epístola tiene no solo dos destinatarios explícitos, sino también dos objetivos: persuadir al marido para que la rescate y convencer a su padre para que no la castigue, delineando un discurso propio del ámbito forense.¹⁰ En la epístola, Hipermestra apela a los elementos emotivos del discurso, buscando demostrar su carácter probo y teniendo siempre, como base de su defensa, la *pietas* y la contradicción en su acusación. En efecto, lo más peculiar de su caso es el hecho de estar acusada por ser *pia*. Esto le servirá como argumento a favor en toda su epístola.

Al igual que Penélope, Hipermestra también sirve como *exemplum* a los elegíacos (véase, por ejemplo, Propercio 4.7.63: *sine fraude marita*), pero también a Horacio, quien en la *Oda* 3.11.33-36 dedica versos a su figura y la califica como *virgo nobilis*. La epístola de esta heroína ejemplar cierra la serie de las primeras catorce *Heroidas*, todas ellas escritas, como ya dijimos, por mujeres pertenecientes a la tradición mítica.

Penélope e Hipermestra, exempla uxoris

La epístola de Hipermestra se inicia con un dístico de cuya autenticidad sospechan muchos editores, a pesar de encontrarse atestiguado en todos los manuscritos:¹¹

Mittit Hypermestra de tot modo fratribus uni;

Cetera nuptarum crimine turba iacet (Ovidio, *Epistulae heroidum*, 14.1-2).¹²

[“Hipermestra le envía al único de, hasta poco atrás, tantos hermanos; el resto del grupo yace por el crimen de las esposas.”]

De tot modo fratribus uni señala la peculiaridad del destinatario y funciona como primer argumento persuasivo de Hipermestra, recalcando el

¹⁰ Este discurso fue analizado en Ugartemendía (2014).

¹¹ Las razones para no aceptar este dístico tienen que ver con su sentido, cuyo traslado a otro lugar de la epístola o su anulación tendría como resultado que la carta se iniciara de la misma forma que *Ep.* 8. Según Reeson (2001, p. 212-213), es posible que el primer dístico se encuentre perdido y este sea en verdad el segundo, dado que Hipermestra se dirige a Linceo como uno de los hijos de Egipto y no como su marido. No obstante, no todas las epístolas se inician resaltando la relación formal que el amado tiene con la mujer. Sea como fuere, no hay consenso sobre el carácter espurio del dístico.

¹² Todas las citas del texto latino de las *Heroidas* pertenecen a la edición de Ehwald (1907).

hecho de la singularidad de su supervivencia. En el verso 3, Hipermestra declara estar encerrada en la *domus* (*clausa domo teneor grauibusque coercita uinclis* [“soy mantenida encerrada en la prisión y atada con pesadas cadenas”]). Toda la acción de Hipermestra ocurre en el espacio interno de la *domus*. Con todo, esa reclusión es llevada a un nivel hiperbólico, ya que, aquí, *domus*, como vertido en la traducción, puede tener la acepción de “prisión”.¹³ El primer adjetivo con el que ella se califica a sí misma es *clausa* (v. 3), condición de la que se enorgullece al declarar *esse ream praestat* [v. 7, “es preferible ser rea”]. Esta será la principal diferencia con Cánace, otra *puella* también *clausa* en su *domus* por el propio padre.

De la misma manera, en el comienzo del corpus, Penélope está retenida en su propia *domus*, esperando el retorno del marido que debe ir a rescatarla de veinte años de espera y de la presión ejercida por su padre, Icario, quien insiste en que contraiga nuevas nupcias. La reclusión de Penélope en los muros de la propia casa va de la mano de su identidad de mujer leal:

que Penélope sea descrita ya en su habitación, ya en el comedor público con los pretendientes es una elección del poeta; sin embargo, Penélope debe permanecer entre los corredores de su casa o perder su tradicional identidad de esposa leal [...]. Penélope no se mueve fuera de su casa; de hecho, su primera identificación espacial es sola en su cama desierta: *non ego deserto iacuissem frigida lecto* [*Ep.* 1.7] [...]. Remueve a Penélope de su espacio y ella, según su punto de vista, no será más su esposa. Penélope-en-su-cama es quien ella es (Bolton, 2009, p. 274-275).¹⁴

La devoción por el marido implica la restricción del espacio permitido a la mujer. Por tanto, la reclusión de la mujer, ya desde la primera epístola, indica un modo de virtud femenina.

Hipermestra defiende su decisión de no haber asesinado a Linceo argumentando el cumplimiento de la *pietas* debida al marido. Sobre este asunto, Jacobson (1974, p. 125) observa que *pietas*, tanto en su forma adjetiva

¹³ Como también en Prop. 2.20.10, 12.

¹⁴ “Whether Penelope is depicted in her bedroom or in the public hall with the suitors is the poet’s choice, yet Penelope must remain within the halls of the house or lose her traditional identity as a loyal wife [...]. Penelope does not move outside of her house; indeed, her first spatial identification of herself is alone in her deserted bed: *non ego deserto iacuissem frigida lecto* [...]. Remove Penelope from her space and she, in her view, will no longer be his wife. Penelope-in-her-bed is who Penelope is”. Todas las traducciones del inglés son propias.

como substantiva, aparece siete veces en los 132 versos de la epístola de Hipermestra, mientras que no más de tres en cualquier otra. Además, apenas dos de las otras mujeres en el corpus mencionan la propia *pietas*. La primera de estas otras dos instancias de aparición está en la epístola de Penélope (*Ep.* 1. 84), quien, bajo presión de su padre para casarse nuevamente, declara su devoción al marido: *Penelope coniunx semper Ulixis ero* [“yo, Penélope, siempre seré la esposa de Ulises”].¹⁵ Este verso se encuentra casi al final de la epístola, en medio de la sospecha de que Ulises todavía puede estar lejos, pero de forma deliberada. Por eso, la esposa precisa de argumentos convincentes para persuadirlo de volver (Barchiesi, 1992, p. 91) y mantenerse firme en su postura de no contraer nupcias nuevamente, enfrentando así, la presión paterna. En los versos siguientes, cuenta que su padre desiste de insistir en el asunto sólo cuando percibe que la *pietas* y la *pudicitia* de su hija son más fuertes:

Ille tamen pietate mea precibusque pudicis

frangitur et vires temperat ipse suas (Ov. *Ep.* 1.85-86).

[“Él, sin embargo, se quiebra ante mi piedad y mis púdicas preces y amaina él mismo sus fuerzas.”]

Se ve aquí cómo Penélope e Hipermestra están fuertemente emparentadas por el respeto al matrimonio y por contrariar el mandato paterno. Hipermestra no asesinó a su marido y Penélope decidió urdir un plan para engañar tanto a su padre como a sus pretendientes tejiendo y destejiendo el manto (*Ep.* 1.19-10), postergando la posibilidad de un nuevo matrimonio. La tenacidad en la defensa de la *pietas* debida al marido manifestada por estas dos heroínas acaba por legitimarlas como esposas e ideales de mujer.

Las dos mujeres finalmente triunfan en su cometido. Por un lado, el lector sabe que Hipermestra fue liberada del castigo inicialmente impuesto, al tiempo que sus hermanas fueron condenadas precisamente por su *impietas*, como lo atestiguan tanto Horacio, en la *Oda* 3.11.30-2 y, posteriormente, también Ovidio, en *Metamorfosis* 4.462-463. Inclusive, Hipermestra fundará,

¹⁵ La segunda referencia corresponde a Hipsípila (*Ep.* 6.137). Ella y Penélope comparten el estar legalmente casadas (Hipsípila, al menos, así lo afirma en su epístola: *Ep.* 6.19-22, 41-44) y esperan el regreso de su marido guardándoles la fidelidad prometida.

junto a Linceo, una importante dinastía de reyes en Argos. Por otro lado, Penélope verá regresar a su marido después de veinte años de espera. Juntos continuarán al frente del reino de Ítaca, ambos triunfantes en sus objetivos particulares: él, como guerrero y estratega en la guerra de Troya; ella, en la defensa de su matrimonio y de su virtuosismo.

Cánace y su uso argumentativo de la pietas

Canace (*Ep.* 11) e Hipermestra son dos *puellae* encadenadas y encarceladas por los propios padres. Los paralelos entre sus epístolas son varios, ya que las dos escriben desde la prisión, mientras se quejan del peso de las cadenas que atan sus manos. Además, escriben a los amados, teniendo, sin embargo, a sus padres como destinatarios ocultos. Con todo, en cada epístola hay una clara diferencia de objetivos: Hipermestra, por un lado, destina de forma transversal la carta al padre para, mediante este recurso, recuperar la libertad. Por otro lado, Cánace sabe que ella debe morir. Su objetivo es salvar la vida del hijo que tuvo con su hermano Macareo, y que fue condenado por el abuelo a ser arrojado a las fieras. Su carta a Macareo es, en verdad, una nota de suicidio, que busca conmover al padre. Este objetivo se encuentra delineado al comienzo de la epístola, en donde la hija de Eolo advierte que su carta podrá estar manchada con su sangre (vv. 1-2). Luego, describe su *scribentis imago*, ofreciendo la referencia más explícita al acto de escritura en el corpus de las *Heroidas* (Reeson, 2001, p. 41):

Dextra tenet calamum, strictum tenet altera ferrum,

Et iacet in gremio charta soluta meo.

Haec est Aeolidos fratri scribentis imago;

Sic videor duro posse placere patri. (Ov. Ep. 11.3-6)

[“Mi diestra sostiene el cálamo, la otra sostiene la espada desenvainada, y yace en mi regazo el papiro abierto. Esta es la imagen de la hija de Eolo escribiendo a su hermano; así me parece que puedo agradarle a mi duro padre.”]

Cánace admite que su embarazo es deshonroso, por eso se refiere a él siempre como *crimen*. En la *Ep.* 11, la palabra *crimen* aparece cuatro veces, siempre en relación al hijo concebido:

Nec tenui vocem. "Quid", ait, "tua crimina prodis?" (Ov. *Ep.* 11.49).

[“Y no contuve la voz. ‘¿Por qué’, dijo [la anciana], ‘delatas tu crimen?’.”]

Et grave, si morerer, mors quoque crimen erat (Ov. *Ep.* 11.56).

[“Y, si muriera, la muerte también sería un grave crimen.”]

Et positum est uteri crimen onusque mei (Ov. *Ep.* 11.64).

[“Y fue depositado el crimen y el peso de mi vientre.”]

Crimina sunt oculis subripienda patris (Ov. *Ep.* 11.66).

[“Debe ocultarse el crimen de los ojos del padre.”]

En otras epístolas del corpus (Ov. *Ep.* 2.28, 4.31), *crimen* es utilizado para aludir a la relación entre los amantes. Pero ninguna de las menciones en *Ep.* 11 se refiere a la relación entre Cánace y Macareo. Esto es un argumento para entender que el error de la *puella*, tanto para ella como para su padre, no es haber cometido incesto, sino haber concebido un hijo fuera del matrimonio legítimo.¹⁶ Ella no dice nada respecto a su relación incestuosa.

Los críticos toman diferentes posiciones sobre lo que piensa Eolo con respecto a sus hijos, ya que en la epístola no se encuentra una clara referencia a la postura del padre sobre la relación entre ellos. Tanto Verducci (1985, p. 219-220) como Spoth (1992, p. 108-111) opinan que, en la epístola, Cánace acepta el castigo por su incesto (incluso cuando ella no hable expresamente sobre eso), interpretándolo como el *leitmotiv* de la historia. Verducci (1985, p. 219), por ejemplo, afirma que la existencia del hijo no es tan importante como el hecho de haber nacido del incesto. No hay, sin embargo, indicios textuales (y la autora tampoco los ofrece) que apoyen su lectura.

Casali (1998, p. 707) analiza un irónico verso de la epístola, en que Cánace se queja: *quid iuvat... inter cognatos posse referre Iovem?* [v. 17, “en que me beneficia poder nombrar a Júpiter entre mis parientes?]. Según el crítico,

no hubiese sido completamente inútil para Cánace apelar a Júpiter, y hubiera sido aun de más ayuda poder apelar a Júpiter como su propio antepasado. Cuando ella pregunta

¹⁶ Da mesma forma, Philippides (1996).

quid iuvat... inter cognatos posse referre Iovem? la heroína abandona una excelente oportunidad para usar un fuerte argumento a su favor. Entre sus antepasados, Cánace tuvo un dios que sin problemas se casó con su hermana, teniendo de forma subsecuente una gran cantidad de ilustres hijos, sin ningún sentido de culpa (Casali, 1998, p. 707).¹⁷

En efecto, la ausencia de tal evidencia en el discurso de Cánace parece una falla en el argumento persuasivo. Sin embargo, es lícito pensar que Ovidio coloca ese verso allí para resaltar la ironía de su situación, pero no hace que Cánace lo use como argumento para defender su relación con Macareo justamente porque el objetivo de su epístola no es sino salvar a su hijo. Además, estrictamente, su situación no es igual a la de Júpiter. Hera y él están casados y el matrimonio es aceptado como tal. Casali, en el pasaje citado, resalta que Júpiter se casó con su hermana y tuvo hijos. No obstante, el problema de Cánace es otro, puesto que en su historia la cronología de los hechos es inversa. Ella tiene un hijo sin estar casada y eso, tal como ella resalta, es *crimen*.

Bolton compara a Cánace, por su condición de reclusa, no con Hipermestra, sino con Penélope y observa que las dos permanecen en el espacio interior de sus casas como muestra de castidad:

la posición de Cánace dentro de la recámara revela su relación sexual con su hermano y su lealtad hacia él. Su inhabilidad para imaginarse una vida fuera la caracteriza sexualmente como una amante casta (Bolton, 2009, p. 277).¹⁸

Sin embargo, es contradictorio que “una amante casta”, como Bolton la llama, sienta vergüenza y admita la falta de pudor. La reclusión de Cánace (involuntaria, pero aceptada como castigo por su *crimen*) es signo de la obediencia paterna y no de la voluntad de preservar su relación amorosa con Macareo. En esto, se aleja de Hipermestra, que sufre su reclusión y pretende

¹⁷ “it would not have been at all useless for Canace to appeal to Jupiter, and it would have been of even more help for her to be able to appeal to Jupiter as her own forefather. When she asks *quid iuvat... inter cognatos posse referre Iovem?* the heroine gives up an excellent opportunity to use a strong argument in her favour. Among her forefathers, Canace had a god who had calmly married his own sister, subsequently having a large number of illustrious children, without any sense of shame”

¹⁸ “Canace’s position within the bedchamber reveals her sexual relationship with her brother and her loyalty towards him. Her inability to envision a life outside characterizes her sexually as the chaste lover.”

siempre ganar el perdón paterno para liberarse de esa situación, y de Penélope, que contraría a su padre y no cede ante la exigencia de volver a casarse.

Para remediar su falta de *pudicitia* y *castitas*, Cánace defiende su relación con Macareo por ser ésta fruto del amor; un amor desconocido, de acuerdo con el modelo elegíaco, que le causa un padecimiento incontrolable (vv. 25-32). Además, identificándose con el modelo de *puella* elegíaca característico de las *Heroidas*, ella describe su pasión a partir de la inocencia de una muchacha que está descubriendo un sentimiento al que el *pudor* se opone (v. 35). Cánace hace una lista de una serie de síntomas del padecimiento, lugar común en la poesía amatoria. Así, la trama presentada por Ovidio se diferencia de la conocida por medio de la tragedia *Eolo*, de Eurípides, considerada su principal fuente. En la tragedia, enamorado de ella, Macareo viola a la hermana.

Fulkerson, en su estimulante estudio sobre las *Heroidas* publicado en 2005, establece relaciones entre las epístolas, y analiza la influencia sincrónica que tienen una(s) sobre la otra(s). Las semejanzas entre las epístolas 11 y 14 la llevaron a afirmar que Hipermestra habría utilizado la epístola de Cánace como modelo intratextual para redactar la propia carta de modo correcto para alcanzar su cometido (Fulkerson, 2005, p. 67-86). Según la autora, Cánace, después de escribir su carta, se suicida con la espada dejada por su padre. Hipermestra, por su parte, redacta la carta para Linceo apropiándose de las estrategias retóricas de Cánace, tras haber aprendido de sus errores. De esta forma, Hipermestra cumple su objetivo y no es obligada a suicidarse. Además de esto, siempre según la autora, Cánace fracasa en persuadir a su padre para que le perdone la vida, pero tiene éxito en alcanzar su verdadero deseo que es salvar la vida de su hijo (Fulkerson, 2005, p. 83).

Sin embargo, analizando el texto, no encontramos referencias textuales a un pedido de ayuda de Cánace a su padre o a Macareo para escapar del suicidio que estaba decidida a cometer. Hipermestra, por el contrario, sí le escribe a Linceo expresamente para que él la rescate del castigo paterno, alegando inocencia. Por lo tanto, cada una tiene un objetivo diferente. Cánace no falla en persuadir para salvarse, ya que ese ni siquiera es su objetivo.

Fulkerson no justifica por qué no entiende la influencia de una *puella* sobre la otra en la dirección contraria, como si fuera Cánace quien interpreta la epístola de Hipermestra como modelo. Desde nuestro punto de vista, este tipo

de influencia tendría más sentido, ya que Hipermestra, como fue demostrado *supra*, es paradigmática por su *pietas*. Su carácter se aproxima al de Penélope, también ejemplar, por lo que la epístola de Hipermestra sería más adecuada para servir como modelo que la de una *puella* que decide morir para expiar sus faltas.

Como ya fue dicho, la pérdida de la *castitas* y de la *pudicitia* aleja a Cánace del modelo de mujer establecido en el comienzo de las *Heroidas* con la figura de Penélope. Ella debe aplacar la furia del padre. Para eso, apoya su base argumentativa en el mismo recurso que Hipermestra refuerza al final del corpus: la *pietas*. Pero, a diferencia de la hija de Dánao, Cánace sí buscará honrar la *pietas* paterna, única cualidad que le resta después de ser culpable de incesto, haber perdido su *castitas* y *pudicitia* (*inruit et nostrum vulgat clamore pudorem*¹⁹ [v. 79 “irrumpe y divulga mi deshonra con sus gritos”]; *ipsa nihil prater lacrimas pudibunda profudi* [v. 81 “yo misma, avergonzada, no derramé nada más que lágrimas]) y haber engendrado un hijo fuera del matrimonio. Solo le queda mostrarse piadosa y obedecer el mandato paterno:

‘*Aeolus hunc ense mittit tibi*’ (*tradidit ense*)

‘*et iubet ex merito scire quid iste velit.*’

Scimus et utemur violento fortiter ense (Ov. Ep. 11.95-97).

[“Eolo te envía esta espada’ (él me entrega la espada) ‘y ordena que sepas a partir de tu acción lo que él quiere’. Sé y usaré la violenta espada de forma corajosa.”]

No obstante, Cánace no está de acuerdo con su padre, a quien califica como *durus* (6), *ferus* (9), *truculentior Euris* (9) e *inimicus* (89). Esto es evidencia de que su decisión de obedecerle tendrá que ver únicamente con su observación de la *pietas*. Además, ella se muestra completamente dispuesta a resignar su propia vida para que su hijo sea perdonado.

Conclusión

Los rasgos que caracterizan a Penélope como esposa ideal, esto es, su fidelidad y devoción por el marido, descritos en su epístola ubicada en la apertura del corpus de las *Heroidas*, se repiten en el carácter extremadamente

¹⁹ “a source of shame, dishonour, humiliation” (OLD, *ad loc.*).

piadoso de Hipermestra para con su marido en el final del corpus. No es sorprendente, pues, que las dos mujeres sean exitosas en sus relaciones amorosas y que, al contrario de la gran mayoría de las heroínas que escriben en este epistolario, ellas puedan reunirse finalmente con sus amados.²⁰

Por otro lado, a partir del análisis de la *Ep.* 11 se concluyó que es posible una lectura *in tandem* de las epístolas 11 y 14. La ejemplaridad de Hipermestra permite deducir su función como modelo en el discurso retórico-argumentativo de Cánace, que adapta los argumentos a los propios objetivos. Las virtudes paradigmáticas representadas por Penélope e Hipermestra están ausentes en la epístola de Cánace. Sin embargo, hay comportamiento ejemplar en la forma en que resuelve actuar y comportarse para resarcir el daño. En vez de justificar su error, como lo hace, por ejemplo, Fedra (*Ep.* 4), ella lo reconoce y busca destacar su personalidad virtuosa mediante la obediencia a su padre.

De esta forma, retomando la idea expuesta al comienzo de este trabajo de que las *Heroidas* pueden ser leídas como un corpus que complementa las enseñanzas dejadas en el *Ars amatoria*, tenemos aquí, a modo de ilustración, mujeres que presentan a su modo características ejemplares. Penélope e Hipermestra, sobre todo, gozan de mayor prestigio como figuras paradigmáticas de fidelidad marital y eso es resaltado por su posición enfática, abriendo y cerrando el corpus de las *Heroidas* míticas.

Por último, es importante observar que, de modo elocuente, Hipermestra cierra su epístola expresando un deseo: *scribere plura* (*Ep.* 14.131 [“escribir más”]). Este deseo es el último de su carta y, consecuentemente, también del grupo de las primeras catorce que conforman las *Heroidas*. Por lo tanto, el corpus de epístolas elegíacas escritas por mujeres colocadas en el papel de *poetae/amatrices* termina con el deseo de seguir escribiendo. De esta forma, *plura* es un indicio de que Hipermestra, como probablemente otras mujeres, tendrían más para decir que aquello que fue plasmado. En consonancia con lo observado por Reeson (2001, p. 314), la única opción que les queda a los hombres para saber qué más tienen para decir sus mujeres sería, finalmente, volver con ellas.

²⁰ Además de ellas, Briseida (*Ep.* 3) y Hermíone (*Ep.* 8) también lo hacen. Las dos comparten características en común ya que fueron raptadas y escriben al hombre que aman para ser rescatadas. Briseida, como esclava de Aquiles, representa en sí misma el *tópos* elegíaco del *servitium amoris*. Hermíone esclava de Pirro, le escribe a Orestes, a quien ella reconoce como su marido, por haber sido prometida a él antes que a Pirro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fuentes Primarias

Horace. *Odes and Epodes*. Editado y traducido por Niall Rudd. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

P. Ovidius Naso. *Amores, Epistulae, Medicamina faciei femineae, Ars amatoria, Remedia amoris*. R. Ehwald edidit ex Rudolphi Merkelii recognitione. Leipzig: B. G. Teubner, 1907.

Propertius. *Elegies*. Editado y traducido por G. P. Goold. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

Bibliografía Crítica

Barchiesi, Alessandro. *P. Ovidii Nasonis epistulae Heroidum 1-3*. Firenze: Le Monnier, 1992.

Bolton, M. Catherine. Gendered spaces in Ovid's *Heroides*. *Classical World: A Quarterly Journal on Antiquity*, v. 3, n. 102, 2009, p. 273-290.

Casali, Sergio. Ovid's Canace and Euripides' "Aeolus": two notes on "Heroides" 11, *Mnemosyne*, v. 51, fasc. 6, 1998, p. 700-710.

Dörrie, Heinrich. *Untersuchungen zur Überlieferungsgeschichte von Ovids Epistulae Heroidum*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1960.

_____. *P. Ovidii Nasonis Epistulae Heroidum (quas ad fidem codicum edidit)*. Berlin: Walter de Gruyter, 1971.

Farrel, Joseph. Reading and writing the *Heroides*. *HSCP*, vol. 98, 1998, p. 307-338.

Fulkerson, Laurel. *The Ovidian Heroine as Author: Reading, Writing, and Community in the Heroides*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Holzberg, Niklas. *Ovid. Dichter und Werk*. München: C. H. Beck, 1997.

Jacobson, Howard. *Ovid's Heroides*. Princeton: Princeton University Press, 1974.

Kenney, E. J. *Ovid: Heroides XVI-XXI*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

Knox, Peter. *Ovid's Heroides: Select Epistles*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

_____. The *Heroides*: elegiac voices. In: Boyd, Barbara. W. (ed.) *Brill's Companion to Ovid*. Leiden: Brill, 2002, p.117-39.

Luck, Georg. *Untersuchungen zur Textgeschichte Ovids*. Heidelberg: Carl Winter, 1969.

Michalopoulos, Andreas. *Ovid Heroides 16 and 17. Introduction, text and commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

Philippides, Katerina. Canace misunderstood: Ovid's "Heroides" XI. *Mnemosyne*, v. 49, n. 4, 1996, p. 426-439.

Reeson, James. *Ovid, Heroides 11, 13, and 14. A commentary*. Leiden: Brill, 2001.

Spoth, Friedrich. *Ovids Heroides als Elegien*. München: Zetemata, 1992.

Stroh, Wilfried. *Heroides Ovidianae cur epistolas scribant*. In: Papponetti, Giuseppe. (ed.) *Ovidio Poeta Della Memoria. Atti del Convegno Internazionale di Studi: Sulmona, 19-21 Ottobre 1989*. Roma, 1991, p. 201–44.

Ugartemendía, Cecilia M. *Ars oratoria e ars amatoria em Heroides XIV. Ronai*, v. 2, n. 2, 2014, p. 173-189.

_____. *A Exemplaridade do Abandono. Epístola Elegíaca e Intratextualidade nas Heroides de Ovídio*. Dissertação de Mestrado, Letras Clássicas, DLCV/FFLCH, Universidade de São Paulo, 2017.

Verducci, Florence. *Ovid's Toyshop of the Heart: Epistulae Heroidum*. Princeton: Princeton University Press, 1985.

A RELAÇÃO ENTRE A DEMOCRACIA ATENIENSE E AS ESPOSAS LEGÍTIMAS EM ARISTÓFANES (SÉCULOS V-IV A.C.)

Bárbara A. Aniceto¹

RESUMO: Amparados pela perspectiva de gênero, objetivamos discutir a estreita ligação existente entre a comédia aristofânica, a pólis ateniense e o feminino, especificamente no que diz respeito às esposas legítimas. Ao nos debruçarmos sobre a leitura das peças *Lisístrata* (411 a.C.), *As Tesmoforiantes* (411 a.C.) e *Assembleia de Mulheres* (392 a.C.), encenadas no contexto da Guerra do Peloponeso e posterior à derrota de Atenas (404 a.C.), acreditamos que a esposa legítima foi representada como mantenedora da cidade ateniense, uma vez que percebemos a ênfase em sua importância cívica por ser considerada um veículo justo de crítica nas peças aristofânicas. Ao problematizar os acontecimentos e decisões políticas de seu tempo, o comediógrafo o fez inserindo mulheres ativas em suas peças, responsáveis por aconselhar seus maridos sobre aquilo que julgavam prejudicial à pólis. Pela lei da cidadania, promulgada por Péricles e vigente a partir de meados do V século a.C. (450 a.C.), eram essas mulheres que carregavam o compromisso de reproduzir cidadãos atenienses, contribuindo para a manutenção da lógica democrática clássica. No presente artigo, examinamos alguns indícios documentais de *Assembleia de Mulheres* que nos auxiliam a pensar o problema da participação feminina na Atenas Clássica, bem como as peças *Os Acarnenses* (425 a.C.), *Os Cavaleiros* (424) e *Rãs* (405 a.C.), as quais apontam a natureza crítica das comédias aristofânicas.

PALAVRAS-CHAVE: Grécia Clássica; Relações de gênero; Comédia; Esposas legítimas.

ABSTRACT: Based on the gender perspective, I discuss the close relationship between the Aristophanic comedy, the Athenian polis and the feminine, specifically the figure of legitimate wives. A close reading of *Lysistrata* (411 BC), *Thesmophoriazusa* (411 BC) and *Assemblywomen* (392 BC), staged in the context of the Peloponnesian War and subsequent defeat of Athens (404 BC), suggests that the legitimate wife was represented as maintainer of the Athenian city, since there is an emphasis on her civic importance as vehicle of criticism in Aristophanes' plots. The playwright did it by inserting active women in his plots in order to question events and political decisions of his time. Aristophanes' female characters were responsible for advising their husbands on what they judged to be harmful to the polis. With the citizenship law, established by Pericles in the middle of the fifth century BC (450 BC), women became a critical element in the definition of citizenship alongside men, thus contributing to the maintenance of the classical

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Campus Franca e pesquisadora integrante do Grupo do Laboratório de Estudos Sobre o Império Romano G. LEIR (UNESP/Franca). Bolsista FAPESP. E-mail: ba_ship@hotmail.com

democratic logic. In this article, I discuss evidence from *Assemblywomen* that helps us to think the problem of female participation in Classical Athens. I also take into account evidence from *Acharnians* (425 BC), *Knights* (424 BC) and *Frogs* (405 BC), as they indicate the critical nature of Aristophanes' comedies.

KEYWORDS: Classical Greece; Gender relations; Comedy; Legitimate wives.

A crítica presente na obra aristofânica

Quando nos debruçamos sobre estudos relativos às comédias de Aristófanes, não raras vezes encontramos a argumentação de que o principal motivo pelo qual o autor inseria personagens femininas em suas peças residia na ridicularização das mulheres gregas. Uma vez que a ideia da inferioridade feminina aparece enquanto paradigma posto, a única explicação para a inserção de tais personagens seria a de causar riso nos espectadores, justamente pelo absurdo das proposições vistas no enredo, como, por exemplo, mulheres ocupando a acrópole, liderando greves de sexo, enfrentando seus maridos e reivindicando direitos públicos.²

No entanto, por trás de tais cenários fictícios e cômicos, constatamos problematizações do comediógrafo ligadas aos papéis femininos e masculinos na sociedade ateniense do V e início do IV séculos a.C., papéis esses conectados às relações de poder em Atenas, visto que os lugares sociais atribuídos às mulheres e homens estavam balizados pelas noções de feminilidade e masculinidade compartilhadas no período. Acreditamos que as críticas e inquietações lançadas por Aristófanes no universo teatral nos indicam a presença de um caráter político neste gênero literário, afinal, de acordo com o próprio poeta, à comédia cabia igualmente provocar o riso e a reflexão na audiência. Aristófanes constantemente advogava sua função de educador do público ateniense, como sugere o seguinte trecho da peça *As Rãs* (vv. 686-690) de 405 a.C.:

² A noção da inferioridade feminina pode ser visualizada na vertente historiográfica construcionista, a qual postula o falocentrismo como chave explicativa para a organização social antiga. Em linhas gerais, o falocentrismo é definido como uma teoria contemporânea que busca abarcar as experiências sociais e políticas na Antiguidade a partir da dominância masculina, porque pressupõe a existência de uma cultura política baseada na assimetria passivo/ativo e na supremacia do falo, que seria o elo significante das relações. Dentre seus principais representantes nas pesquisas brasileiras e estrangeiras, destacamos os trabalhos de Halperin, 1990; Winkler, 1990; Barbo, 2008.

Χορός

τὸν ἱερὸν χορὸν δίκαιόν ἐστι χρηστὰ τῇ πόλει

ξυμπαινεῖν καὶ διδάσκειν. πρῶτον οὖν ἡμῖν δοκεῖ

ἐξιῶσαι τοὺς πολίτας κάφελεῖν τὰ δειμάτα [...]

εἴτ' ἄτιμόν φημι χρῆναι μηδέν' εἶν' ἐν τῇ πόλει.

Coro

É justo que o sagrado coro o que é útil à cidade aconselhe e ensine. Primeiro, portanto, é nosso parecer dar direitos iguais aos cidadãos e livrá-los dos temores. [...]. Sem direitos, afirmo eu, não deve haver ninguém na cidade.³

Encenada em um momento crítico da Guerra do Peloponeso, a saber, quando de seu fim próximo, a peça buscava motivar os cidadãos a apoiarem uma possível resolução pacífica com Esparta, que já demonstrava disposição para selar um acordo devido à vitória ateniense na Batalha das Ilhas Arginusas, ocorrida em 406 a.C. (Kagan, 2004, p. 451-454). Do trecho acima, ressaltamos a primeira oração, na qual encontramos dois verbos intencionalmente posicionados por Aristófanes, demarcando o seu dever de apontar os caminhos úteis ao alcance do bem-estar cívico e da garantia de direitos. Por meio do coro, o poeta adverte e aconselha, como vemos pelo uso de *ξυμπαινεῖν*, forma no infinitivo do verbo *συμπαινέω*, que significa “juntar-se a alguém para recomendar algo”, ou seja, juntar-se aos cidadãos para indicar o caminho da paz, bem como os ensina *διδάσκειν*. Por um lado, ele possui a legitimidade de juntar-se aos cidadãos, pois é também um deles; por outro, carrega essa legitimidade porque a comédia em si possui a função de mostrar questões concernentes à administração da cidade, ao funcionamento da democracia e à configuração da cidadania.

De acordo com Maria de Fátima Sousa e Silva (1987, p. 13-16), desde o início da chamada Comédia Antiga, da qual Aristófanes faz parte, foi possível vislumbrar o emprego da crítica social enquanto um componente literário importante, e, principalmente, fundamental à sua sustentação e validação em relação a outros gêneros já consolidados, como a tragédia. A princípio, a comédia apresentou um tom de paródia com o poeta Cratino e, posteriormente,

³ Empregamos neste trecho a tradução de Jeffrey Henderson (2002).

incorporou as preocupações políticas de seu período, aprofundadas durante o embate bélico com Esparta. Assim, notamos como esse discurso fictício não se reduzia somente à comicidade, mas apresentava uma ligação direta com os problemas da cidade ateniense.

Na oração enfatizada acima, torna-se evidente o esforço aristofânico em reiterar seu papel de educador, reiteração esta que se repete em outras peças. O fazer comédia estava intrinsecamente conectado à denúncia dos abusos políticos presentes no cenário democrático da cidade. Na comédia *Os Acarnenses* (vv. 643-664) de 425 a.C., constatamos novamente essa preocupação política de Aristófanes, a qual surge entrelaçada ao papel pedagógico que ele advogava para si e para os poetas cômicos:

Assim, hoje, os encarregados de trazer-lhes os tributos das cidades virão desejando ver o poeta [Aristófanes] excelente que arriscou-se a falar coisas justas diante dos atenienses [...]. (τοιγάρτοι νῦν ἐκ τῶν πόλεων τὸν φόρον ὑμῖν ἀπάγοντες, ἥξουσιν ἰδεῖν ἐπιθυμοῦντες τὸν ποιητὴν τὸν ἄριστον, ὅστις παρεκινδύνευσ’ εἰπεῖν ἐν Ἀθηναίοις τὰ δίκαια). Ele diz que lhes ensinará muitas coisas boas, de modo que vocês serão felizes sem bajulação, sem suborno, sem tapeação, sem patifaria, sem elogios rasgados, mas ensinando o que há de melhor. Depois disso que Cléon intente e fabrique tudo contra mim. O bem estará comigo e a justiça será minha aliada e jamais serei pego, como ele, a andar pela cidade como um covarde e um depravado.⁴

Do trecho supracitado, destacamos os versos 643-45, ressaltados em grego, no qual visualizamos o recurso de auto referenciar-se, perceptível no uso do substantivo ποιητής acompanhado do adjetivo ἄριστος na terceira pessoa do singular, recurso utilizado pelo comediógrafo para valorizar sua produção e, sobretudo, para iluminar a função social da comédia, uma vez que ele corria o risco de falar as coisas justas aos atenienses παρεκινδύνευσ’ εἰπεῖν ἐν Ἀθηναίοις τὰ δίκαια porque era o melhor poeta. O termo ἄριστος adquire, nesta passagem, um duplo significado: ele é o melhor poeta no sentido estrito de ser um bom compositor e, igualmente, no sentido de manifestar um conselho político durante o enredo. Do nominativo δίκαιος, τὰ δίκαια refere-se “às coisas justas, corretas, honestas” e podemos perceber como a noção de algo justo está aqui alinhada ao

⁴ Deste trecho até o seguinte, da peça *Os Cavaleiros*, utilizamos as traduções de Maria de Fátima Sousa e Silva (1988, 2004).

conselho que ele é capaz de emitir enquanto ocupante do espaço do teatro, conselho ligado, também, à realização de uma atitude benévola para com Atenas.

Na esteira dos trabalhos aristofânicos de cunho político, ressaltamos também a obra *Os Cavaleiros* (vv. 507-510) de 424 a.C., na qual enxergamos uma continuidade neste processo de construção discursiva do poeta:

Coro - Se um dos antigos diretores de comédias (τῶν ἀρχαίων κωμοδοδιδάσκαλος) nos tivesse forçado a avançar em direção ao público durante a parábase (λέξοντας ἔπη πρὸς τὸ θέατρον παραβῆναι) para recitar seus versos, não o teria conseguido com facilidade, mas hoje esse poeta o merece (νῦν δ' ἄξιός ἐσθ' ὁ ποιητής) porque os mesmos que nós ele odeia e ousa dizer o que é justo (τολμᾷ τε λέγειν τὰ δίκαια).

Pelo trecho, notamos como o poeta ressalta sua familiaridade no espaço do teatro tanto pela experiência acumulada em comparação com momentos anteriores, quanto por merecer estar ali. Desta vez, ποιητής vem acompanhado do adjetivo ἄξιος, que significa “aquele que tem valor, que é digno” e o valor referido por Aristófanes acerca de seu papel ultrapassa a questão literária. Ele merece estar ali, pois aponta o justo τὰ δίκαια ao espectador que vive na cidade ateniense e sofre as agruras de uma pólis em constante combate com os espartanos. Novamente, o poeta faz questão de afirmar o quão justo seu discurso cômico procura ser e, aqui, não nos interessa se de fato era justo, mas sim a intenção em sê-lo. A preocupação aristofânica em reiterar constantemente a ligação política e social de sua comédia embasa nossa visão acerca da seriedade presente nos documentos selecionados, criados para entreter, mas, também, para inquietar e incutir no público a reflexão. Tal seriedade, por sua vez, confere não apenas historicidade à comédia aristofânica, visto que a obra se compromete com os acontecimentos cotidianos do qual faz parte, como também nos habilita a enxergar as situações fictícias enquanto críticas e não somente como ridicularizações.

A História de Gênero que propomos em nossa pesquisa, baseada na análise dos três enredos supracitados que abordam o universo feminino em conjunto com as demais peças legadas integralmente a nós, representa uma parcela da história da pólis ateniense. Esta configurou o foco constante das comédias aristofânicas, na medida em que abarcaram um período expressivo das

mudanças democráticas em curso e na medida em que a própria pólis integrou o espaço de atuações simbólicas e físicas das mulheres.

Ao considerarmos ambos os elementos – a mulher e a cidade –, nos atentamos para a afinidade publicitada por nosso poeta entre as esposas e o âmbito público, pois seu teatro sugere uma visão de cidade que inclui o feminino e reconhece a mulher não apenas enquanto partícipe, mas, sobretudo, enquanto o componente da manutenção e existência da pólis conforme idealizada e construída pelos homens. As ações que validavam o homem ateniense como cidadão dependiam diretamente do feminino. Para possuir o estatuto cívico e usufruir de seus direitos, o filho deveria ser apresentado à frátria de sua família, onde o marido era obrigado a jurar, perante seus companheiros militares e religiosos, que sua esposa era, de fato, ateniense. Esse juramento legitimava sua entrada na frátria como membro de um corpo cívico que estava apto a recebê-lo, mas sempre pela comprovação de sua origem materna ateniense. A lei da transmissão da cidadania foi proposta por Péricles em 451 a.C. e aprovada um ano depois. O estrategista concebeu a lei com o intuito de frear os casamentos mistos entre estrangeiros e atenienses devido à grande afluência de grupos de fora de Atenas na cidade (Jones, 1997, p. 205). Vigente a partir de meados do V século a.C., a proposta promulgava a descendência ateniense a partir de pais e mães também atenienses, ou seja, as esposas representadas nas comédias eram aquelas que, na prática cotidiana, também detinham a responsabilidade da reprodução legítima.

Em nossa perspectiva, embora a motivação primária da lei não residisse especificamente na valorização do feminino, sua sanção e aplicação contribuíram, ao longo do tempo, para criar uma visão favorável da participação das mulheres no processo de concessão da cidadania. Quando consideramos a distância temporal entre a promulgação da lei e as peças aristofânicas, podemos entrever neste hiato a construção e consolidação de uma lógica política que passou a incluir as esposas como um elemento chave para a identidade cívica do homem. Ele se tornaria de fato ateniense se sua mãe também o fosse. Em outras palavras, acreditamos que a lei foi capaz de conferir, mesmo que de forma não intencional, uma importância social às esposas legítimas, importância esta manifesta nas comédias de Aristófanes.

Posto isto e antes de adentrarmos na análise documental elencada para o presente artigo, realizaremos uma breve revisão historiográfica dos debates recentes preocupados em redirecionar o conceito de pólis e de democracia para o período clássico, uma vez que ele converge com e complementa nossa proposta sobre a importância política das mulheres em Aristófanes.

Um debate em torno da democracia

Continuamente debatida por diversos historiadores ao longo do tempo, Robin Osborne aponta o quanto os estudos sobre a democracia ateniense se modificaram na historiografia inglesa, incluindo esferas antes pouco conectadas àquilo que se entendia por campo político. Segundo o autor, até a metade do século XX, os esforços estavam voltados para os domínios oficiais da política em Atenas, como a assembleia e a *boulé*, resultando em uma visão demasiada abstrata do sistema político, incapaz de abranger outros componentes ligados à estrutura democrática clássica, tais como a economia, a religiosidade e as relações pessoais.⁵

A partir dos anos 1970, houve um redirecionamento crítico que levou os estudiosos a questionarem mais esse funcionamento estrutural e menos o sistema em si, afinal, nem os próprios atenienses postulavam uma definição única e rígida acerca da pólis, ou seja, a natureza da cidade e suas ramificações na vida prática formavam o ponto central de constantes debates entre os autores do V século a.C. (Osborne, 2010, p. 5). Tal guinada baseou-se, principalmente, na constatação dessa miscelânea conceitual vigente na Atenas Clássica, como também na necessidade em se ampliar a compreensão de parâmetros políticos que, embora não tenham sido juridicamente sistematizados como em Roma, foram capazes de ordenar as experiências de mulheres e homens atenienses pertencentes a categorias distintas, desde as esposas até as prostitutas, desde os cidadãos e não cidadãos livres até os estrangeiros.

Inicialmente pensada e referenciada como *ισονομία*, oriunda da junção de *ἴσος*, que significa “igual em tamanho, intensidade e natureza” com *νόμος*, designativa de “costume, tradição ou lei”, a democracia foi ganhando noções ligadas a um governo específico, o governo dos iguais perante a lei. Peter Jones

⁵ Ao contrapor a perspectiva de uma História Antiga voltada principalmente para as instituições políticas e econômicas, Osborne faz referência à vertente historiográfica inglesa de Cambridge, representada, sobretudo, pelos estudos de A. H. M. Jones e M. Finley.

(1997, p. 202-204) nos mostra que não é possível rastrear uma origem particular da palavra, tampouco reconstruir o modo como foi utilizada nos séculos V e IV a.C. No entanto, a despeito da ausência de indícios, ele aponta que alguns dados nos auxiliam em sua compreensão, tais como o surgimento do termo em 436 em uma tragédia de Ésquilo enquanto “a mão soberana do *demos*” e, posteriormente, na *Constituição de Atenas* atribuída a Xenofonte, de 420 a.C., já em sua forma completa δημοκρατία, traduzida por “a soberania do *demos*”. O que nos pareceria uma simples solução de tradução contém inúmeras disputas em torno do uso e significado do conceito de *demos* para a época clássica, pois, como destacamos, a apreensão da natureza da cidade e de sua gestão não constituíam um consenso para os autores antigos. Assim como a pólis, o *demos* poderia retratar o povo de forma geral, os cidadãos reunidos na Assembleia ou apenas o coletivo de cidadãos em si e, ainda, a circunscrição territorial da população ateniense.

Anteriormente focada apenas em uma História dita constitucional, ligada às mudanças de governo e às capacidades legais de determinado povo, a história da pólis ateniense se expandiu para o exame de “padrões fixados de comportamento, que ofereciam a confirmação de que aquilo que os atenienses faziam e as decisões que tomavam não eram arbitrárias, mas consequências de um processo consagrado pela tradição” (Osborne, 2010, p. 13). Apesar de não explicitar a noção de tradição empregada, acreditamos que Osborne se refere ao νόμος, um vocábulo que, como vimos, denomina costumes, tradições e, também, a cultura. A tradição era pensada em termos da repetição de uma atividade costumeira, por exemplo, os rituais em celebração à cidade, inscritos oficialmente no calendário de Atenas, e tais atividades ordenavam a vida dos cidadãos, sobretudo porque a democracia ateniense estava calcada em uma suposta homogeneidade.

Enquanto uma parcela da historiografia atual se opõe à conceituações herméticas e postula os vínculos cotidianos entre os habitantes como chave explicativa para a pólis, Osborne (2010, p. 27) opta por concebê-la pela sua uniformidade. Segundo o autor, ao excluir os escravos e as mulheres, os atenienses se definiam pela diferença, criando um corpo cívico relativamente coeso, capaz de garantir o sucesso da política. Por conseguinte, a democracia dependeria fundamentalmente dessa unicidade construída de maneira consciente e baseada na tradição.

O historiador pressupõe a inexistência de questionamentos atinentes ao alicerce político de Atenas por parte dos cidadãos, visto que o padrão homogeneizante garantiria o pleno andamento da democracia, então, não seriam identificadas indagações a esse respeito. Nos contrapomos a este ponto de vista justamente por enxergarmos na comédia uma rica fonte de apontamentos e problematizações relacionados à cidadania e democracia atenienses. Ao posicionar as esposas dos cidadãos em assuntos bélicos e universos considerados masculinos, somado à constante reiteração da ligação delas com a cidade, defendemos que Aristófanes não apenas ilumina o problema do exercício democrático na sociedade do V e IV séculos, como também busca debatê-lo no espaço do teatro, empregando as mulheres enquanto vetor de crítica aos homens.

No que diz respeito a trabalhos da década de 1980 referentes à cidade ateniense, salientamos as produções de Claude Mossé. Ao buscar compreender as movimentações históricas que culminaram na concretização da instituição democrática na Atenas Clássica e no seu desfalecimento um século mais tarde, a historiadora se propõe a analisar a paulatina formação da democracia por meio de suas instituições. A autora possui diversas obras dedicadas ao tema, pelas quais é possível traçar seu entendimento acerca desse complexo arcabouço político. Para ela, a democracia pode ser definida enquanto o sistema sustentador da prosperidade interna e preeminência externa da cidade, visto que o período de efervescência cultural, econômica e militar de Atenas coincidiu com o aprimoramento dos diferentes setores deliberativos. Destes, ela se debruça sobre o tribunal dos heliastas, bem como sobre a assembleia e a *boulé*, amparada, mormente, pelo relato de quatro autores da época: Tucídides, Heródoto, Aristóteles e Demóstenes.

Nesse sentido, percebemos que Osborne assume uma posição similar à da autora no que tange ao papel do Conselho dos 500, pois ela afirma que, embora detivesse poder de voto e fosse reconhecida como espaço legítimo das resoluções da pólis, a assembleia usualmente se detinha sobre questões anteriormente exigidas pelo Conselho, ou seja, não possuía uma autonomia tão inflada quanto Aristóteles retratou na *Constituição de Atenas*. A ela cabia fiscalizar a atuação dos magistrados, propor e discutir leis, organizar as finanças públicas e julgar violações políticas, mas as pautas do dia eram estipuladas pela *boulé* (Mossé, 1999, p. 24).

Esse tipo de distribuição do poder se dava, principalmente, durante o V século, no qual a democracia foi gradativamente consolidada e aprimorada. No século IV, momento de intensa desestabilidade política e econômica, a *boulé* perdeu sua força de deliberação e organização, isto é, uma questão a ser discutida na assembleia não necessitava de aprovação prévia do Conselho como antes. Esta aprovação prévia era lida na forma da *προβούλευμα*, um documento cujo conteúdo estava ligado aos assuntos do dia na assembleia e, após a leitura, passava-se à votação para consultar os cidadãos e saber se gostariam de adicionar uma nova proposta (Mossé, 1985, p. 52-54). Captar a instabilidade da época nos permite inserir *Assembleia de Mulheres* no contexto do qual faz parte, afinal, a peça apresenta uma proposta política que se coaduna às circunstâncias vividas pelos atenienses. Diante do desmonte democrático consecutivo, nosso poeta propõe uma liderança das esposas baseada na distribuição das propriedades públicas, sugerindo não apenas a retomada de um sentimento de pertencimento coletivo por meio do esforço feminino, como também o reestabelecimento de uma centralidade administrativa capaz de organizar as decisões políticas pós-guerra.

Retornando à perspectiva de Mossé (1999, p. 24-26), o *demos* representava o povo comum nos séculos que antecederam à reforma de Clístenes. Conforme a parcela aristocrática foi perdendo poder devido às crises agrárias, os homens livres das camadas mais pobres ascenderam ao patamar de igualdade cívica, patamar potencializado após a divisão da Ática em dez tribos, porque este espaço trouxe a igualdade com os *aristoi* em termos da conquista de direitos políticos.⁶ Aos poucos configurava-se o cenário democrático do V século, baseado no sentimento de pertença à comunidade cívica e na participação dos cidadãos nas associações já mencionadas. Ainda que a distinção econômica existisse e se fizesse presente, sobretudo nos primórdios da democracia quando Sólon implantava medidas inovadoras, ela foi se diluindo de modo paulatino graças ao acesso dos atenienses a melhores situações financeiras. Camponeses antigamente destinados ao serviço de remadores das trirremes puderam integrar as falanges hoplitas porque tinham condições de comprar o próprio armamento.

Embora a análise da historiadora seja de extremo valor por congregar diferentes tipos de documentos e o cruzamento das informações neles dispostas,

⁶ Do grego antigo ἄριστος. Designava aqueles que eram considerados os mais corajosos e melhores em função de seu nascimento aristocrático.

bem como por englobar distintos aspectos da formação democrática em Atenas, desde as instituições em si até o desenvolvimento das cidades gregas, notamos que se alinha à abordagem tradicional. Assim como Osborne, Mossé (1999, p. 38) concebe a exclusão feminina e dos grupos estrangeiros enquanto pressuposto da organização política e social no período clássico. Para ela, o acesso às instâncias institucionais estaria supostamente restrito aos cidadãos. Como constatamos, essa restrição não se confirma quando focamos no funcionamento das frátrias, tribos e *demos* no cotidiano ateniense, como também no ordenamento e ocupação espaciais, visto que tanto homens quanto mulheres se apropriavam de universos públicos e ambos deveriam ser admitidos na frátria para serem civicamente reconhecidos.

Em nossa visão, tal exigência igualava o estatuto cívico dos cidadãos e suas esposas, na medida em que necessitavam da mesma validação para serem aceitos na comunidade e assumirem funções concernentes à cidade e à convivência coletiva. Desse modo, por vislumbrarmos a pólis ateniense a partir de sua pluralidade, nossa leitura se alinha à posturas historiográficas voltadas para a compreensão dos elos cotidianos entre os habitantes, como as de Marta Mega de Andrade (2001), Fábio Augusto Morales (2010) e John Zumbunnem (2012).

Andrade (2001, p. 13-14) se debruça sobre a ligação entre a cidade e o teatro grego antigo, analisando a aproximação entre ambas as esferas nas composições aristofânicas. Segundo a autora, a pólis clássica deve ser compreendida como coletividade, ou seja, como espaço político que agrega a heterogeneidade dos segmentos sociais que a compõe. A cidade incorporava a alteridade de grupos não apreendidos pelos preceitos institucionais, como os escravos, estrangeiros e as mulheres. A pluralidade desses grupos atuava como elemento constitutivo da pólis, composta pelas práticas cotidianas e trocas identitárias entre cidadãos, não-cidadãos, escravos, livres, mulheres e homens.

Morales (2009, p. 27-28) se propõe a revisar alguns modelos teóricos dos séculos XIX e XX que concebiam a pólis como comunidade dos cidadãos, desconsiderando os demais grupos sociais constituintes da realidade cidadina.⁷

⁷ O autor organiza seis modelos teóricos de cidade que, segundo ele, não respondem necessariamente à formulações meticulosas dos estudiosos analisados e aproximados. São eles: a cidade religiosa (F. de Coulanges); cidade consumidora-estamental (M. Weber e M. Finley); cidade moderna (E. Meyer e M. Rostovtzeff); cidade de classes (S. Utchenko, G. de Ste. Croix e

Caracterizada por constantes revisões de historiadores e cientistas sociais contemporâneos, o autor pontua que a definição de pólis também não constituía um consenso para os gregos antigos. Aristóteles estabeleceu diversos conceitos cívicos, privilegiando o pressuposto do agrupamento de cidadãos como alicerce para a formação da cidade. Longe de encerrar a discussão, Morales afirma que as propostas aristotélicas levavam ao questionamento de quem integrava a pólis. Por um lado, o autor (Morales, 2010, p. 73) se aproxima de Andrade, pois, com base na releitura crítica dos modelos supracitados, defende as interações comuns entre os residentes de Atenas como premissa para a construção conceitual de cidade. Por outro, se aproxima de Osborne ao reconhecer a pluralidade de conceitualizações sobre a pólis presentes na época clássica, levando a um amálgama de definições que impossibilitavam uma única explicação.

Neste ínterim, Zumbrunnen procura, em sua abordagem inovadora de Aristófanes, fugir das designações herméticas sobre a visão democrática do poeta. Segundo o cientista político, as teorias contemporâneas acerca da democracia tendem a reduzir esse sistema político ou como uma resistência do povo frente a qualquer poder institucionalizado ou como uma estrutura governada pelo povo por meio das instituições. O estudo aristofânico do autor busca transcender ambas as vertentes, afinal, para ele, tanto a contestação quanto a ação coletiva integravam igualmente o andamento democrático. Aristófanes insere, ao mesmo tempo, personagens comuns resistindo às tentativas de ordenamento político e personagens que contribuem para as atitudes coletivas propostas no enredo; logo, evidencia o peso das duas possibilidades na democracia ateniense. O comediógrafo trabalhava através do dispositivo cômico anteriormente mencionado, a saber, o desafio da cidadania democrática incutido nos espectadores. Ao posicionar protagonistas ordinários nas peças e conferir-lhes grande poder, como as esposas legítimas e os camponeses, nosso poeta almejava discutir, no espaço do teatro, os limites da própria democracia da qual fazia parte e os mecanismos empregados pelos magistrados, desde os discursos até os julgamentos no tribunal. Ele insinuava nos espectadores uma disposição cômica necessária a fim de tornar a democracia inteligível, ou seja, a própria comédia atuava como um dispositivo no qual o público apreendia seu sistema político.

E. Wood); cidade institucional (G. Glotz e M. Hansen) e cidade filosófico-existencial (P. Vernant e C. Meier).

Nessa linha de raciocínio, acreditamos que tal reconhecimento é realizado pelo teatro que, ao inserir a figura feminina nos enredos, identifica-a como parte integrante da pólis. No caso aristofânico, as mulheres são situadas em ambientes considerados masculinos, como a acrópole (parte alta da cidade de Atenas) em *Lisístrata* e a *pnux* (ponto de encontro dos participantes da *ekklesia*, localizado a oeste da acrópole) em *Assembleia de Mulheres*, reiterando o papel político da mulher não apenas como reprodutora legítima dos cidadãos, mas, sobretudo, como componente de um quadro valorativo que a reconhece pelo olhar da alteridade. As encenações remetem à questão da diferença e do outro na cidadania ateniense. Em outras palavras, é-nos possível compreender o estatuto do feminino na Atenas Clássica pela sua alteridade, visto que a esposa era reconhecida e apreendida dentro da lógica masculinizada e da ordem normativa da cidade.

Como nos aponta Andrade (2001, p. 22-25), o teatro estabelecia uma relação íntima e mútua com a cidade, pressupondo trocas entre ambas as esferas. As produções aristofânicas levavam ao cotidiano da população a dúvida, o questionamento, a reflexão política e identitária acerca de si mesma e, principalmente, acerca das tensões entre os papéis sociais feminino e masculino. O teatro produzia a cidade e era produzido por ela. Ele ressignificava-a, visto que discutia e tornava pública as fraquezas e contradições da democracia ateniense. Baseados nessas considerações, voltamos agora nosso olhar para algumas peças produzidas pelo autor, nas quais encontramos o protagonismo feminino em ligação com as questões acima debatidas.

As esposas atenienses pelo olhar aristofânico

Em duas passagens documentais, respectivamente de *Lisístrata* (vv. 640-650) e de *As Tesmoforiantes* (vv. 830-845), constatamos a representação atuante do feminino pela legitimidade tanto em expressar-se quanto em prover cidadãos à pólis. Também podemos notar uma semelhança identitária entre os trechos, que será trabalhada adiante:⁸

⁸ Para todas as passagens que se seguem neste último item de nosso artigo, foram utilizadas as traduções de Jeffrey Henderson (2000, 2002).

Coro de Mulheres - E, quando entrar em casa, a que o trouxe à luz não o reconhecerá. Vamos, velhas queridas, primeiro coloquemos isto no chão. Nós, ó cidadãos, um discurso útil à cidade estamos iniciando. E é natural! Ela me educou esplendidamente e me fez requintada: logo aos sete anos fui arréfora; além disso, com dez anos, fui moleira para a fundadora; despindo o manto cor de açafão, fui urso nas Braurônias; e uma vez fui canéfora, uma linda menina segurando uma fieira de figos secos. Será que devo dar um bom conselho à cidade? Se sou mulher, não me queiram mal por isso, quando proponho medidas melhores que as atuais. Eu cumprio a minha parte: contribuo com homens.

Coro de Mulheres - Nós, mulheres, teríamos o direito de lançar muitas censuras aos homens e justamente, sobretudo, por uma coisa, uma enormidade. Seria preciso, se uma de nós desse à luz para a cidade um homem de valor, um taxiarca ou estrategista, que ela recebesse alguma honraria, que um lugar na primeira fila lhe fosse dado. Mas, se uma mulher desse à luz um covarde e vilão, um trierarca vilão ou capitão incompetente, que ela, com a cabeleira raspada, fosse colocada atrás da que deu à luz o corajoso.

De imediato, o que salta aos nossos olhos é o fio que as une: o provimento dos filhos legítimos. Tal fio não apenas as une, como funda a relevância das esposas legítimas na sociedade e fundamenta um lugar de fala que é público e se relaciona com os parâmetros democráticos. O papel da mulher casada possui uma reverberação basilar na cidade, pois, em última instância, sem esposa legítima, não havia pólis; ao menos, não como idealizada e perpetrada nas trocas cotidianas pelos cidadãos e demais habitantes. O coro feminino de *Lisístrata* começa seu pronunciamento afirmando “E, quando entrar em casa, a que o trouxe à luz não o reconhecerá.” Em *Tesmoforiantes*, por sua vez, visualizamos “Nós, mulheres, teríamos o direito de lançar muitas censuras aos homens e justamente, sobretudo, por uma coisa, uma enormidade”. Essa enormidade referida pelas mulheres constitui a mesma aludida em *Lisístrata*: a reprodução dos atenienses que viriam a tornar-se cidadãos. Quando as esposas se colocam como conselheiras, o fazem também calcadas no mesmo argumento “Será que devo dar um bom conselho à cidade? Se sou mulher, não que queiram mal por isso, quando proponho medidas melhores que as atuais. Eu cumprio a minha parte: contribuo com homens”. É justamente por cumprir com a responsabilidade a ela atribuída – responsabilidade que a esposa toma para si, subvertendo-a em algo que a confere validade para falar, denunciar, aconselhar e demonstrar seu

descontentamento com os rumos da Guerra do Peloponeso – que reivindica o aconselhamento ao ateniense.

Também notamos que o estatuto de mantenedoras – as responsáveis por manter a existência da cidade – por elas partilhado e por Aristófanes publicitado reside na reputação que seus filhos ou famílias viriam a adquirir nas relações sociais da pólis. Esse vínculo reputacional é visto na passagem supracitada de *Tesmoforiantes*, pois, para o bem ou para o mal, elas são as responsáveis pelas funções que serão atribuídas aos seus filhos na cidade e, como tal, reivindicam reconhecimento “Seria preciso, se uma de nós desse à luz para a cidade um homem de valor (ἡμῶν εἰ τέκοι τις ἄνδρα χρηστὸν τῇ πόλει), a um homem útil (τις ἄνδρα χρηστὸν) que ela recebesse alguma honraria, que um lugar na primeira fila lhe fosse dado”. Aqui, ressaltamos o substantivo pólis no dativo (τῇ πόλει), denotando que a geração do filho é sempre para a cidade.

Na terceira peça aristofânica que aborda o feminino, *Assembleia de Mulheres*, nos deparamos com uma personagem similar à Lisístrata no que diz respeito ao comportamento ativo assumido na peça, bem como nos objetivos coletivos que congrega. Aspirando à uma satisfatória organização administrativa em Atenas, que havia sido abalada pela derrota na guerra e o consequente governo dos Trinta por Esparta,⁹ Praxágora convoca o grupo de mulheres, propondo a instauração de um novo modelo político, pautado na partilha dos bens comuns e, sobretudo, na eficaz conduta do feminino em gerenciar as questões do *oikos*. De cunho claramente político, essa comédia nos indica a predileção aristofânica em retornar ao tema feminino após dezenove anos, evidenciando sua constante preocupação com a democracia, as relações de gênero subjacentes às políticas e a própria cidade ateniense, pois as esposas são representadas mais uma vez como portadoras da solução frente uma situação social conturbada. Agravada pelo fracasso definitivo decorrente da vitória espartana em 404 a.C. e pelo envolvimento em uma guerra subsequente com Corinto,¹⁰ a pólis ganhou novamente o palco aristofânico em conjunto com as

⁹ Em 404 a.C., logo após o fim da Guerra do Peloponeso, Esparta influenciou a instauração de um governo oligárquico em Atenas, conhecido como o Governo dos Trinta Tiranos (οἱ Τριάκοντα), formado por atenienses em estreita ligação política com o grupo dos *éforos* espartanos. Estes eram eleitos a cada ano para administrar a cidade lacedemônia. Conquanto fator relevante para o enfraquecimento da democracia ateniense, esta tirania não chegou a durar um ano (Morales, 2014, p. 23).

¹⁰ A chamada “Guerra Coríntia” ocorreu durante os anos de 395 e 387 a.C. entre Esparta e uma coalizão formada por Argos, Corinto, Tebas e Atenas (Jones, 1997, p. 252).

esposas de *Assembleia de Mulheres* em um contexto já radicalmente distinto, no qual a democracia havia sido restaurada, mas encontrava-se esmaecida pelos contínuos embates militares e políticos.

Assim, poderíamos dizer que o elo integrante de nosso *corpus* documental reside na esposa ateniense, ressaltada de distintas maneiras nas três comédias. Mais: extrapolando a categoria “mulher” por si só, o que conecta nossa fonte é o feminino em íntima ligação com o campo político, ligação construída por meio de componentes do universo deste gênero com a cidade. Mesmo que esses elementos sejam privados, são também públicos, como o sexo diretamente relacionado à manutenção da pólis, a organização do *oikos*, a realização dos festivais, dentre outros.

Por tratar-se de um discurso cômico que, como vimos, é capaz de trazer o caráter crítico à tona e também de aproximar-se da rotina ateniense pela linguagem empregada e pelas referências do dia a dia mobilizadas no palco, acreditamos que os enunciados aristofânicos inserem o protagonismo feminino para além da dimensão risível, pois nosso poeta representa mulheres reais em suas peças, partícipes do cotidiano citadino nas relações domésticas, familiares, de amizade, nas relações cívicas e de trabalho, representação esta carregada de críticas aos políticos de Atenas e, ainda, longe do ideal da boa esposa. Presumir a busca pelo efeito de comicidade como única motivação para as personagens de Aristófanes significa não apenas ratificar a passividade feminina, mas, sobretudo, restringir as diversas possibilidades interpretativas de sua obra, desconsiderando a faceta crítico-reflexiva de seus trabalhos, faceta essa reafirmada pelo próprio teatrólogo e demonstrada neste artigo.

Alçados por essas considerações, lançamos outro olhar sobre Aristófanes e suas produções, elencando a temática feminina como central ao nosso estudo. Pela análise documental de nossas peças-alvo, notamos a inscrição de mulheres ativas tanto no sentido de ocupar ambientes públicos quanto no de simbolizar uma via de crítica legítima aos cidadãos atenienses e, também, detectamos a ênfase nelas como portadoras das soluções políticas para os problemas de Atenas, porque postas em situações emergenciais e conflituosas da pólis.

Ao analisar a configuração dos heróis na produção aristofânica, Cedric Whitman (1964, p. 202) defende que havia uma euforização de características femininas nas peças aristofânicas, visto que as personagens se constituem, no

enredo, a partir de sua feminilidade. Compartilhamos da ideia do autor quando defende que as heroínas se utilizam taticamente de seus atributos femininos e de seu lugar social para mobilizar as mulheres e findar a guerra. Ela não possui a obrigação de masculinizar-se, pois encontra respaldo, tanto dos homens quanto das mulheres, em seu próprio gênero. Em *Assembleia de Mulheres* (vv. 170-180) notamos a repetição desse comportamento: as esposas legítimas se utilizam de um espaço que é reconhecidamente delas, o *oikos*, bem como se valem de seu lugar identitário feminino. E, ainda que o *oikos* seja um ambiente privado, o é em contínua e íntima ligação com o público:

Praxágora - Rogo aos deuses que os planos acordados alcancem êxito. Ao que me concerne, me importo tanto com esta pátria quanto vocês homens, porém me preocupo e muito com toda a política da cidade, porque vejo que sempre tem maus governantes. E algum, com um pouco de sorte, pode ser bom um dia, mas na maioria das vezes é mau. Por certo, não é fácil colocar homens difíceis de contentar como vocês na linha [...]

Pois bem, são vocês, povo ateniense, os culpados por tudo isso, pois vivem às custas do tesouro público e cada um em particular procura obter mais benefícios enquanto os bens comuns são deixados de lado. Se prestarem atenção, posso salvá-los: afirmo que precisamos colocar o governo na mão das mulheres, pois em nossa casa são elas que se ocupam do governo e da administração.

É evidente que a situação proposta – o governo das mulheres – não se fazia possível, mas o que nos chamou a atenção é o paralelo entre a administração pública e a privada, bem como a identificação proposta entre o feminino e os problemas citadinos. Ele é inserido em uma função salvadora, solucionadora, destacando as falhas do governo e reconhecendo-se como agentes ativos dessa solução. As mulheres se organizam coletivamente, mostrando força e coesão para eleger uma líder capaz de ocupar a *pnux* e instaurar uma nova ordem política. Jeffrey Henderson (2002, p. 239) defende que, ao contrário de um suposto objetivo matriarcal, a obra endossa a crítica aristofânica à administração da pólis. A presença de Praxágora e das demais esposas na *pnux* autoriza as ações femininas no decorrer da comédia, visto que, se pensarmos na proximidade espacial entre este local de debate e o *tesmofórion*, onde ocorria a celebração das tesmofórias em homenagem a Perséfone e Deméter, a *pnux* não seria considerada tão distante do universo feminino pelos atenienses.

Assim, a situação fictícia criada por Aristófanes permite ao feminino construir um espaço próprio de comunhão pública, transcendendo o âmbito privado, bem como relaciona-se aos conflitos políticos do início do IV a.C., atinentes às tentativas de reorganização da democracia ateniense. Além disso, o trecho acima nos permite visualizar o posicionamento denunciatório atribuído às esposas e reforçado por Aristófanes quando Praxágora afirma se importar com Atenas em igual medida se comparada aos homens e, ainda, quando se direciona aos espectadores presentes no espetáculo teatral pelo uso de ὑμεῖς γὰρ ἐστ' ὃ δῆμος τούτων αἴτιοι, ou seja, do pronome pessoal “vós” conjugado à menção do δῆμος no vocativo. A personagem, que representa a mulher casada na sociedade ateniense, se dirige diretamente aos homens em um tom não apenas de denúncia, mas de verdadeira acusação e preocupação. Os do *demos*, ou seja, os cidadãos são os αἴτιοι (“responsáveis”) ou, como Henderson opta por traduzir, “culpados” por todos os males acarretados pela guerra e pelo mau uso do dinheiro público. Notamos como a função mantenedora atrela-se à de conselheira. Por carregar o dever de garantir a manutenção da cidade pela reprodução dos filhos, a mulher carrega, simultaneamente, o direito e a validade de falar, de expressar-se com uma certa liberdade que, muitas vezes, cabia apenas a ela dentro das categorias femininas em Atenas.

Acreditamos que, através das esposas, as ações masculinas poderiam ser criticadas, denunciadas ou censuradas. Assim, podemos dizer que o núcleo aristofânico recaía sobre as mulheres casadas, seus lugares e atribuições cívicas, bem como sobre suas vinculações com as instâncias de poder e com os homens que as rodeavam: filhos, maridos, amantes. Um dos elementos mais significativos da obra de Aristófanes consistia no feminino, retratado na comédia enquanto mantenedor da pólis, e, sobretudo, como portador das ponderações a esses homens atenienses “difíceis de satisfazer e advertir” (χαλεπὸν μὲν οὖν ἄνδρας δυσαρέστους νοουθετεῖν).

As palavras de Praxágora acima mencionadas, personagem principal de *Assembleia de Mulheres*, mostram outra possível imagem do dia a dia ateniense, pois ela busca aconselhar os ἄνδρας em termos políticos, demonstrando o desejo feminino em fazer-se útil e em envolver-se nas questões da cidade. Além disso, os homens para os quais ela fala estavam presentes na audiência, ou seja, a alfinetada aristofânica levada a cabo pelas esposas tinha um público definido

dentre o emaranhado de cidadãos, não-cidadãos, estrangeiros e mulheres que assistiam às peças. Alfinetada, vale notar, do feminino para o masculino. O verbo *vouθετεῖν* empregado pelo poeta é, também, bastante significativo, pois se refere especificamente ao aviso, à admoestação da personagem para o espectador, como também a possíveis tentativas femininas em inteirar-se nos assuntos políticos com seus maridos. A dificuldade (*χαλεπὸν*) residia na negação destes homens em ouvi-las e em acatarem seus conselhos e não na omissão delas, que se viam como parte da cidade.

Por fim, salientamos que, embora as personagens cômicas não sejam reais, elas são construídas a partir de mulheres comuns, integradas à lógica cidadina, como as esposas legítimas, prostitutas e escravas. Acreditamos que, por conjugar a função pedagógica do teatrólogo, as relações cotidianas da cidade ateniense e o diálogo com o público pela parábase, a constituição dos enunciados presentes em tal comédia encontrava correspondência com o saber compartilhado pelos gregos sobre o alcance do papel feminino nessa sociedade, e, simultaneamente, contribuía para (re)construí-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Aristófanes. *Os Acarnenses*. Introdução, versão do grego e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

_____. *Os Cavaleiros*. Introdução, versão do grego e notas de Maria de Fátima Sousa e Silva. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 2004.

Aristophanes. *Acharnians. Knights*. Translation and edition by Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library 178. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 1998.

_____. *Birds. Lysistrata. Women at the Thesmophoria*. Translation and edition by Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library 179. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 2000.

_____. *Frogs. Assemblywomen. Wealth*. Translation and edition by Jeffrey Henderson. Loeb Classical Library 180. Cambridge, Massachusetts/London: Harvard University Press, 2002.

Bibliografia Crítica

Andrade, M. M. de. *A Vida Comum: Espaço e Cotidiano nas Representações Urbanas da Atenas Clássica*. São Paulo: USP, 2000.

_____. *A Cidade das Mulheres: Cidadania e Alteridade Feminina na Atenas Clássica*. Rio de Janeiro: LHIA, 2001.

Jones, P.V. *O Mundo de Atenas*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Morales, F. A. *A Democracia Ateniense Pelo Averso: Os Metecos e a Política dos Discursos de Lísias*. Dissertação de Mestrado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

_____. Cidades invisíveis: para uma crítica do conceito de polis. *Revista Archaï: Revista de Estudos Sobre as Origens do Pensamento Ocidental*, v. 4, 2010, p. 81-94.

Mossé, C. *As Instituições Gregas*. Lisboa: Edições 70, 1985.

_____. *O Cidadão na Grécia Antiga*. Lisboa: Edições 70, 1999.

Osborne, R. *Athens and the Athenian Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

Sousa e Silva, M. F. *Crítica do Teatro na Comédia Antiga*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

_____. A posição social da mulher na comédia de Aristófanes. *Humanitas*, v. 31, 1980, p. 97-114.

_____. *Ensaio Sobre Aristófanes*. Lisboa: Cotovia, 2007.

Whitman, C. *Aristophanes and the Comic Hero*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1964.

Zumbrunnen, J. *Aristophanic Comedy and the Challenge of Democratic Citizenship*. Published by: Boydell & Brewer/University of Rochester Press, 2012.

A TERRA SIGILLATA AFRICANA NO CENÁRIO DE ESTUDOS RECENTES: PRODUÇÃO, CIRCULAÇÃO E ESTRUTURAS PORTUÁRIAS

Maria Isabel D'Agostino Fleming¹

RESUMO: A *Terra Sigillata Africana* (ARSW), produzida desde o final do século I d.C., atingiu grande importância a partir dos séculos III-IV d.C. Na versão de vasilhas de mesa e lamparinas de alta qualidade, foi distribuída tanto regionalmente quanto através de bem estabelecidas rotas comerciais na bacia do Mediterrâneo. Estudos recentes sobre sua produção, datação e distribuição apresentam inúmeras discussões e revisões dos principais conjuntos cerâmicos mediterrânicos para resolver problemas de tipologia e cronologia além da atribuição da localização dos centros de produção. Essa linha de investigação leva à interpretação do papel da cerâmica *sigillata* associada à produção e consumo de produtos de alimentação africanos, como o trigo, o óleo de oliva, o vinho e as salmouras de peixe (*salsamenta*, *garum*). Assim, é amplo o cenário das pesquisas que chamam atenção para os limites dos modelos clássicos de estudo da cerâmica africana e realizam revisões acuradas de datação, origem e conteúdo das vasilhas, especialmente com métodos arqueométricos. Neste sentido, novas questões e dificuldades são enfrentadas para explicar os modos de produção e de comercialização da *sigillata* e das ânforas africanas no Mediterrâneo, tendo como elemento importante o mercado interno africano, com produtos de alimentação de exclusiva circulação regional associados a vasilhas e ânforas com tipologias locais. Tais questões se entrelaçam com e convergem para o problema da estrutura portuária necessária para o escoamento da produção africana. Estudos introdutórios avaliam fluxos dos navios e propõem seus percursos na bacia mediterrânica, entretanto, as pesquisas relevantes nesse contexto revelam a importância do papel dos portos artificiais. Ainda que suas evidências até muito recentemente tenham sido negligenciadas, demonstrou-se que os portos artificiais foram não só a maioria esmagadora como também determinantes no contexto em que se desenvolveram relações entre conectividade e atividades econômicas no Período Romano Tardio. O objetivo deste artigo é oferecer um panorama desta discussão.

PALAVRAS-CHAVE: Cerâmica norte-africana; Produção; Circulação; Estudos arqueométricos; Estruturas portuárias artificiais.

ABSTRACT: The *African Terra Sigillata* (ARSW), produced since the end of the 1st century A.D., reached great importance from the IIIth-IVth centuries A.D. In the version of high quality tableware and lamps, it was distributed both regionally and through well-established trade routes in the Mediterranean basin. Recent studies on production, dating and distribution go through numerous discussions and reviews of the main Mediterranean ceramic assemblies, with

¹ Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Laboratório de Arqueologia Romana Provincial (LARP).

a view to solving typology and chronology problems in addition to the location of production centers. This line of research leads to the interpretation of the role of *sigillata* ceramics associated with the production and consumption of African food products, such as wheat, olive oil, wine and fish brine (*salsamenta*, *garum*). As a result, there is a wide range of researches calling attention to the limits of classical models of African ceramics by offering accurate reviews of dating, origin and content of vessels, especially with archaeometric methods. New issues and difficulties are faced in order to explain the methods of production and commercialization of *sigillata* and African amphorae in the Mediterranean, having as an important element the African domestic market, with food products of exclusive regional circulation associated with vessels and amphorae with local typologies. These questions intertwine with and converge to the problem of the port structure necessary for the flow of African production. Introductory studies evaluate ship flows and suggest their routes in the Mediterranean basin, however, relevant researches in this context reveal the role of artificial ports. Although this evidence was neglected for a long time, it has been now demonstrated that artificial ports were not only the overwhelming majority but also determinant in the context in which relations between connectivity and economic activities in the Late Roman Period were carried out. The article offers an overview of this debate.

KEYWORDS: North African pottery; Production; Commercialization; Circulation; Archaeometric studies; Artificial port structures.

1 Introdução

A *Terra Sigillata Africana*, também denominada *African Red Slip Ware* (ARSW), ou seja, cerâmica africana de verniz vermelho, foi uma das mais duradouras cerâmicas finas do Mediterrâneo. Segundo Carandini (1983, p. 146), a cerâmica africana pode ser considerada como a mais difundida de todas as cerâmicas da Antiguidade Clássica. Como de regra, as formas mais comuns não se alteraram do século IV ao VII d.C., sendo que as *sigillatas* africanas se tornam realmente abundantes no Mediterrâneo Oriental na segunda metade do século IV e começo do V d.C. Este é o momento em que as produções da Tunísia setentrional, especialmente as do baixo vale do Rio Mejerda, atingem a maior parte das regiões sob dominação romana, mesmo as mais recuadas. Mas é também o momento da história em que o Mediterrâneo Oriental está plenamente integrado ao resto da bacia mediterrânica do ponto de vista de seus abastecimentos de cerâmica fina. Da mesma forma como no Mediterrâneo Ocidental, a *sigillata* africana torna-se majoritária em muitos sítios da Grécia, Tunísia ou do Levante.

Esta seria a segunda maior fase de conectividade do Norte da África com a bacia mediterrânea após o período de mudanças importantes do I milênio a.C., resultantes da colonização fenícia, púnica e grega do final do século IX ao VI a.C. No Período Imperial, a conectividade foi construída sobre os primeiros desenvolvimentos coloniais, mas os ultrapassou em larga escala, sendo que na primeira metade do I milênio d.C. surgiram diferentes estratégias econômicas, identidades e padrões de relações sociais à medida em que Roma interagiu com a África de uma maneira muito mais sistemática do que quaisquer poderes externos jamais haviam feito. Foram reconhecidos muitos elementos dessa interação, entre eles o envolvimento extensivo das cidades africanas na *annona* no comércio marítimo.

Nesse sentido, na questão da difusão e importação das *sigillatas* africanas associadas ao transporte do trigo, como será visto em maiores detalhes adiante, cabe destacar a importância de escavações sistemáticas de sítios arqueológicos que forneceram perspectivas sobre os trajetos percorridos pelas embarcações, tendo em vista essencialmente a questão prática, estratégica e econômica do fluxo dos navios nos dois sentidos do percurso, de modo a garantir que estivessem sempre carregados (Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326; Fleming, 2017). Os resultados são hipóteses sobre os possíveis trajetos executados: a) linhas diretas especialmente para Roma, considerando a importância do tráfico, porém não destinadas ao abastecimento da cidade a partir de Cartago, de acordo com referências a um navio que ligava diretamente Óstia a partir de Hipona (*Hippo Regius*) (Salvius Iulianus, *Digesta*, 14.2.6); b) linhas indiretas, tendo em conta o papel desempenhado pelos carregamentos de retorno à África. Neste aspecto, Fentress *et al.* (2004 *apud* Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326), sugeriram que Roma poderia ter desempenhado um papel de porto-entreponto entre a África e a Sicília, de maneira que uma parte do abastecimento da ilha em ARSW seria assegurada pelos navios de comércio que retornavam de Roma para a África. Ao mesmo tempo, foi sugerido que Alexandria possivelmente tenha sido alimentada de ARSW pelos carregamentos de retorno dos navios da *annona* (Bes, 2007, p. 190 *apud* Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326).

Uma extensão desse modelo pode ser proposta considerando as condições naturais relativas ao regime dos ventos dominantes que tornam

impossível o trajeto Alexandria-Roma ao longo da costa da Cirenaica a partir de junho. Neste caso, seria conveniente navegar primeiramente na direção de Chipre a nordeste, chegar à Lícia e, enfim, dar uma guinada para Rodas e o sul de Creta (Arnaud, 2005, p. 13 *apud* Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326).

Assim, um vaso de *sigillata* africana presente em Creta, dependendo da ocasião, poderia ter viajado primeiramente da África a Roma, depois de Roma a Alexandria e, enfim, de Alexandria para o Mar Egeu, em função das oportunidades das partidas dos navios e do regime sazonal dos ventos (Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326).

Finalmente, a cabotagem complementa a forma de redistribuição das mercadorias a partir dos portos principais. Ela tem um papel bem conhecido e pode às vezes assegurar a difusão primária dos produtos. Para a ARSW, parece ser bem o caso do sudoeste da Sicília, em virtude da proximidade das costas africanas (Fentress *et al.*, 2004 *apud* Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326). A Numídia, Mauretânia Cesariense, sul da Sardenha e Cirenaica poderiam igualmente, em razão da proximidade, seguir este regime de difusão aleatória das cerâmicas africanas (Bes, 2007 *apud* Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326).

A questão do fluxo e percurso de navios e a difusão e importação das *sigillatas* africanas na bacia mediterrânica tiveram como referência escavações em sítios arqueológicos de portos naturais bem determinados e conhecidos da literatura. Entretanto, como será tratado no item 3 deste artigo, o aspecto portuário que deu sustentação à produção, circulação e distribuição de itens de produção africana deve ser considerado em um cenário bem mais amplo que inclua as estruturas portuárias artificiais e venha corrigir a negligência desse corpo de evidências, como molhes, cais, recintos e quebra-mares (Stone, 2014). Os resultados desses estudos, ao preencher esta lacuna, trouxeram à luz e puderam comprovar o porte que atingiu a economia africana diante do crescimento significativo no volume total da produção agrícola e artesanal do século I ao IV d.C., sendo que foram atendidas as exigências de padrões econômicos de larga escala.

O *boom* das importações de *sigillatas* africanas na segunda metade do século IV e no começo do V é tanto mais impressionante uma vez que é seguido de uma nítida flexão dos aportes a partir da metade do século V. O forte

aumento da cerâmica *sigillata* por volta da metade do século IV é tradicionalmente associado à fundação de Constantinopla em 330 (Fulford, 1984, p. 113). Embora a real “fundação” de Constantinopla provavelmente não tenha contribuído para a mudança na distribuição da ARSW em termos diretos, ela determinou uma grande mudança na orientação dos padrões econômicos e outros que se desenvolveram durante os primeiros dois a três séculos a.C. Com a capital do Império localizada mais centralmente e a uma grande distância de Roma, surgiu um novo ponto fulcral em termos administrativos, políticos, militares, diplomáticos e econômicos. Segundo Bes e Poblome (2009, p. 68-69), é nesse contexto que precisa ser colocada uma explicação para a reorientação na distribuição da ARSW durante a segunda metade do século IV d.C. O fenômeno, entretanto, parece ter tido curta duração. Como dito acima, no final do século IV d.C., o volume da *sigillata* decresceu e continuou até o final do século V d.C., embora com diferentes intensidades. As incursões vândalas dos anos 430 d.C. são frequentemente mencionadas como o fator que causou um declínio na movimentação da ARSW na direção do Mediterrâneo Oriental, embora pareça que ela tenha começado a decrescer algumas décadas antes, o que sugere que os vândalos não devem ter sido o único fator. Para Bes e Poblome (2009, p. 69), talvez os vândalos tenham influenciado a manufatura da ARSW apenas ligeiramente. Ainda que uma quantidade decrescente de ARSW tenha fluído para o Mediterrâneo Oriental, considerando o aspecto distribucional, o que dizer do real volume de produção? Outro ponto a ser considerado é que a manufatura de *sigillatas* focieas e cipriotas começou no final do século IV d.C. Talvez estas tenham parcialmente substituído a ARSW nos mercados orientais.

Assim, de um modo geral, os sítios orientais fornecem poucas formas atribuíveis à produção africana do período vândalo. Este fenômeno é particularmente evidente para as produções da Tunísia central, que tinham marcado no século III d.C. o verdadeiro ponto de partida das importações de vasilhame africano no Mediterrâneo Oriental e cujas formas tardias características do período vândalo têm uma difusão muito restrita. O Egito, neste contexto, é uma exceção notável, mesmo em relação ao resto da bacia mediterrânica. De todo modo, em proporções variáveis segundo os lugares, as importações de vasilhas africanas parecem recuar ao mesmo tempo no conjunto do Mediterrâneo. A retomada das importações de cerâmica *sigillata* africana no

Mediterrâneo Oriental reaparecerá de forma evidente no século VI d.C., quando as produções da Tunísia setentrional são novamente bem atestadas, especialmente as da oficina de Oudhna e as de uma oficina vizinha ainda não identificada.

Além de seu papel como instrumento de datação, e em menor grau, como um veículo para ilustrar o “equilíbrio” de importação-exportação de um depósito, sítio ou área, a ARSW tem recebido atenção crescente de uma variedade de outros ângulos de pesquisa, entre os quais está a convicção de que a cerâmica romana tem o potencial de contribuir para nosso entendimento dos trabalhos “da” economia romana. Afinal de contas, a larga dispersão de um restrito número de vasilhas de mesa com proveniências geralmente bem estabelecidas e seu enquadramento tipo-cronológico, não reflete senão algo de um Mediterrâneo conectado socioeconômica e culturalmente. Em vista da tradição de publicação de cerâmicas de mesa romanas desenvolvidas desde o século 20, amadureceu-se o tempo para uma avaliação dos pontos fortes e fracos, bem como dos paradigmas acadêmicos implícitos (Bes e Poblome, 2009, p. 66).

A despeito de terem sido realizadas importantes pesquisas, não obstante certas exceções, a situação geral para o estudo das vasilhas de mesa no Mediterrâneo Oriental é muito menos desenvolvida do que para a ARSW ocidental. Isto também parece ser o caso da *sigillata* italiana. A figura da ARSW parece ficar cada vez mais complexa à luz de novas escavações, prospecções, análises arqueométricas e outras evidências. Esta crescente complexidade, no entanto, traz a vantagem de permitir aos estudiosos mapear a infraestrutura de fabricação regional com o desenvolvimento agrícola e artesanal da África Proconsular/Bizacena, que oferece, em teoria, uma melhor compreensão da dispersão da ARSW dentro de um quadro socioeconômico e sociocultural diacrônico. Para além de estabelecer que um objeto tenha viajado entre dois pontos bem estabelecidos, de reconstruir as esferas de produtores, distribuidores, comerciantes, consumidores e as formas em que estes parceiros interagiam, tal mapeamento deveria contribuir para uma melhor compreensão do funcionamento da economia (ou economias?) romana (Bes e Poblome, 2009, p. 67).

Nesse sentido, houve contribuições significativas de estudos voltados à arqueometria para o conhecimento mais aprofundado da ARSW com análises de petrografia cerâmica que permitiram estabelecer a mesma origem de produção africana de vasilhas encontradas na Líbia, Albânia, França, Antibas e Tunísia, na região de Zitha. Isto levou a considerações sobre a necessidade de um programa ambicioso de prospecção com vistas a estabelecer um inventário global das oficinas africanas na Argélia, Líbia e Tunísia para caracterizar sua produção de um ponto de vista tipológico e petrográfico, bem como identificar as possíveis fontes de matéria prima. As prospecções, contudo, são ainda muito pontuais e desconectadas umas das outras e as escavações extensivas das instalações são quase completamente ausentes (Capelli e Bonifay, 2014, p. 241-242).

Ainda nesse cenário, o Projeto ICRATES tem como objetivos estudar, analisar e explicar padrões de produção, distribuição e consumo de cultura material romana (Bes e Poblome, 2009). A primeira fase do projeto concentrou-se na distribuição e consumo de artigos de mesa no Oriente Romano, recolhendo a maior parte dos trabalhos publicados para o Mediterrâneo Oriental em uma base de fragmento por fragmento em um sistema de banco de dados relacional, ou seja, um banco de dados que modela os dados de uma forma que eles sejam percebidos pelo usuário como tabelas, ou, mais formalmente, relações. Para este fim, foram selecionados dados referentes à identificação do material, ao reconhecimento do mesmo (incluindo proveniência) e realizado um quadro tipográfico-textual, de forma que a análise pudesse alcançar a maior precisão possível. A tradição baseada na publicação foi, assim, desconstruída para produzir um banco de dados relacional que agora conta com mais de 25.000 registros, bem como coleta e processamento de dados em progresso. Os dados coletados contêm a maioria dos locais de escavação publicados e regiões de pesquisa e deriva de todos os países modernos do Mediterrâneo oriental (Grécia, Turquia, Síria, Líbano, Israel, Jordânia, Egito e Líbia).

Esses trabalhos críticos mais recentes têm valorizado a contribuição das cerâmicas à história do comércio mediterrânico dos séculos IV ao VII d.C., destacando-se nesse terreno os progressos realizados sobre a parte oriental (Bonifay, 2005). Foram mais bem definidos os locais de fabricação das *sigillatas* tardias e das ânforas orientais, bem como os detalhes de sua circulação nessas

duas grandes zonas de troca do Mediterrâneo Oriental, que são o Egeu e o Mar Negro, de um lado, e, de outro, o Oriente Próximo (Antioquia, Palestina-Arábia e Egito). Paralelamente, a presença das cerâmicas africanas foi confirmada ao longo de todo o período com um particularismo evidente na difusão dos objetos e modelos. Segundo Bonifay (2007, p. 156), do ano 350 ao 699 d.C., a característica da indústria da cerâmica africana não mudou fundamentalmente, talvez devido às demandas inalteradas. Durante este período, a vitalidade de produção e a tecnologia foram sustentadas por um crescimento econômico e pela mobilidade das oficinas. Entretanto, por volta de 650 d.C., algumas mudanças na tecnologia tornaram-se aparentes, embora fossem lentas na ARSW, ligeiras nas lucernas ou difíceis de explicar na questão da cor ou do material. Em alguns casos, deve-se aceitar certo empobrecimento da tecnologia.

2 A sigillata africana: novas questões, novos problemas

Com base nas questões apontadas acima em relação aos estudos sobre a difusão das cerâmicas africanas no Mediterrâneo oriental no Período Imperial Tardio (séculos IV-VII), são três os pontos de apoio do aprofundamento das pesquisas mais recentes: a) o grande crescimento dos aportes de *sigillatas* africanas na segunda metade do século IV d.C.; b) a desarticulação no transporte das vasilhas finas e das ânforas; c) a influência da cerâmica africana sobre as produções orientais.²

Esta linha de investigação introduz a cerâmica *sigillata* nos parâmetros da produção e consumo de produtos de alimentação africanos, como o trigo, o óleo de oliva, o vinho e as salmouras de peixe, (*salsamenta*, *garum*³). Os resultados provenientes de estudos arqueométricos de conteúdo das vasilhas, bem como de revisões cuidadosas de datação, confirmam os limites dos modelos clássicos de estudo da cerâmica africana (Capelli, Bonifay, 2014; Cau *et al.*, 2012). Consequentemente, os modos de produção e de comercialização da *sigillata* e das ânforas africanas devem ser explicados a partir de novas questões expostas a seguir.

² Entre essas pesquisas despontam as de Michel Bonifay, do Centre Camille Julien (Aix-Marseille Université/CNRS), que são referência frequente nos debates da área ceramológica e estímulo para novas propostas e diversificação de abordagens críticas dos estudiosos (Bonifay, 2004, 2005, 2007, 2011, 2012, 2013, 2014).

³ Garo (em latim, *garum*) ou liquamen: condimento feito de sangue, vísceras e de outras partes selecionadas do atum ou da cavala misturadas com peixes pequenos, crustáceos e moluscos esmagados; tudo isto era deixado em salmoura e ao sol durante cerca de dois meses ou então aquecido artificialmente.

2.1 O lugar da oleicultura na produção cerâmica na África e o desenvolvimento geral da economia da província

Os estudos atuais enfrentam os resultados das pesquisas tradicionais que têm como consenso tanto o óleo de oliva como o único conteúdo das ânforas (ou pelo menos o principal produto comercializado) quanto o fato de o mesmo ser o motor da exportação de todas as outras cerâmicas africanas, em especial a *sigillata*. No momento, as pesquisas históricas e arqueológicas tendem a reduzir a oleicultura em vantagem de outras produções, como as *salsamenta* (salmouras), o vinho ou a produção maciça do trigo, que viajava em sacos nos porões dos navios (Bonifay, 2011, p. 17). Essa produção maior da África, esquecida um período em proveito da arboricultura, poderia bem constituir o elemento de drenagem da difusão da *sigillata* africana. Esta ideia foi avançada pelos especialistas Clay (1992, p. 353) e Panella (1993, p. 639 *apud* Bonifay, 2005, p. 576, nota 72), excepcionalmente para explicar a difusão da *sigillata* africana no Mediterrâneo Oriental, e hoje talvez conviesse fazer dela um princípio geral. Temos, assim, levantada a questão da desvinculação entre a comercialização da *sigillata* e os produtos transportados em ânforas, que é uma das questões da síntese da difusão das cerâmicas finas africanas no Mediterrâneo Oriental nos séculos IV-VII d.C.

As ânforas africanas (Fig. 1), com exceção das *spatheia* (pequenas ânforas, às vezes, quase miniaturas), têm menos sucesso do que a *sigillata* na região oriental. Esta impressão de raridade é constante durante toda a Antiguidade. Com algumas exceções, as ânforas púnicas não são exportadas para o Oriente antes do século II a.C. As primeiras ânforas africanas de período romano parecem provir da Tripolitana. Ao longo dos séculos II e III d.C., a presença das ânforas africanas clássicas permanece rara (Bonifay, 2005, p. 572). De acordo com Mocanu (2012, p. 326), há pouca possibilidade de que a cerâmica de mesa africana tenha sido adquirida diretamente dos produtores (ceramistas, proprietários das oficinas) e então vendida nos mercados na foz do Danúbio. A teoria pode ser apoiada devido à baixa porcentagem de vasilhas de mesa proveniente do norte da África, cerca de 5 a 10% de toda a cerâmica descoberta nos sítios romanos de Dobrogea (Cítia). Quanto às ânforas, Mocanu (2012, p. 327) afirma que, usadas para produtos de peixe e óleo de oliva, elas

foram certificadas em numerosos assentamentos na *Scythia Minor*, ainda que o número total das mesmas seja muito inferior ao de vasilhas de mesa.

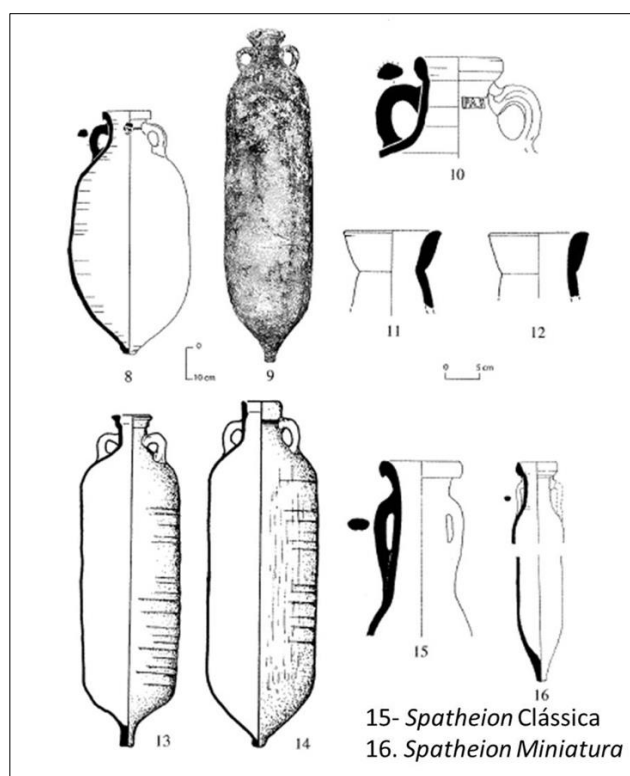


Fig. 1 - Ânforas africanas. Fonte: imagem modificada de Bonifay (2005, fig. 2, p. 573).

Poderíamos esperar que as importações de gêneros africanos seguissem passo a passo a evolução das importações de *sigillata* africana para a bacia do Egeu. Mas, não foi assim: no século IV as ânforas africanas cilíndricas de dimensão média são sempre muito mal representadas, salvo talvez no Levante. Algumas *spatheia* aparecem, entretanto, de maneira mais regular na metade do século V. Neste panorama, e, levando em conta a queda das importações de vasilhas na segunda metade do século V e começo do VI, é surpreendente constatar a presença de ânforas africanas cilíndricas de grandes dimensões em número não negligenciável em vários sítios orientais. Trata-se principalmente de produção do sul da Bizacena e do Cabo Bon, características do período vândalo e bem do início do período bizantino na África. Esses objetos se encontram principalmente no Mar Negro, costas meridionais da Ásia Menor e no Egito (Fig. 2). Enfim, a última particularidade das importações de ânforas

africanas no Mediterrâneo Oriental consiste na relativa abundância, muitas vezes constatada, das *spatheia* miniaturas (século VII). Esses aportes, associados à presença contínua, mesmo em fraca quantidade, de ânforas cilíndricas de grandes dimensões dos séculos VI-VII, se encaixam melhor com o que se conhece sobre as importações de vasilhas.

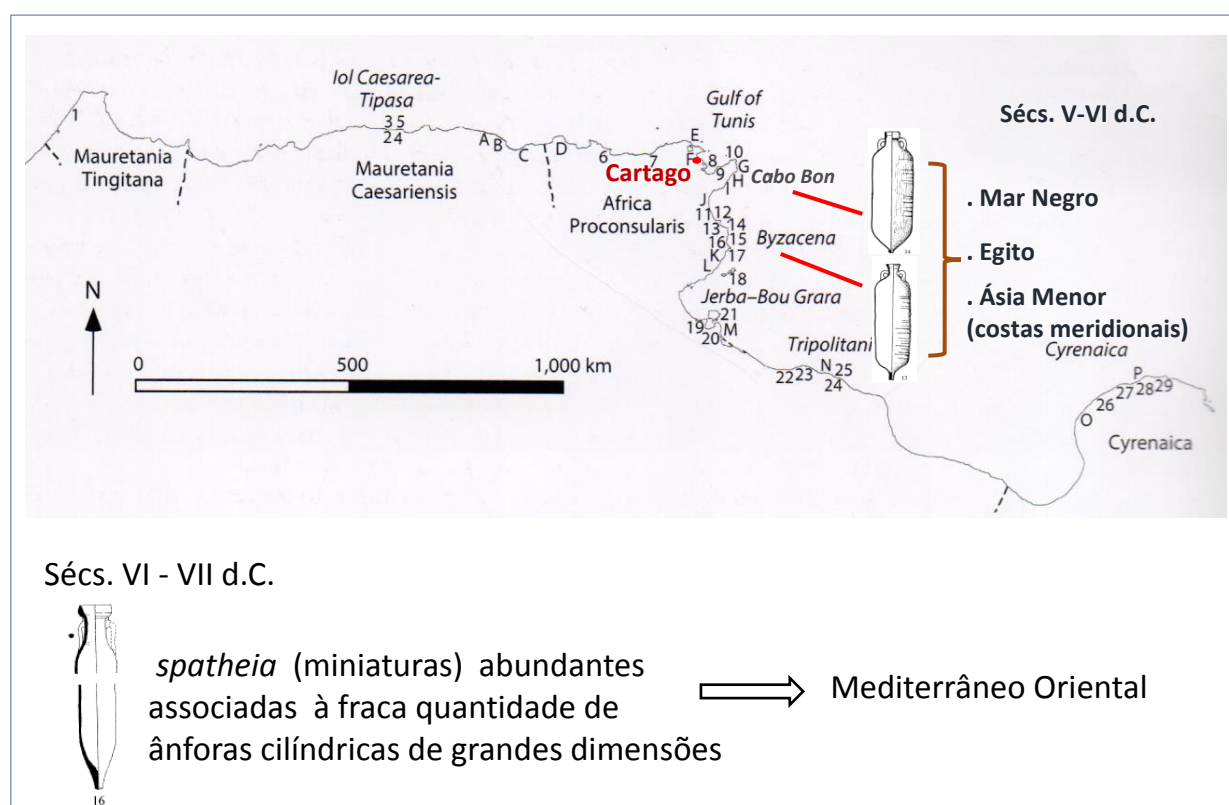


Fig. 2 - Presença de ânforas cilíndricas africanas de grandes dimensões em sítios ocidentais após século V d.C. Fonte: mapa modificado de Stone (2014, fig. 1, p. 573); dados Bonifay (2005, p. 574).

Destaca-se que é marcante essa disparidade entre os aportes de vasilhas e de ânforas no Mediterrâneo Oriental, sobretudo durante o crescimento da economia africana do II ao IV século. A partir dessa constatação, surge a pergunta sobre as necessidades reais dos mercados orientais ou sobre os imperativos do sistema anonário e, portanto, sobre a natureza dos alimentos transportados por essas ânforas. A questão do conteúdo das ânforas africanas está longe de ser resolvida, mas é claro que foi talvez dada uma importância grande demais ao óleo. Os únicos recipientes certamente destinados ao transporte do óleo são as ânforas tripolitanas (com exceção do tipo II) e as Africanas I. No Oriente, observa-se que esses objetos são encontrados

principalmente em períodos mais recuados (tipo Tripolitana II) e/ou em zonas geográficas que produziam pouco ou nada de óleo de oliva (Egito) (Fig. 3). Os demais tipos clássicos de ânforas têm vestígios resinosos e devem ter transportado outros gêneros: salmoura de peixes (Africanas II). Malgrado as indicações frequentemente discordantes, parece provável que as *spatheia* de pequenas dimensões, tão difundidas no *limes* danubiano no século VII, eram recipientes para vinho (ou para o garo). A fraca proporção das ânforas africanas no Mediterrâneo Oriental poderia, assim, ser explicada simplesmente por uma fraca demanda de gêneros produzidos na África. Com exceção do Mar Negro e Egito, os recursos locais de óleo eram, com efeito, provavelmente suficientes para evitar apelar à produção africana, como fazia Roma ou a Europa do Norte (Bonifay, 2005, p. 575).

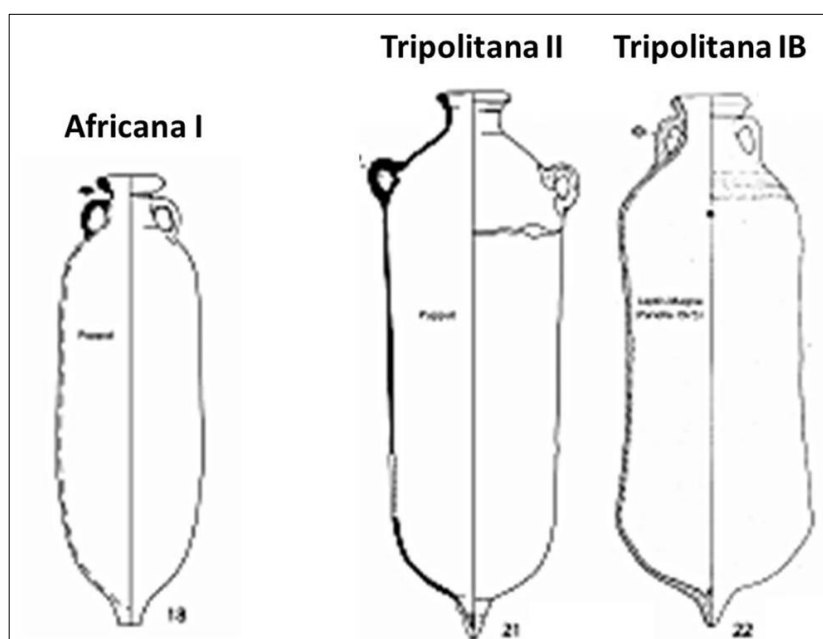


Fig. 3 - Ânforas africanas para transporte de óleo. Fonte: imagem modificada de Bonifay (2011, fig. 2, p. 18).

Voltando à questão anterior: se as cerâmicas *sigillatas* não viajaram com carregamentos de ânforas, como explicar sua presença e sua abundância, mesmo no século IV, no Mediterrâneo Oriental? Como afirmado acima, vários autores sugeriram a hipótese de que essas vasilhas viajaram com carregamentos de trigo (Clay, 1992, p. 353; Panella, 1993, p. 639). Com efeito, foi observado que a data de criação de oficinas de *sigillata* africana D na base do vale do

Mejerda coincidia com a do crescimento provável das necessidades de trigo do Império, a seguir da fundação de Constantinopla. Mesmo que o trigo do Egito tenha sido desviado de Roma para a nova capital, não é impossível que o trigo africano tenha continuado a alimentar as grandes metrópoles do Oriente, como Tessalônica ou Antioquia, e a drenar, assim, um fluxo de vasilhas de mesa.

Ainda assim, fica uma pergunta: há provas reais em outras localidades do Mediterrâneo de transporte de ânforas e vasilhas de mesa africanas? A parca documentação do Mediterrâneo Ocidental em termos de naufrágios de navios africanos, antes, indica que as ânforas são raramente associadas a carregamentos de vasilhas (Bonifay e Tchernia, 2012, p. 322-324). Se existiu um carregamento complementar de vasilhas nos séculos III-IV, se tratava, então, de vasilhame culinário. Quando se trata de vasilhas de mesa, o naufrágio é de período bem mais tardio. É possível que o transporte em acompanhamento dos cereais tenha sido no Oriente e no Ocidente o modo normal de comercialização das *sigillatas* africanas, os centros secundários sendo, então, alimentados por ocasião das escalas ou por redistribuição a partir de portos principais.

Esta desarticulação geral entre a comercialização das *sigillatas* africanas e gêneros transportados em ânforas é ainda sugerida pela situação de cidades da Germânia, como Augst, onde desta vez são as ânforas africanas que, nas devidas proporções, são mais abundantes que as vasilhas de mesa de mesma origem. Da mesma forma, no Oriente, as ânforas (de óleo?) da segunda metade do século V chegam à Cítia, numa época em que as importações de cerâmica *sigillata* africana estavam em declínio (Bonifay, 2005, p. 577; Manacu, 2012, p.326-327).

Assim, a conquista vândala na África não teria provocado a parada brutal de todas as relações comerciais com o Oriente, pois um comércio livre parece subsistir (ânforas), principalmente proveniente de regiões afastadas da Cartago vândala, como a Bizacena central e meridional (Figs. 4-5). Mas, com a cessação dos fornecimentos maciços e obrigatórios de trigo, é talvez simplesmente o vetor normal da difusão das vasilhas sigiladas, pequena parcela de negócio (privado?) enxertado sobre o sistema anônimo, que teria sido interrompido.

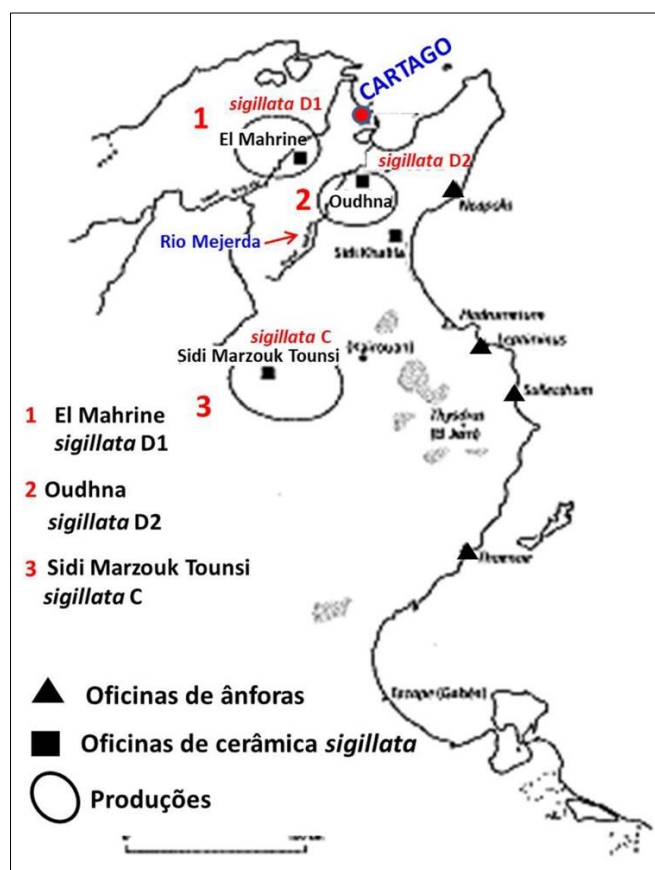


Fig. 4 - Mapa das oficinas de *sigillata* D1, D2 e C e de ânforas da Bizacena Central e Meridional. Fonte: mapa modificado de Bonifay (2005, fig. 4a, p. 580).

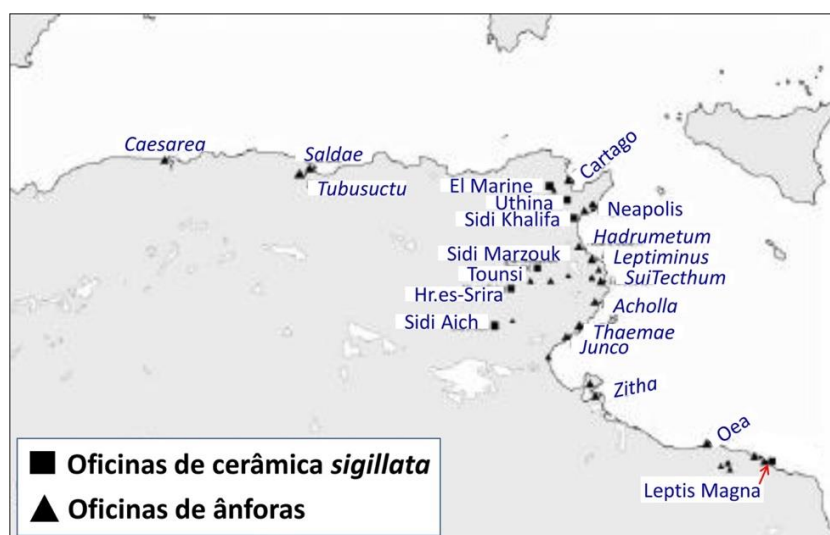


Fig. 5 - Oficinas conhecidas de ânforas e cerâmica *sigillata* da África romana. Fonte: mapa modificado de Bonifay e Tchernia (2012, fig. 16.1, p. 316).

2.2 O impacto da criação do reino vândalo sobre a produção e a difusão da cerâmica africana

Agora entramos na segunda questão discutida pelos especialistas e que concerne ao impacto da criação do reino vândalo na difusão e na produção da cerâmica africana. Aqui ainda os estudos históricos e arqueológicos atuais tendem a reavaliar este período de maneira mais pessimista do que os do passado (Bonifay, 2011, p. 25). Na segunda metade do século V, a queda bem atestada na difusão das *sigillatas* africanas poderia constituir um argumento que valida o modelo proposto acima, pois não há dúvida de que as entregas de trigo anônimo cessam a partir de 455. Mas a tendência atual é mais a de reavaliar o papel do comércio privado e o da demanda para explicar uma queda do abastecimento em cerâmica africana bem mais precoce e drástica do que se imaginava, desde o primeiro quarto do século V, especialmente no Mediterrâneo Oriental. Os sinais das transformações do modo de comercialização da cerâmica africana no século V são evidenciados pelo renascimento súbito das oficinas da Bizacena após mais de um século de hegemonia de Cartago, pelos desembarques não habituais de ânforas de grandes dimensões no mar Negro e pela associação dos carregamentos de ânforas aos de vasilhas cerâmicas (Fig. 6).

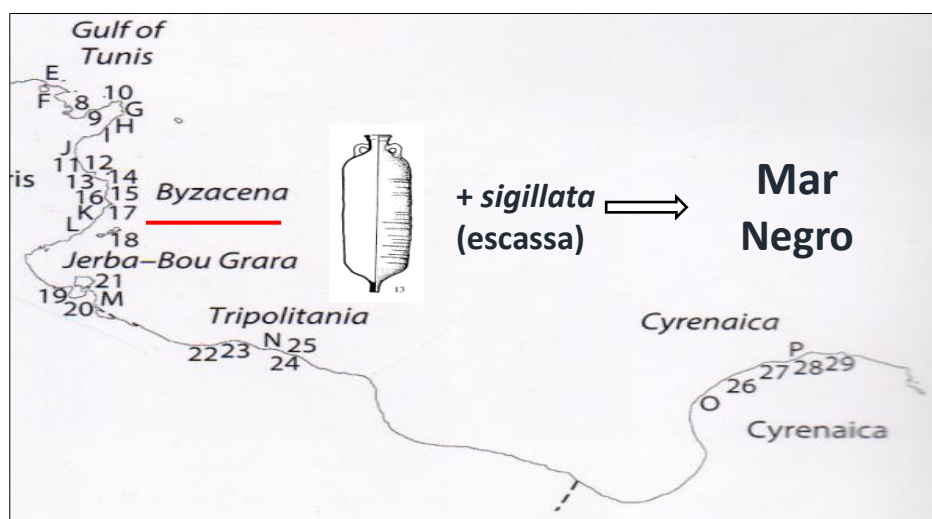


Fig. 6 - Transformação da comercialização da cerâmica africana no século V d.C. Fonte: mapa modificado de Stone (2014, fig. 1, p. 573).

Outro ponto de vista sobre a questão da produção e distribuição da ARSW e sua relação com a conquista vândala é exposto por Bes e Poblom (2009, p. 64). De acordo com esses autores, para a interpretação econômica da ARSW, os dados coletados emolduraram (tentativamente) um quadro político-histórico reconhecidamente focalizado nos principais eventos e desenvolvimentos, como a *annona* entre a África Proconsular/Bizacena e Roma, a fundação de Constantinopla, a ocupação vândala da África Proconsular/Bizacena e a reconquista de Justiniano. Provavelmente esses eventos moldaram somente algumas linhas das trocas, embora arqueologicamente evidências do Monte Testaccio e de Óstia ecoem a importância crescente da África Proconsular/Bizacena para Roma (e a Tripolitana). Por sua vez, Roma, como os demais grandes portos, agiu como centro de distribuição.

O eixo África Proconsular/Bizacena – Roma/Óstia – Alexandria pode bem ter sido um dos caminhos por onde a ARSW foi dispersa no Mediterrâneo Oriental, mais tarde com Constantinopla como o fator propulsor maior a partir de 330 d.C. D. Pieri (2005, p. 148 *apud* Bes e Poblome, 2009, p. 73) visualiza uma mudança importante pela qual o trigo egípcio agora fornecia Constantinopla, enquanto o trigo norte-africano era enviado para Roma. Mas, em anos de fome ou fracasso de colheitas, Roma poderia invocar o Egito, bem como outras regiões. Em circunstâncias normais, esta divisão do sistema de fornecimento de trigo seria institucional. Este argumento foi recentemente desafiado por Bonifay, contudo, ele não nega que “logo antes de 330 d.C., o trigo do Egito foi desviado de Roma para alimentar a futura cidade de Constantinopla” (Bonifay, 2003, p. 120 *apud* Bes e Poblom, 2009, p. 73).

Ao explicar a diminuição substancial da ARSW no Oriente, seguindo a conquista vândala, Bonifay conjectura se a mesma não poderia ter sido enviada ao longo das linhas de abastecimento de trigo africano. Esta premissa baseia-se na escassez de outros produtos cerâmicos africanos, além da ARSW durante a Antiguidade Tardia (exceto a chamada *spatheia*, que não era incomum no Oriente entre o final do século V e ao longo do VII). A consequência importante desta hipótese é que a África Proconsular/Bizacena serviu ao lado do Egito como fornecedora de uma quantidade considerável de grãos até a conquista vândala, e provavelmente também nos tempos posteriores. O material deve ser

analisado a partir de diferentes perspectivas, pois o contexto de fabricação (bem como o da dispersão) é crucial para entender o quadro regional de produção, mas também é importante incorporar trajetórias regionais das muitas regiões orientais. A este respeito, estão disponíveis provas sobre o cultivo de culturas agrícolas, padrões diacrônicos de assentamentos rurais e urbanos e o quadro artesanal da produção de ARSW, ânforas, utensílios de cozinha e lucernas – todos esses registros são objeto de considerável atenção para Bonifay.

No que diz respeito à dispersão, é claro que metodologias melhoradas, como identificação do material e quantificação completa, têm muito a contribuir. Além disso, precisamos aceitar a complexidade dos padrões de intercâmbio intra e inter-regional e o fato de que pode ser possível reconstruí-los e explicá-los apenas até certo nível. Os esforços multifacetados que ultrapassam o alcance tradicional da arqueologia também podem contribuir para a compreensão da posição econômica da África Proconsular/Bizacena na Antiguidade Tardia (Bes e Poblome, 2009, p.73)

Com base neste rápido exame dos dados atualmente disponíveis, parece que o Mediterrâneo Oriental não constitui um exemplo único na difusão das cerâmicas africanas no mundo da Antiguidade Tardia. Esta região passa pelos mesmos ritmos do Mediterrâneo Ocidental, às vezes de forma atenuada, às vezes exacerbada, mas estes são reflexos das condições mutáveis da produção e da difusão de gêneros africanos. Mais ainda, mesmo que fosse uma figura de paradoxo a dissociação, observada no Oriente, entre as ânforas africanas e as vasilhas finas, entre essas incluindo as lucernas, ela reforça o modelo de difusão aplicável ao conjunto da bacia mediterrânica: o trigo da África poderia ter sido o vetor principal da exportação das cerâmicas sigiladas (Bonifay, 2005, p. 579).

Por outro lado, a partir do ponto de vista das regiões exportadoras, pode-se observar um jogo complexo de equilíbrio entre as diferentes zonas da África romana, no qual o papel de Cartago não aparece forçosamente exclusivo. Vimos que a região produtora, que pode ser a mais precocemente atestada no Oriente, era a Tripolitana (exportações de óleo para o Egito e Creta). A seguir é Bizacena que está na origem do verdadeiro avanço da presença comercial africana no Mediterrâneo Oriental no século III d.C., com o óleo no Egito e provavelmente as salmouras de peixes (Grécia, Levante e em Creta), mas, sobretudo, com aportes significativos de cerâmica *sigillata* africana de tipo C

(cuja difusão é geral), talvez associados à exportação de trigo. A Bizacena desempenhará igualmente um papel importante na segunda metade do século V, talvez sendo a única região do reino vândalo da África a manter contatos regulares com o Império do Oriente, pela exportação do óleo (Mar Negro e Egito) e quantidades geralmente muito fracas de cerâmicas *sigillatas* e lucernas (Stone, 2014, p. 572 e Tabela 5, p. 591). Enfim, a região de Cartago está provavelmente nas origens das exportações maciças de trigo, talvez no quadro de medidas fiscais, que poderiam testemunhar o *boom* das importações de *sigillatas* africanas D no século IV e sua retomada no VI.

Restaria, enfim, afinar a carta de atribuições de cerâmicas no Mediterrâneo tendo em conta não apenas os dados cronológicos e a origem precisa desses objetos, mas igualmente as condições locais da produção do mercado (Bonifay, 2005, p. 581).

2.3 O verdadeiro consumo da produção africana de alimentos

Após ter sido considerado por muito tempo pelos estudiosos que esta produção se dirigia exclusivamente para a satisfação das necessidades das outras províncias (talvez numa atitude inconscientemente neocolonial), percebe-se hoje que ela mirava essencialmente (ou mais fortemente?) o mercado local (Bonifay, 2011, p. 25). Com efeito, as pesquisas realizadas no território africano mostram toda a dificuldade de explorar a cerâmica das escavações e das prospecções com as tipologias elaboradas nos grandes sítios mediterrânicos não africanos (Cau *et al.* 2013) e revelam, dia após dia, faces inteiras da produção de vasilhas e de ânforas que foram reservadas para uma estrita difusão regional (Figs. 7-9).

Os estudos dos padrões de consumo nas regiões costeiras da África, comparados com os das regiões do interior, mostram que lidar com as cerâmicas finas das regiões internas da África é muito desconcertante. Muito poucas produções “clássicas” são atestadas, enquanto as tipologias regionais são ainda embrionárias. Por exemplo, a *sigillata* da região norte da Tunísia é quase que totalmente ausente dos sítios internos. Até agora nenhuma forma bizantina do século VII foi registrada nas regiões interioranas.

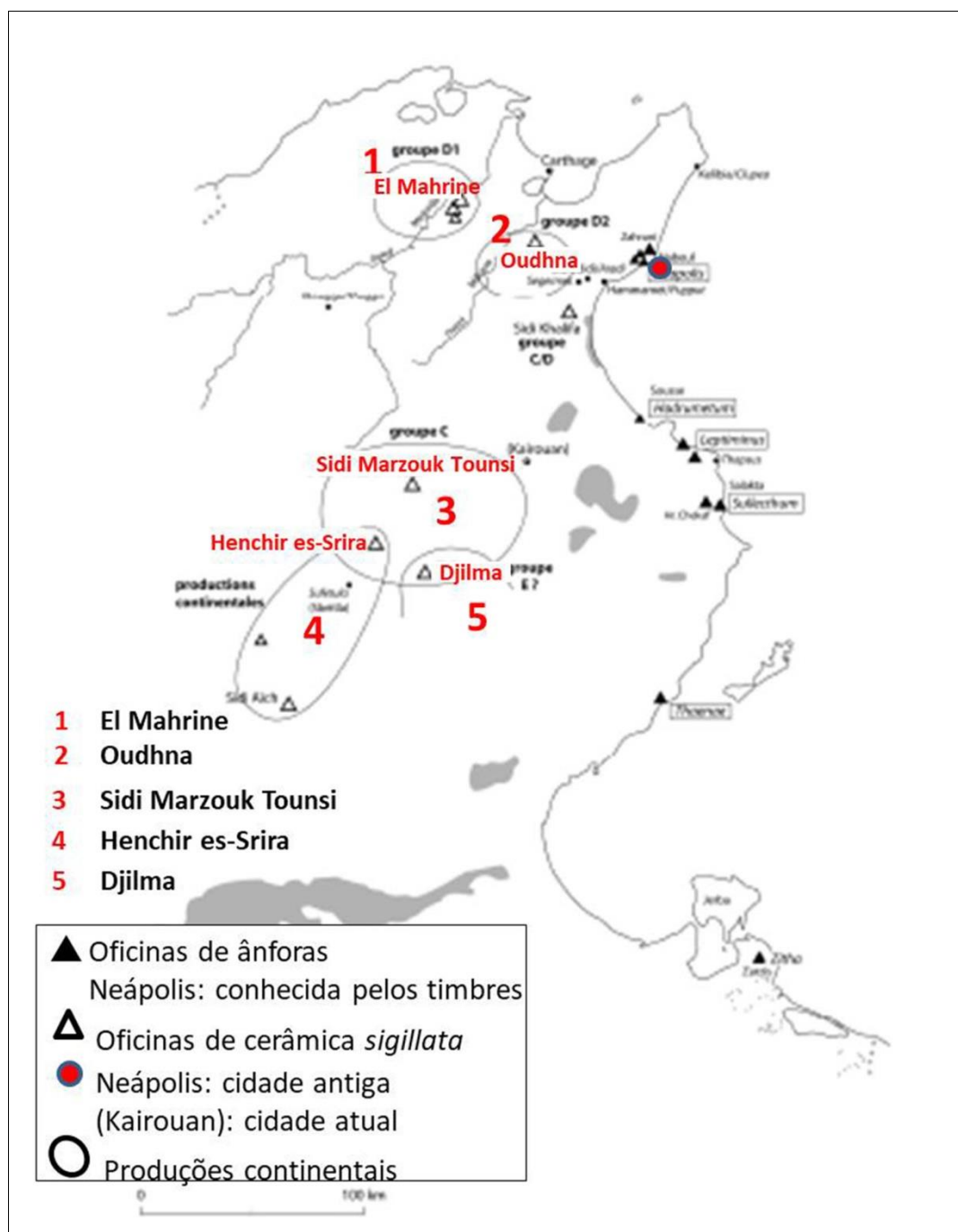


Fig. 7 - Distribuição africana continental de ânforas e cerâmica *sigillata*. Fonte: mapa modificado de Bonifay (2011, fig. 4, p. 26).



Fig. 8 - Ânforas africanas de distribuição continental. Fonte: imagem modificada de Bonifay (2013, fig. 1, p. 538).

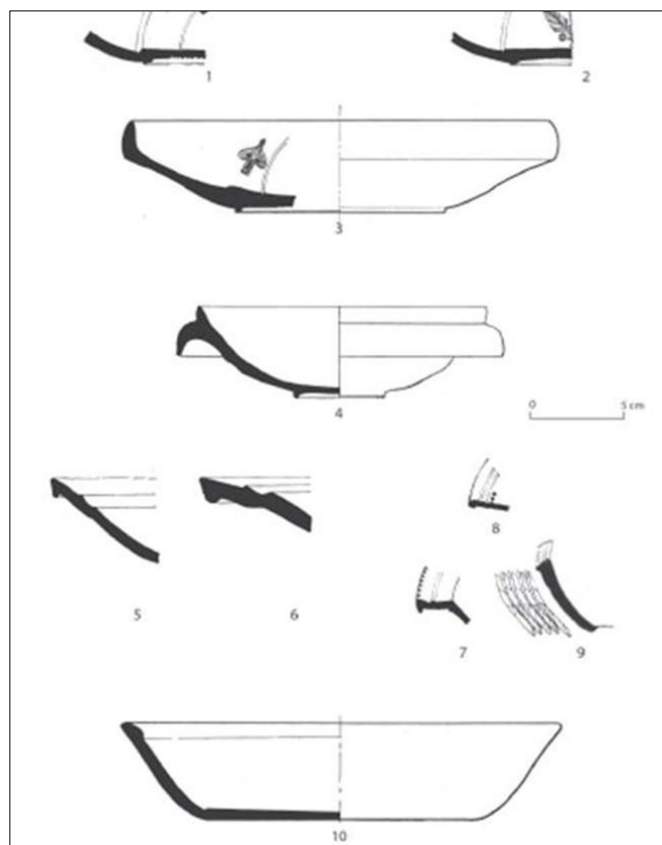


Fig. 9 - Cerâmica *sigillata* do interior africano. Fonte: imagem modificada de Bonifay (2013, fig. 2, p. 543).

Como conclui Bonifay (2013, p. 557):

Parece que na Antiguidade Tardia o padrão de consumo mediterrânico era restrito a uma faixa verdadeiramente estreita da costa africana, com exceção de umas poucas e remotas cidades importantes. Vale destacar que as importações de além-mar para a África consistiam predominantemente de vinho, com apenas pouco óleo e muito poucos produtos de peixe ou cerâmicas de mesa.

O mercado local era forte em toda a África, não só nas regiões do interior, mas também ao longo da costa, provavelmente devido à produção onipresente dos mesmos produtos alimentares nessas últimas áreas; isto é, os três principais alimentos, geralmente comercializados no Mediterrâneo romano: óleo, vinho e produtos de peixe. Com toda a probabilidade, a maioria das pequenas cidades africanas também tinha produção e mercados locais igualmente fortes. Como já afirmado por C. Wickham, o que está em jogo na África da Antiguidade Tardia não é a existência de um mercado mediterrânico versus um mercado local, mas, em vez disso, a possibilidade (ou não) do comércio regional interprovincial ou “intra-diocesano”. Naturalmente, não há dúvida de que esse comércio existia ao longo do litoral, principalmente de Zeugitana e Bizacena, a leste e a oeste.

Enfim, ainda segundo estudos recentes, na apreciação da produção e da difusão da cerâmica africana, resta fazer desaparecer uma última barreira psicológica, a da conquista árabe. O exemplo da Síria e do Egito, conquistados pelo Islão mais de meio século antes de Cartago, serve como referência. Foi demonstrado nessas regiões que a cerâmica dos primeiros períodos de dominação árabe foi muito pouco diferente daquela dos últimos tempos do período bizantino. Inclusive, as descobertas de ânforas sírio-palestinas e egípcias nos contextos ocidentais datadas do final do século VII provam que a dominação *omeyyade* (661-750 d.C.) não entrou em nada o comércio, compreendido o do vinho em direção das terras cristãs. Segundo Bonifay (2011, p. 30), para a África, as pesquisas recentes tanto nos lugares de produção como nos sítios consumidores do norte do Mediterrâneo enviam sinais similares: é preciso, sem dúvida, se curvar a esta evidência de que o comércio africano não cessa necessariamente com a queda de Cartago.

3 A estrutura portuária do norte da África: o papel dos portos artificiais

As pesquisas sobre o fluxo de mercadorias provenientes de exportações norte-africanas no Período Imperial Romano Tardio, em sua quase totalidade, referem-se tanto aos gêneros alimentícios quanto aos recipientes e vasilhas utilizados para transportá-los ou servi-los às mesas. Enfim, das ânforas em seus mais diversos tipos à ARSW, muitas possibilidades de estudos são propostas pelos especialistas, com destaque para aqueles com métodos arqueométricos: para estabelecer tipologias mais precisas; locais de produção ou proveniência, com uso da petrografia cerâmica para definir a composição das pastas cerâmicas; conteúdo dos recipientes, com análises químicas dos vestígios impregnados no vasilhame etc.

À medida que cresceu a complexidade da ARSW a partir das novas linhas de pesquisa acima analisadas, outros estudos de cunho econômico permitiram mapear a infraestrutura de fabricação regional com base no desenvolvimento agrícola e artesanal da África Proconsular/Bizacena. Esta região oferece uma melhor compreensão da dispersão da ARSW dentro de um quadro socioeconômico e sociocultural diacrônico e, conseqüentemente, uma melhor compreensão do funcionamento da economia (ou economias?) romana (Bes e Poblome, 2009, p. 67).

Com ênfase nos aspectos econômicos do cenário norte-africano do Período Romano Tardio, os estudos da circulação e distribuição da cerâmica *sigillata* africana negligenciaram um corpo essencial de evidências até muito recentemente: as estruturas portuárias artificiais, tais como molhes, cais, recintos, quebra-mares. Segundo Stone (2014, p. 565), foram identificadas 29 estruturas definitivas e dezesseis possíveis entre a Cirenaica e a Mauritânia Tingitana, com datação entre o início do século IV e ao longo do século VI d.C. (Fig. 10).

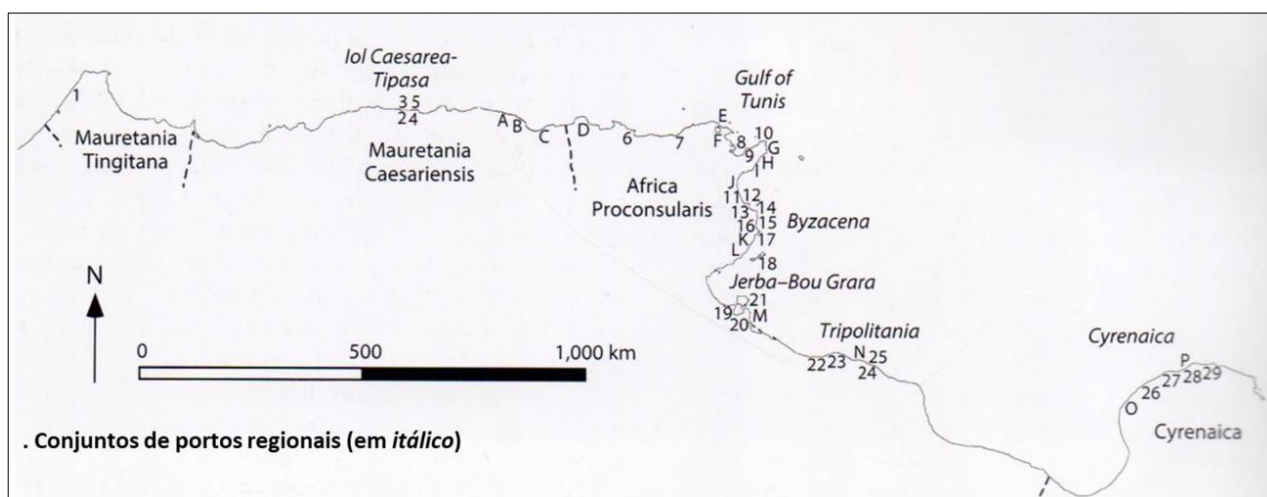


Fig. 10 - Locais dos portos com estruturas artificiais do Norte da África (séculos IV-VI d.C.): 1, Lixus; 2, Iol Caesarea; 3, Ras el Meskouta; 4, Thalefsa; 5, Tipasa; 6, Hippo Regius; 7, Thabraca; 8, Cartago; 9, Carpis; 10, Misua; 11, Hadrumetum; 12, Ruspina; 13, Leptiminus; 14, Thapsus; 15, Mahdia; 16, Sullethum; 17, Acholla; 18, Cercina; 19, Gighthis; 20, Ras Segala; 21, Meninx; 22, Sabratha; 23, Oea; 24, Homs; 25, Lepcis Magna; 26, Taucheira; 27, Ptolemais; 28, Phycus; 29, Apollonia; A, Iomnium; B, Saldæ; C, Musluvium; D, Rusicade / Stora; E, Hippo Diarrhytus; F, Utica; G, Clipea; H, Curubis; I, Neapolis; J, Horrea Caelia; K, Thaenae; L, Macomades; M, Zarzis; N, Villa dell'Odeon Maritima; O, Euesperides / Berenice; P, Haniya. Fonte: mapa modificado de Stone (2014, fig. 1, p. 573).

O foco nos portos africanos situa-se num período em que a economia emergiu como um dos subcampos de pesquisa mais ativos do norte da África do Período Romano. Nesse contexto, as publicações de evidências primárias e sínteses de grande quantidade de conjunto de dados foram realizadas regularmente nos últimos 30 anos, com indicação de um crescimento significativo no volume total da produção agrícola e artesanal do século I ao IV d.C., sendo uma das causas mais prováveis o crescimento populacional nas províncias africanas, demandas de Roma ampliadas e maiores possibilidades de exportação (Bonifay, 2003, 2004, 2005, 2007, 2011, 2013, 2014; Bonifay e Tchernia, 2012; Bonifay e Capelli, 2013; Capelli e Bonifay, 2014; Bes e Poblomo, 2009; Humphrey, 2009). Não obstante esse cenário, uma área relacionada em que nenhuma evidência primária tenha sido apontada ou alguma síntese desenvolvida é a dos antigos portos. Segundo Stone (2014, p. 566),

Nossa compreensão sobre os portos tem sido dificultada por um foco em textos antigos de curto alcance e pela falta de trabalho de campo arqueológico nas estruturas portuárias. Essas limitações dificultaram compreender a escala de investimentos nas instalações portuárias.

Com efeito, este é um aspecto extremamente relevante e que, talvez, não tenha sido muito explorado devido às imagens negativas trazidas por autores antigos do período entre 50 e 80 d.C., como Salústio (*Iug.* 17.5), Estrabão (17.3.20), Plínio o Velho (*HN* 5) e Pompônio Mela (1.30-2) que descreviam a costa africana como naturalmente sem portos. Entre os autores modernos que tiveram mais influência para a cristalização desta imagem negativa desponta J. Rougé (1996, p. 133-134, 144-45 *apud* Stone, 2014, p. 567). Este autor faz uma síntese em que descreve a costa norte-africana naturalmente sem portos, com pequenos portos desorganizados e aparência geral pobre. A falta de inscrições em portos levou Rougé a concluir de mínimo valor econômico os portos da Mauritânia Cesariense e África Proconsular. Várias outras razões para este descompasso entre os dados econômicos do norte da África e o conhecimento de uma estrutura portuária condizente e responsável pela escoação dos produtos para os mercados do Mediterrâneo são apontadas por Stone (2014, p. 567), sobretudo a concentração das escavações arqueológicas em Apolônia, Cartago e Lepcis Magna, evitando portos menos proeminentes. Por último, acrescenta “... talvez a mais insidiosa [razão] tenha sido a relutância por parte dos estudiosos modernos em atribuir sofisticação ou riqueza aos habitantes da África do Norte antiga”.

3.1 Vantagens das estruturas portuárias artificiais: critérios e pontos a considerar

Tendo em vista o papel dos portos artificiais para a economia do norte da África, um dos critérios de estudo é confrontá-los com os portos naturais e estabelecer os pontos que indicam sua superioridade. O comprimento dos cais em comparação à área portuária revela a medida do comprimento de todas as estruturas ao longo das quais as embarcações poderiam aportar. Este dado fornece a capacidade do porto de atender às necessidades de escoamento dos produtos da região (Stone, 2014, p. 582).

Entre os pontos a considerar neste confronto está o fato de que os portos naturais desempenharam um papel menor no comércio marítimo, sendo significativos apenas em uma escala local. Portos artificiais são a fonte mais

confiável de informação sobre padrões econômicos de larga escala, pois permitem comparar tamanhos, formas e capacidade de atracação dos portos para produzir sínteses de outros aspectos mais bem conhecidos da economia africana (Stone, 2014, p. 594). Entre as questões sobre a razão de terem sido construídos portos artificiais nos séculos I ao III d.C., este autor elenca: as facilidades de carga e descarga dos navios atracados ao longo do cais ou molhe em comparação ao transporte por barcos até o navio atracado na costa; o uso de rampas em superfície sólida; evitar manobras; a proteção dos ventos e a segurança de mais navios em um porto. A explicação básica de sua construção é a forte relação entre essas estruturas e a exportação de excedentes agrícolas e marítimos.

Contrariamente ao que afirmam os estudos tradicionais, com destaque para o de Rougé (1966), segundo o qual seriam desnecessários portos na Bizacena e Jerba-Bou Grara, tendo em vista que Cartago atendia às necessidades de uma ampla região do norte da África Proconsular (Zeugtana), a maior porcentagem do comprimento total de cais portuários no norte da África por província concentra-se na Bizacena, onde havia muitos pontos de distribuição para os excedentes agrícolas e marítimos da África Proconsular (Stone, 2014, p. 584) (Figs. 11-12).

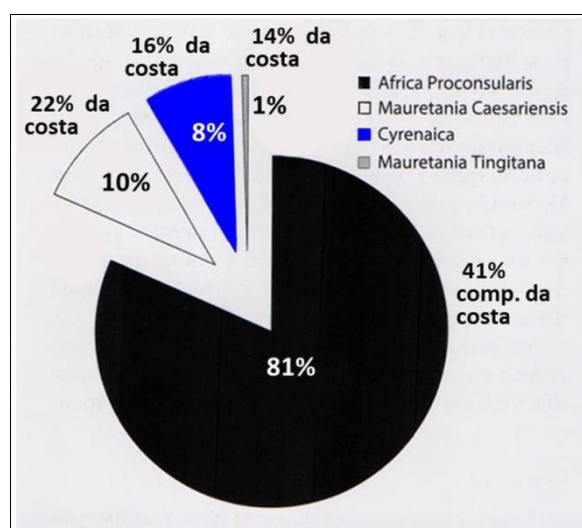


Fig. 11 - Porcentagem do comprimento total de cais na África do Norte por província. Fonte: gráfico modificado de Stone (2014, fig. 7, p. 583).

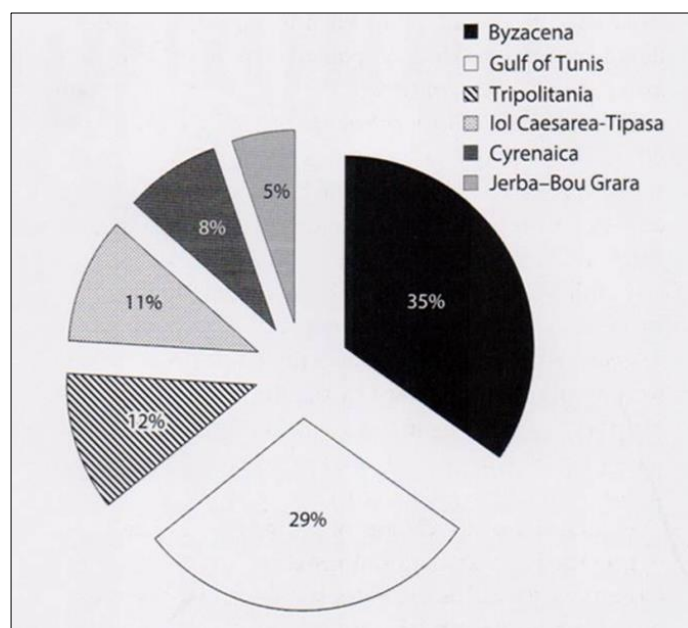


Fig. 12 - Porcentagem do comprimento total de cais na África do Norte por região. Fonte: gráfico modificado de Stone (2014, fig. 8, p. 584).

4 Considerações finais

Este texto procurou apresentar questões relevantes sobre o Norte da África centradas no que poderia ser considerado um produto diagnóstico das condições em que se desenvolveram as relações de conectividade e atividades econômicas no Período Romano Tardio: a cerâmica *sigillata* africana (ARSW). A produção e circulação dessas vasilhas continuam sendo foco de estudos contínuos que remontam à primeira metade do século 20, com as primeiras tipologias estabelecidas por Frederick Waagé, em 1933, seguido por Nino Lamboglia, em 1948, o qual atribuiu o termo *terra sigillata chiara* aos produtos feitos em oficinas do Norte da África. Finalmente, John W. Hayes introduziu o termo *African Red Slip Ware* na literatura arqueológica com a publicação *Late Roman Pottery* em 1972. Esta primeira fase de estudos, já em 1981, completa-se com a síntese de Andrea Carandini *et al.* *Atlante delle forme ceramiche, I, Ceramica fine romana nel Bacino mediterraneo (medio e tardo impero)*.

Os estudos mais recentes distinguem-se dos anteriores pela multidisciplinaridade, em especial pelo emprego de métodos arqueométricos. Cabe aqui destacar o domínio absoluto de Michel Bonifay entre os autores que realizam as investigações sobre a ARSW na atualidade. Um leque muito grande de questões emergiu a partir de seus estudos, de forma a permitir avançar novas

hipóteses e comprovar não apenas a circulação dessas vasilhas no Mediterrâneo, sua associação com ou desvinculação de outros tipos de vasilhas ou produtos de alimentação, como também destacar as necessidades de aprofundamento das pesquisas no interior africano, que deteve uma produção de alimentos de circulação exclusivamente regional acompanhada de vasilhas com tipologias próprias.

Finalmente, no contexto multidisciplinar que tem pautado as pesquisas sobre a produção e circulação da ARSW, são indispensáveis as análises críticas de rotas e fluxos dos navios para o transporte dos itens ao mercado consumidor, assim como de estruturas portuárias pertinentes. Essas permitiram levantar pontos importantes e, ao mesmo tempo, resultados contrastantes que possam explicar o nível em grande escala de produtos exportados das costas africanas.

Em primeiro lugar, o estudo dos fluxos ressalta a necessidade de garantir a carga do navio sempre completa na ida e no retorno ao porto de origem, por questões práticas e econômicas. Por outro lado, os portos analisados são bem conhecidos e referidos na literatura e dependem fortemente do regime sazonal dos ventos, incluindo períodos de cabotagem. Na realidade, na maior parte são portos naturais, com exceção de Cartago, e que têm maior importância em escala local. Neste estudo sobre as rotas de navegação e itinerários no Mediterrâneo Antigo (Arnaud, 2005 *apud* Bonifay e Tchernia, 2012, p. 326) estão praticamente ausentes vinte e nove portos e conjuntos regionais de portos com estruturas artificiais identificadas e dezesseis prováveis na Mauretânia Tingitana, Mauretânia Cesariense, África Proconsular e Cirenaica. Enfim, é um grande número de estruturas que possibilitaram atender às demandas de forma mais segura e contínua, além de acompanhar a crescente complexidade da ARSW à luz de novas escavações e prospecções ao lado de estudos arqueométricos e outras evidências que possibilitaram o mapeamento da infraestrutura de fabricação regional com o desenvolvimento agrícola e artesanal da África Proconsular/Bizacena. Esta região oferece uma melhor compreensão da dispersão da *sigillata* dentro de um quadro socioeconômico e sociocultural diacrônico, contribuindo para uma melhor compreensão do funcionamento da economia (ou economias?) romana (Bes e Poblome, 2009, p.67).

Assim, apenas recentemente foi ultrapassado o descompasso entre o conjunto de pesquisas da ARSW e o das estruturas portuárias que dariam vazão à produção africana, com os resultados dos levantamentos das estruturas artificiais. O conjunto de portos artificiais atende e explica as transformações do modo de comercialização da cerâmica africana no século V, sobretudo o renascimento súbito das oficinas da Bizacena, responsável por 35% da exportação após mais de um século de hegemonia de Cartago, pelos desembarques não habituais de ânforas de grandes dimensões no mar Negro e pela associação dos carregamentos de ânforas aos de vasilhas cerâmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Estrabon. *Geographie*. Paris: Belles Lettres, 2004, Tome XV, Livre XVII, deuxième partie: L'Afrique de l'Atlantique au Golfe de Soloum.

Pline, L'Ancien. *Histoire Naturelle*. Paris: Forgotten Books, 2017, vol. 5.

Pomponius Mela. *Description de la terre*. Tome I. Paris: LEN, 2017.

Salluste. *La Guerre de Jugurtha*. Paris : Belles Lettres, 2002.

Salvius Iulianus. *The Digest of Justinian*. Philadelphia: University of Pennsylvania, 1985.

Bibliografia Crítica

Arnaud, Pascal. Les routes de la navigation antique. Itinéraires en Méditerranée. Paris, Errance, 2005.

Bes, Philip; Poblome, Jeroen. African red slip ware on the move: the effect of Bonifay's Etudes for the Roman East. *Journal of Roman Archaeology*, vol. 22, 2009, p. 65-75.

Bonifay, Michel. La céramique africaine, un indice du développement économique? *AnTar*, 11, 2003, p. 113-128.

_____. *Études sur la Céramique Romaine Tardive d'Afrique*. BAR International Series 1301. Oxford: Archaeopress, 2004.

_____. Observations sur la diffusion des céramiques africaines en Méditerranée orientale durant l'Antiquité tardive. In: Baratte, F. *et al.* (eds) *Mélanges Jean-Pierre Sodini* (Travaux et Mémoires, 15). Paris: Collège de France, 2005, p. 565-581.

_____. Ceramic production in Africa during Late Antiquity: Continuity and change. In: Lavan, Luke; Zanini, Enrico; Sarantis, Alexander (eds) *Technology in Transition A.D. 300-650*. Leiden/Boston: Brill, 2007, p. 143-158.

_____. Production et diffusion des céramiques africaines durant l'antiquité tardive. In: Attoui, Redha (ed.) *When Did Antiquity End? Archaeological Case Studies in Three Continents*. Proceedings of an International Seminar Held at the University of Trento on April 29-30, 2005 on Late Antique Societies, Religion, Pottery and Trade in Germania, Northern Africa, Greece and Asia Minor. Oxford: BAR International Series, 2011, p. 15-30.

_____. Africa: patterns of consumption in coastal regions versus inland regions. The ceramic evidence (300-700 A.D.). In: Lavan, L. (ed.) *Local Economies? Production and Exchange of Inland Regions in Late Antiquity*. (Late Antique Archaeology 10) Leiden: Koninklijke Brill NV, 2013, p. 529-566.

_____. Céramique africaine et imitations: où, quand, pourquoi? In: Morais, R.; Fernandez, A.; Sousa, M.J. (eds) *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispania*. Monografias Ex Officina Hispana II, Tomo I, 2014, p. 75-91.

Bonifay, Michel; Capelli, Claudio (avec la collaboration de Carmela Franco, Victoria Leitch, Laurent Riccardi et Piero Berni Millet). Les Thermes du Levant à Leptis Magna: quatre contextes céramiques des III^e et IV^e siècles. In: Griesheimer, Marc; Gascou, Jacques (eds) *Antiquités Africaines*. Paris: CNRS Éditions, 2013, p. 67-150.

Bonifay, Michel; Tchernia, André. Les réseaux de la céramique africaine (I^{er}-V^e siècles). In: Keay, Simon (ed.) *Rome. Portus and the Mediterranean*. Archaeological Monographs of The British School at Rome. Rome: The British School at Rome, 2012, p. 315-333.

Capelli, Claudio; Bonifay, Michel. Archéométrie et archéologie des céramiques Africaines: une approche pluridisciplinaire, 2. Nouvelles Données sur la Céramique Culinaire et les Amphores. In: Poulou-Papadimitriou, Natalia; Nodarou, Eleni; Kilikoglou, Vassilis (eds) *LRCW 4. Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean*. Archaeology and archaeometry. The Mediterranean: a market without frontiers. Volume 1. BAR International Series 2616 (I). Oxford: Information Press, 2014, p. 235-253.

Carandini, Andrea. Pottery and the African economy. In: Garnsey, Peter; Hopkins, Keith; Whittaker, R. (eds) *Trade in Ancient Economy*. London: University of California Press, 1983, p. 45-62

Carandini, A.; Anselmo, L. Pavolini, C.; Sagui, L.; Tortorella, S.; Tortorici, E. *Atlante delle Forme Ceramiche, I, Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo (Medio e Tardo Impero)*, *Enciclopedia dell'Arte Antica*. Roma: Treccani, 1981.

Cau, Miguel Ángel; Reynolds, Paul; Bonifay, Michel. An initiative for the revision of Late Roman fine wares in the Mediterranean (c. AD 200-700): The Barcelona ICREA/ESF Workshop. *LRFW Working Group*, 2012, p. 1-13.

Clay, T. Carthage et son commerce dans l'Antiquité Tardive. In: *Afrique du Nord Antique et Médiévale, Spectacles, Vie Portuaire, Religions. Actes du V^e Colloque international sur l'Histoire et l'Archéologie de l'Afrique du Nord (Avignon, 9-13 avril 1990)*. Paris, 1992, p. 349-359.

Fleming, Maria Isabel D'A. Lucernas norte-africanas tardias de terra sigillata: curadoria de coleções museológicas e pesquisas arqueológicas. *Heródoto*, 2017, no prelo.

Fulford, M. G. The red-slipped wares. In: Fulford, M. G.; Peacock, D. P. S. *Excavations at Carthage: The British Mission I, 2: The Avenue du Président Habib Bourguiba, Salammbô: The Pottery and Other Ceramic Objects From the Site*. Sheffield, 1984, p. 48-115.

Hayes, John W. *Late Roman Pottery*. London: British School at Rome, 1972.

Humprhey, J.H. (Ed.) *Studies on Roman Pottery of the Provinces of Africa Proconsularis and Byzacena (Tunisia)*. Hommage à Michel Bonifay. Portsmouth: Rhode Island, 2009.

Lamboglia, Nino. Nuove osservazioni sulla "Terra Sigillata Chiara" (Tipi A e B). *Rivista di Studi Liguri*, 24, 3-4, 1958, p. 257-330.

Mocanu, Marian. Notes on the "African Red Slip Ware" ceramics in Scythia Minor. *Studia Antiquae et Archaeologica*, 18, 1, 2012, p. 319-340.

Panella, Clementina. Merci e scambi nel Mediterraneo tardoantico. In: *Storia di Roma III*, 2. Turim: Einaudi, 1993, p. 614-697.

Pieri, D. *Le Commerce du Vin Oriental à l'Époque Byzantine (Ve-VIIe Siècle)* (Bibliothèque Archéologique et d'Histoire 174), Paris, 2005.

Stone, D. L. 2014, Africa in the Roman Empire: connectivity, the economy, and artificial port structures. *AJA*, 118, 2014, p. 565-600.

Waagé, Frederick O. The Roman and Byzantine Pottery. *Hesperia* 2, 1933, p. 279-328.

ORIENTAÇÕES DA ARQUITETURA MINOICA E OS CORPOS CELESTES PELA ASTRONOMIA: OBSERVAÇÕES SOBRE A CONSTRUÇÃO OBLÍQUA XXIII DO PALÁCIO DE MALIA

Marcos Davi Duarte da Cunha¹

RESUMO: A aplicação de tecnologias como sistemas navegacionais via satélite, softwares de acompanhamento astronômico e imagens de satélite podem auxiliar na análise de edificações minoicas localizadas em Creta. Os dados gerados a partir do emprego dessas ferramentas, as características que as edificações apresentam e os artefatos rituais nelas encontrados sugerem que essas construções tinham uma função de culto associada ao domínio de um saber astronômico. Neste artigo, nós discutimos esses pontos através da apresentação de uma análise inicial da chamada *Construção Oblíqua XXIII* em Malia.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueoastronomia; Minoicos; Palácios; Santuários; Medições de tempo.

ABSTRACT: Technologies such as satellite navigational systems, astronomical monitoring softwares, and satellite imagery can be helpful in the analysis of Minoan buildings located in Crete. Data provided by these resources, the characteristic features of these buildings and ritual artifacts found in them suggest a cult function associated with astronomical knowledge. In this article, I discuss these aspects through a preliminar analysis of the Oblique Building XXIII in Malia.

KEYWORDS: Archaeoastronomy; Minoans; Palaces; Sanctuaries; Time measurement.

Introdução

Nas décadas de 1970/80, a Arqueoastronomia e estudos relacionados, devido especialmente ao sucesso de descobertas importantes como a observação do alinhamento estrutural de santuários com solstícios, equinócios e afins em locais como Stonehenge e outros monumentos megalíticos, inclinaram-se ao esoterismo e misticismo, tendo sua credibilidade como ciência enfraquecida, o que resultou em rejeição desta área por parte da academia. Contudo, com o advento de novos softwares de astronomia, mais precisos e capazes de simulações como cálculos regressivos de tempo e a adição de arqueolinhas na última década

¹ Doutorando em Arqueologia no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ) e mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ), com ênfase em contatos marítimos e rituais de culto da Creta Minoica na Antiguidade Egeia. Atualmente realiza pesquisa sobre o sítio maliota em Creta, mais especificamente sobre a arquitetura e as edificações no Período Palaciano final (1490-1360 a.C.) e suas funções rituais. Também atua como professor colaborador do Núcleo de Estudos da Antiguidade (NEA/UERJ).

do século XX,² a Arqueoastronomia se reestabeleceu e foi reconhecida como conhecimento científico, passando a contribuir com ferramentas importantes para os estudos arqueológicos. Além do GPS ou GLONASS,³ que nos fornecem uma posição geográfica precisa, novas ferramentas proporcionaram grande apoio às pesquisas. Softwares gratuitos de imagens de satélite (ex: *Google Earth*) e de código livre de Astronomia (ex: *Stellarium*), de manuseio simples e prático, estão disponíveis de forma bastante acessível ao público. Isso permite um uso preliminar de cálculos mesmo em datações distantes de uma área pretendida.

Neste artigo, aplicamos estas tecnologias e fazemos considerações preliminares sobre os alinhamentos arquitetônicos de edificações localizadas no palácio de Malia e proximidades em Creta. Cumpre notar que estamos no preâmbulo de nossas aferições e que, uma vez que feitas as simulações, o estudo culminará na coleta de dados por medições *in loco* nas respectivas datações de movimentos celestes a fim de obter uma confirmação empírica das datas que são objeto deste estudo. As edificações no complexo arqueológico maliota estudadas estão datadas como Neopalaciano Final (MR II - MR III), o qual compreende o período entre 1.490 – 1.200 a.C.+/- (Langohr, 2009, p. 74).

² O software *Stellarium* simula regressão cronológica com precisão de períodos superiores a 2.500 a.C., por exemplo. Arqueolinhas são representações de trajetórias de corpos celestes em cálculos de tempo regressivo que permitem ao observador estabelecer a posição de uma estrela, satélite ou planeta em tempos muito remotos a partir de eventos astronômicos (equinócios, solstícios, helíacos etc.).

³ Sigla para Sistema de Posicionamento Global (em inglês, *Global Positioning System*). Sigla para *Sistema de Navegação Global por Satélite* (em russo, ГОНАСС; Глобальная навигационная спутниковая система; *Globalnaya navigatsionnaya sputnikovaya sistema*).

Tabela 1 - Quadro cronológico

Sistema Simplificado de Fases Arquitetônicas proposto por J. McEnroe ⁴		
Neolítico	Acerâmico	7000 – 6000 a.C.
Neolítico	NA ⁵ I	6000 – 5000 a.C.
Neolítico	NA II	5000 – 4500 a.C.
Neolítico	NM/NR	4500 – 4000 a.C.
Neolítico	NR/NF	4000 – 3000 a.C.
Pré-palaciano Antigo	MA I – MA IIB	3000 – 2200 a.C.
Pré-palaciano Tardio	MA III – MM IA	2200 – 1900 a.C.
Protopalaciano	MM IB – MM IIB	1900 – 1750 a.C.
Neopalaciano	MM III	1750 – 1700 a.C.
Neopalaciano	MR IA	1700 – 1580 a.C.
Erupção em Tera. Período final do século XVII a.C.		
Neopalaciano	MR IB	1580 – 1490 a.C.
Palaciano Final	MR II - antigo MR IIIA ²	1490 – 1360 a.C.
Pós-palaciano	MR IIIA ² – MR IIIB	1360 – 1200 a.C.
Pós-palaciano	MR IIIC	1200 – 1100 a.C.

As características arquitetônicas e seus conjuntos de “parafernálias rituais”,⁶ sugerem que essas edificações tinham a função de locais de culto. Considerando as localizações espaciais e arrumação arquitetônica, é notável seu alinhamento com movimentações astronômicas de corpos celestes. Tais alinhamentos espaciais do *Edifício Oblíquo XXIII* apresentam similitudes com os aplicados em alguns santuários de pico importantes, como Anemospilia, Petsophas e Juktas, bem como urbanos, como o Santuário de Gournia e o Santuário de Malia (o qual se encontra fora do complexo palaciano).

⁴ Adotamos as datações propostas por John McEnroe, entre as demais datações existentes, considerando sua forma sucinta e satisfatória ao estudo das arquiteturas e objetos encontrados (McEnroe, 2010: p. 7, Tabela 1.1).

⁵ As abreviações de período cronológico se apresentam da seguinte forma: NA – Neolítico Antigo; NM – Neolítico Médio; NR – Neolítico Recente; MA – Minoico Antigo; MM - Minoico Médio; MR – Minoico Recente.

⁶ A expressão “parafernálias rituais” se refere ao conjunto de artefatos e arrumações arquitetônicas que constituem de um local de culto. (Rutkowski, 1986, p. 11-12).

Metodologia: aplicação operacional

O uso dos softwares de astronomia aplicado às estruturas do palácio de Malia consiste em uma coleta de dados cruzados entre os equipamentos de análise astronômica e os de imagens via satélite. O equipamento astronômico tem como função fornecer a imagem do céu no momento que se pretende simular, com afinação de localização de GPS. Assim adquirida, a imagem de satélite fornece a observação espacial da estrutura e sua variante de gradiente em relação ao céu. Tal cruzamento de dados permite um preâmbulo seguro para o empreendimento de uma expedição de coleta *in loco*, facilitando a observação ao pesquisador.

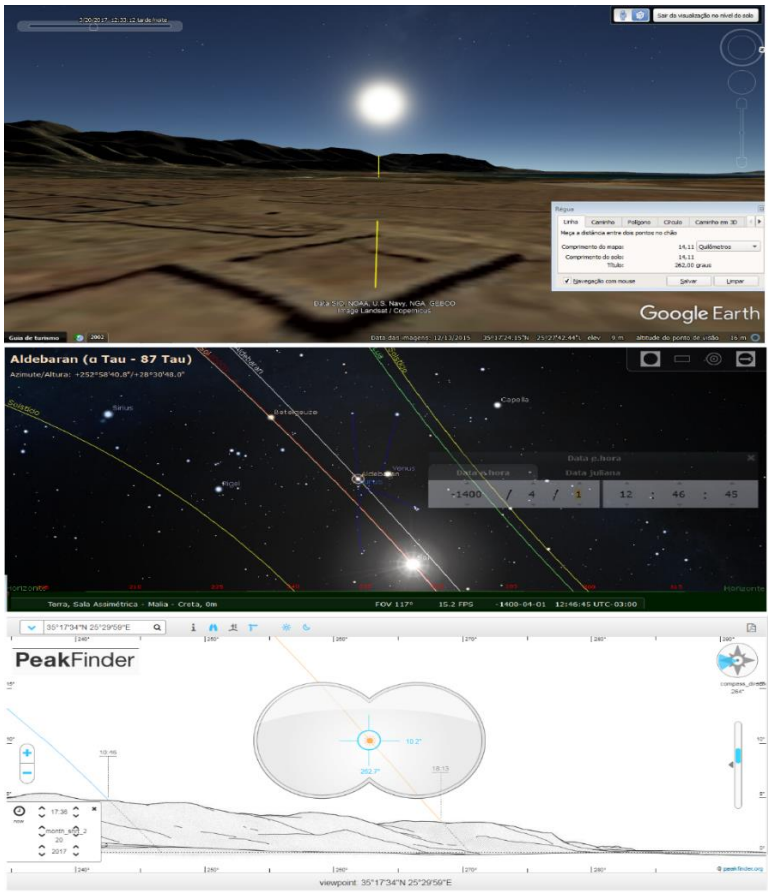


Fig. 1. Simulação 1 - Aplicação combinada de três softwares para averiguação de alinhamento do *Edifício Obliquo* de Malia em relação às elevações da região de Mókos, cujo percurso de equinócio de primavera foi em 20 mar. 2017 (Google Earth e PeakFinder) e em 06 de abr. - 2000 a.C. (Stellarium) no gradiente $268^{\circ}08' W$, apresentando alinhamento coincidente. Data de acesso: jan. 2017.

Como podemos observar na simulação combinada, o equipamento de imagem de satélite não permite uma simulação em períodos avançados. Neste caso, acessamos o equipamento astronômico para aferição na data intentada e,

logo após, a retrocedemos ao período proposto. Todavia, devemos considerar que o percurso solar nos períodos equinociais e solstícios entre essas datas não se alterou e que durante o período de -2000 a.C. o Sol atravessava a constelação de Touro (atualmente ele faz tal percurso em Peixes). Compensadas as devidas faltas, podemos, então, adquirir um cálculo próximo dos episódios celestes apresentados e suas movimentações com a edificação estudada satisfatoriamente. Por fim, podemos também fazer uso de um aplicativo simples criado para auxiliar montanhistas com a orientação espacial do local onde estão trilhando, como o *PeakFinder*. Assim, podemos simular a posição do indivíduo no local desejado.

Contudo, embora os softwares ofereçam precisão de dados e funcionalidade considerável, a aplicação *in loco* e o olhar humano do local ainda são essenciais se considerarmos que cada estrutura tem sua peculiaridade de interação com os movimentos dos corpos celestes. Para saber exatamente, por exemplo, como a luz solar ou um alinhamento estelar se manifestaria em relação às edificações e suas combinações de esquadros, frestas entre paredes e afins. Esta será a próxima etapa do trabalho. Por ora, esta pesquisa faz uso de três sistemas de navegação astronômica de simples manuseio:

- *Stellarium* (versão 0.13.3). Software de código livre para acompanhamento astronômico tanto em telescópios quanto em análises de simulação espacial em astrofísica. Foi desenvolvido por pesquisador Fabien Chéreau e sua equipe. O programa permite fazer cálculos bem aproximados das datas do período estudado, já que o programa corrige variantes de datação tanto pelo Calendário Gregoriano (atual) quanto pelo Juliano. Além disto, ele também corrige o cálculo bissexto dos anos. O software também realiza cálculos de referências antigas através da aplicação de arqueolinhas, as quais oferecem maior precisão nas compilações de registros de observação celeste, como equinócios, solstícios e helíacos em relação ao objeto de estudo material, como edificações, megalíticos, templos etc. Em uma simulação pelo *Stellarium* podemos, por exemplo, retroceder a uma data que permite ver como o posicionamento desse objeto ficaria em um determinado período, como as variantes de períodos próximos e acima de -2000 a.C. Isto é de suma importância tendo em vista que há uma variação de calibragem dos círculos principais celestes (equatoriais e meridianos) em cerca de 20° com relação ao nosso período.

- *Google Earth* (versão 7.1.7.2606). Programa de orientação geográfica através de fotografias via satélite. Proporciona uma visão do objeto do alto, sua relação com posicionamentos celestes e gradual de inclinação (linha potencial horizontal de um observador local). Sua posição celeste informa as transições das constelações de acordo com o horário de localização do observador, todavia, ela não interfere na análise espacial do local estudado.

- *PeakFinder* (versão 2.4.6). Aplicativo posicional baseado em dados topográficos para auxílio de montanhistas e afins. Foi desenvolvido pelo programador Fabio Soldati e tem por finalidade fornecer ao observador referências de campo visual com seus acidentes geográficos, através de coordenadas de GPS em conjunção com algoritmos de astronomia, o que proporciona também a observação de percursos solares e lunares. Tal aplicativo permite compreender espacialmente o objeto de estudo, tanto *in loco* quanto à distância, a partir de como o observador estaria vendo os movimentos dos corpos celestes e seus comportamentos ante a topografia da região.

Os Santuários Minoicos (MRIB-MRII, 1500 a 1360 a.C.)

Em vários pontos da ilha de Creta existem edificações que contêm objetos interpretados como parafernalias de culto. Embora a real função destes locais ainda seja um desafio para os arqueólogos, B. Rutkowski (1986) sugere a classificação dessas edificações como lugares de culto. Dentre as principais construções principais destacamos:

- Santuários de pico (MAIII-MMIA), localizados em posições topográficas elevadas, muitas vezes próximas de picos proeminentes como Monte Jouktas e Petsophas. Os santuários de pico aparecem em lugares próximos aos dos palácios, segundo A. Peatfield (1987, p. 89-93). Para J. McEnroe (2010, p. 33), tais locais de culto estariam ligados aos palácios a fim de garantir a manutenção do poder por meio da associação com o universo religioso. O emergir de novos centros urbanos em posições elevadas e a visão privilegiada que elas ofereciam sugerem uma presença palaciana de domínio político e territorial em locais distantes. Exemplos disto são os santuários de Anemospilia, Profiti Elias, dentre outros.

- Templos e santuários públicos ou urbanos, domésticos e palacianos (MRII-MRIII) caracterizam-se pela localização dentro ou nos arredores dos palácios (Rutkowski, 1986, p. 10-17). De acordo com J. McEnroe (2010, p. 66-67), a existência de artefatos de culto e ritual são importantes para um apontamento sobre a utilização dessas estruturas, embora ainda haja dúvidas sobre muitos locais. Na mesma linha, Poursat (1966, p. 514-551) considera que a escassez deste modelo de edificação na ilha, excetuando o Santuário de Malia, é um fator complicador para o entendimento destes edifícios.

Exemplos dessa arquitetura do Palaciano Final (MRII-MRIII) emergem na cultura minoica e podem ser detectadas em alguns sítios arqueológicos. B. Rutkowski classifica cerca de cinquenta exemplares na ilha de Creta (Rutkowski, 1986, p. 12), dos quais podemos citar quatro como exemplos: o Santuário Público de Gournia,⁷ uma cidade minoica que teve seu período funcional de 2.200 a.C. até seu total abandono em 1.200 a.C. (Hood, 1973, p. 162-165); a *Construção Obliqua XXIII* (Chapoutier, 1936) na Ala Norte do palácio de Malia; o *Santuário de Malia*, descoberto em 1965 nas proximidades do palácio (Poursat 1966, p. 514); e o edifício denominado *Santuário dos Chifres* em Malia, escavado em 1956, cuja datação foi no MRII (McEnroe, 2010, p. 65-66).

De acordo com J. McEnroe (2010, p. 117-132), estas edificações surgiram na ilha em um momento de perceptível diminuição da permanência cotidiana humana ou até mesmo quando do abandono das dependências dos palácios e/ou reocupações. Possivelmente, essa movimentação foi ocasionada por uma grave crise institucional somada a diversos fatores. Para S. Hood (1973, p. 58-60), o enfraquecimento das realidades minoicas pode ter sido resultado de grandes migrações do continente europeu, o que teria ocasionado um aumento populacional e, conseqüentemente, sérios problemas para a ilha de Creta, como um desequilíbrio de abastecimento e distribuição de insumos pela administração palaciana. Todavia, atualmente, esta teoria é criticada severamente pela pouca evidência. H. Effenterre (1986, p. 100-103) afirma que as catástrofes teriam sido ocasionadas pela erupção de um vulcão em Tera (MRIA-MRIB), o que teria promovido severos danos às estruturas da marinharia minoica. Abalos sísmicos de grande abrangência e o alcance das ondas do mar (tsunamis) após a explosão

⁷ A adoção do termo proposto por McEnroe em detrimento de outros, embora também não seja suficientemente satisfatória, advém da necessidade de uso e facilidade ao desenvolvimento do estudo, além de ser de um estudo mais recentes.

teriam provocado destruições consideráveis na ilha, atingindo também seus palácios que, posteriormente, foram reconstruídos, porém, o efeito colateral da catástrofe permaneceria a longo prazo.

Nesse ínterim, ritualísticas religiosas dentro do contexto minoico emergiriam fora dos palácios, surgindo nas cidades edificações peculiares que contribuiriam para uma espécie de popularização ou descentralização de um “saber ritual” útil tanto para efeitos religiosos como também para preceitos político-estratégicos, como a capacidade de definir estações do ano, por exemplo (Dickinson, 2006, p. 233-250). Para Ellen Adams (2004, p. 30), embora haja uma grande lacuna em se discernir o que é ritual social e ritual religioso, é considerável o papel dos locais de culto como celebrantes de um elemento de identidade de grupo além da prática religiosa. A marcação do tempo como ferramenta de poder pode ser uma dessas identidades.

Entretanto, sobressai nas estruturas das edificações do complexo maliota diversas marcações em forma de símbolos na alvenaria que compõem a arquitetura local, como pedras de soleiras de porta, esquinas de passagens, corredores de acessos, colunas e paredes. Tais marcações, inicialmente consideradas como “marcações de pedreiro” podem estar ligadas a elementos de cunho astronômico, como veremos a seguir.

Marcações e símbolos na alvenaria palaciana

De acordo com a pesquisadora N. Marinatos (2010, p. 104-113), os símbolos do *labrys*  (“machado duplo”) e os chifres cerimoniais  têm como imagética representativa a celebração do Sol como pessoa divina e a seu percurso celeste em determinado período, alinhado com a montanha  em uma representação dramática da cosmogonia minoica.

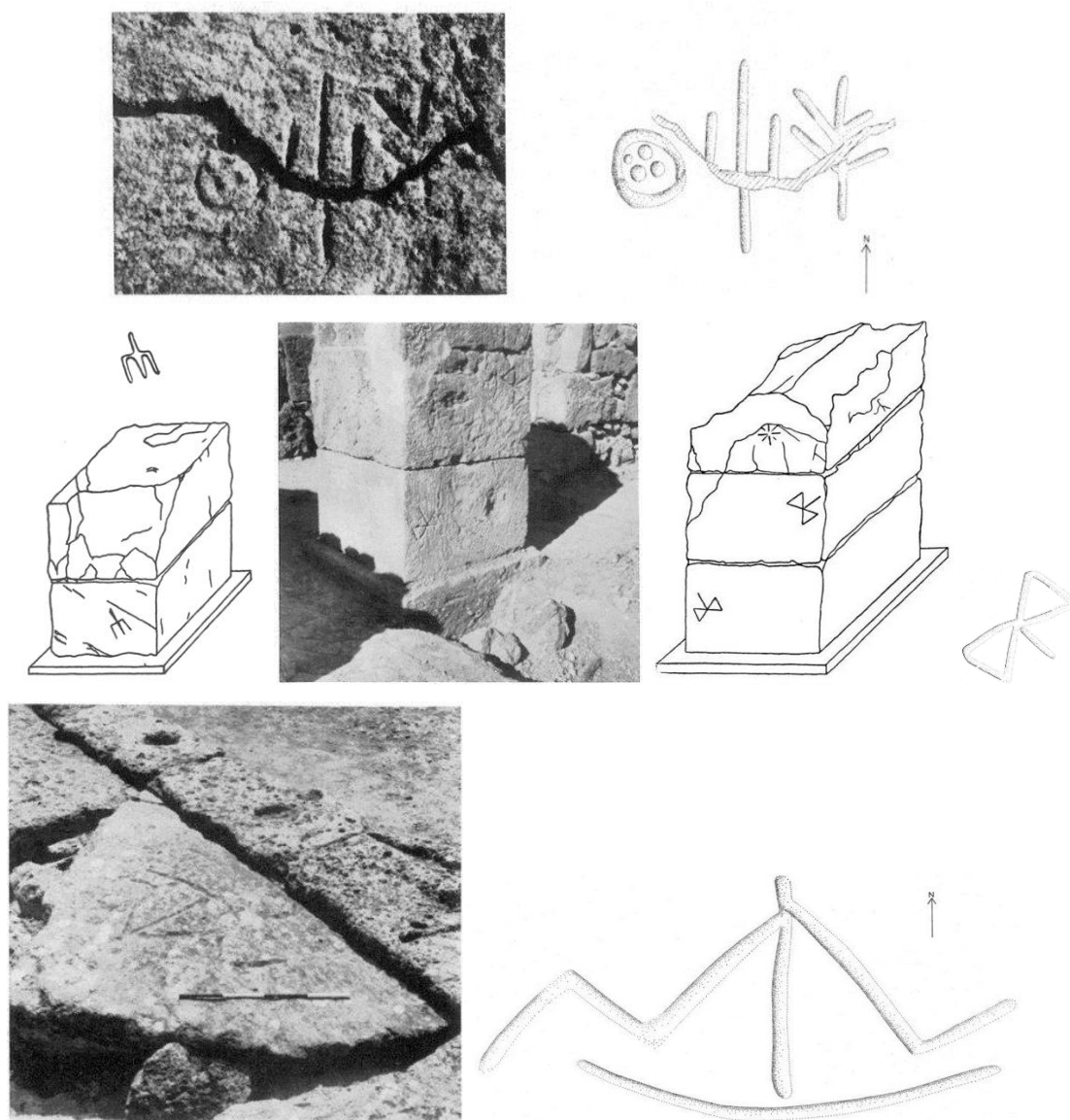


Fig. 2. Exemplos de signos registrados na alvenaria de Malia (Pelon, 1980, p. 98-99, 191, 195)

As pesquisas de Marinatos (2010, p. 104-110) também realizam comparações que demonstram a existência de padrões semelhantes em outras culturas, como no caso da cultura egípcia, que apresenta um símbolo solar entre montanhas. Neste caso, as figuras votivas como as GWUA⁸ (vide fig. 3d) apresentam uma expressividade interessante quando observamos suas verossimilhanças com símbolos encontrados na religião minoica, o que sugere, na forma expressiva corporal, uma mesma representação simbólica dos chifres cerimoniais e machado duplo. Estes símbolos grifados em diversas partes dos palácios podem ter ligação com alinhamentos de corpos celestes.

⁸ GWUA é a abreviação convencional em inglês para imagens votivas femininas que apresentam os braços levantados (*Goddess With the Upraised Arms*).

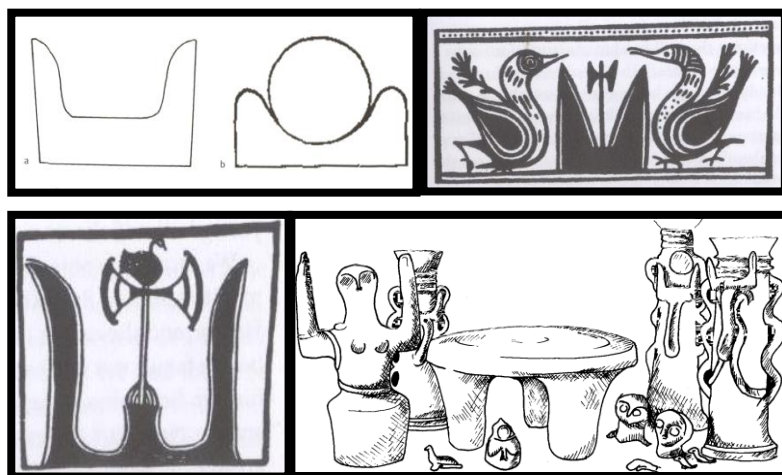


Fig. 3. a) Desenhos demonstrando caracteres minoicos e egípcios com grande solar, ideograma egípcio para “montanha”; b, c) detalhes de um esquite encontrado em Giofyakia e em uma pintura de um vaso de argila (Marinatos, 2010, p. 107); d) Artefatos rituais encontrados no Santuário Público de Gournia (Marinatos, 1993, p. 223).

Certamente para a ilha essa consciência de tempo era algo visceralmente importante para administrar o sistema de rotas marítimas de comércio exterior dos palácios e seus congregados (Lambrou-Phillipson, 1991, p. 12-15). Por exemplo, o momento equinocial é de grande importância para as marcações necessárias de tempo assim como os solstícios e helíacos nas demarcações estacionais. Cerimônias como as tauromaquias, por exemplo, poderiam ter suas celebrações durante a passagem do Sol pela constelação Taurus⁹ no período equinocial periódico, anunciando a chegada da primavera no hemisfério norte e, conseqüentemente, a época da colheita, assim identificado em diversos povos também. Esse período também assinalava o início da temporada de navegação, quando os ventos e as condições marítimas e climáticas eram mais favoráveis.

Recentemente, pesquisas e medições locais por Mary Blomberg e Göran Henriksson (2013, p.60-64 e p. 96-114) apresentaram importantes descobertas referentes às orientações espaciais de edificações minoicas no palácio de Cnossos, Monte Juktas e Petsophas. Com a observação exata do tempo e local, pôde-se constatar que no corredor da *Casa do Escriba* em Cnossos o movimento de sombras e luzes, durante o período equinocial, atingia uma determinada posição que apresentava alinhamento com as marcações de machados duplos. A luz

⁹ O eixo da Terra oscila, perfazendo, em um espaço de 26.000 anos, um círculo completo. Isto influencia na transição do Sol e constelações, pois de tempos em tempos o Sol atravessa de uma constelação para outra durante os eventos equinociais. Neste caso, o período estudado encontra-se na passagem do Sol em Touro (4.300 a 2.100 a.C.).

atingia no final do corredor uma pedra côncava abastecida de água, resultando em um reflexo na parede em outra marcação num período exato no ano (vide fig. 4).

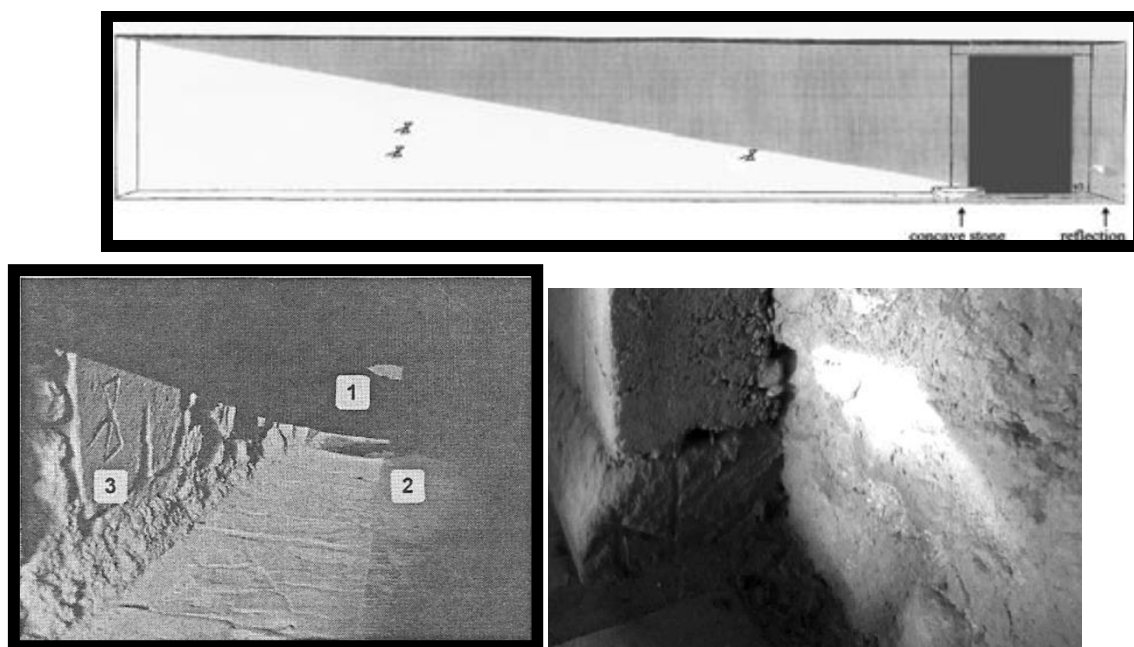


Fig. 4. Experimento de marcação equinocial com base na edificação “Corredor da Casa do Escriba”, em Cnossos. A gravura demonstra a linha de sombra e seu percurso até à pedra ao umbral da porta, onde se refletia a luz na parede. Vemos na primeira foto a luz acima da marcação do signo *labrjys* (3), a pedra côncava refletiva (2) e, por fim, o reflexo na parede na foto 2. (Henriksson, 2013, p. 62)

As constelações e astros celestes são observados e utilizados como ferramentas de orientação do homem desde eras remotas. Por exemplo, estrelas navegacionais como Aldebaran (denominação astronômica MUL.MUL) já eram funcionais na Mesopotâmia em cerca de 5.000 a.C. (Mourão, 1995, p. 813). Junto com esta constelação, os babilônios também já apresentavam registros sobre as observações das Plêiades (aglomerado estelar das “sete irmãs”) para marcações calendáricas e afins (Verderame, 2015, p. 109-117).¹⁰ De acordo com MacGillivray (2000, p. 53-55), as Plêiades e as Híades formam junto com Aldebaran e outras estrelas a constelação de Touro, cujo papel visceral vigora na orientação da temporada das navegações.

¹⁰ Hesíodo em sua obra *Os Trabalhos e Dias* adverte sobre as temporadas de navegação de acordo com a observação dos períodos das Plêiades e seus percursos no céu. Embora Hesíodo seja uma fonte posterior em relação ao nosso estudo (700 a.C aproximadamente), devemos considerar que praticamente a navegação na região em nada se modificou neste espaço de tempo desde os minoicos.

Uma consideração importante referente ao aglomerado das Plêiades é que seu percurso celeste por volta do II Milênio a.C. concorreu com o percurso equinocial, tendo em vista que o gradiente de seu ocaso se encontra entre 275° W (atualmente o aglomerado encontra-se em 300°W), posição que se alinha às entradas das estruturas de santuários aqui apresentadas. De acordo com a pesquisadora A. Sparavigna (2008, p. 2), os povos antigos desse período (no caso de seu estudo, celtas, egípcios, gregos e sioux) utilizavam esse aglomerado para orientações de tempo, como a marcação dos períodos da agricultura e também a celebração dos mortos. As Plêiades despontam no horizonte a oeste durante outubro e novembro, tempo de encerramento das navegações, preparação para as estações mais frias e, nas regiões do Mediterrâneo, é o tempo propício para aragem e sementeira da terra (vide imagens 13 e 14 em anexo).

Outro aspecto a ser levado em consideração no contexto estudado com relação às linhas do céu, é considerar os períodos de passagens equinociais do Sol entre as constelações. Em nosso caso, podemos afirmar que, praticamente na duração da civilização minoica, o equinócio de primavera no hemisfério norte (o marcador de tempo visceral para a navegação) se faz pela travessia em Touro, o que sugere que este período de travessia era caracterizado por festividades como as tauromaquias minoicas.¹¹

Uma das práticas de observação de tempo celeste identificada nos assentamentos minoicos está justamente nas suas estruturas arquitetônicas como ferramentas de medição, ou seja, suas construções junto com o posicionamento da luz solar em determinados períodos definiria seus calendários. No alinhamento da fachada desses santuários vigora a posição de gradiente oscilante em 265,3° para 310°, ou seja, seus posicionamentos alinham-se com as travessias equinociais e de solstícios leste-oeste-leste (vide simulações anexas).

O Edifício Oblíquo XXIII de Malia

¹¹ As tauromaquias ou taurocatapsias minoicas consistiam, pelo o que sugerem afrescos, sinetes etc., em um salto sobre o dorso do touro pelo acrobata ou a submissão do animal retendo-o pelos chifres. Embora não hajam evidências consistentes sobre se essas celebrações eram ligadas com a travessia do Sol pela constelação de Touro no período equinocial de primavera, que oscila nos idos de abril próximo do II milênio a.C., rituais de passagem de tempo eram comuns em outros grupos humanos da região do Mediterrâneo. Cf. Linacero, 2007, p. 197-223 e Cunha, 2013, p. 42-50.

Localizado no lado Norte da ilha a poucos quilômetros de Cnossos e um dos mais próximos do mar e seu porto, com medidas de cerca de 7.500m² de área construída, Malia emerge das escavações como um dos maiores palácios da ilha, abaixo apenas de Cnossos com 13.000 m² e Festos com 8400 m². Suas edificações possuem diversas etapas e períodos que variam entre 2000 a.C. a 1370 a.C. que por vezes se misturam de tal forma que tornam hercúleo o desafio dos pesquisadores em datar exatamente certas dependências do palácio com maior precisão ou mesmo em estabelecer um consenso sobre as datações (Langohr, 2009, p. 74).

O palácio de Malia foi descoberto por Joseph Hazzidakis, Éforo Honorário de Antiguidades de Creta, em 1915. As primeiras escavações promovidas pela Escola Francesa de Atenas aconteceram em três momentos pelos pesquisadores Louis Renaudin e Jean Charbonneaux (1922-1923), Jean Charbonneaux e Ferdinand Chapoutier (1924) e Fernand Chapoutier e René Joly (1925-1926).

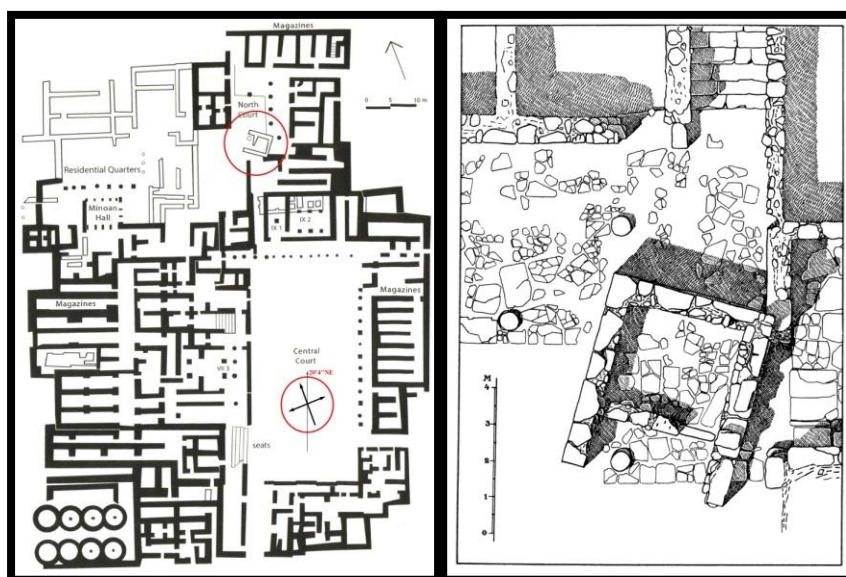


Fig. 5. Plantas 1 e 2 – Palácio de Malia e suas dependências evidenciadas pelas escavações (Shaw, 2015, p.7). As marcações de posição geográfica nos permitem uma observação de como se fazia o percurso celestial. Acima assinalada encontra-se o “edifício oblíquo” ao lado representado em croqui por Fernand Chapoutier na segunda escavação de 1925/26. Nota-se o esquadrinhamento em discordância ao assoalho de construção anterior (Chapoutier, 1936, p. 60).

Ao passo que as escavações evidenciavam as estruturas, notou-se que o palácio de Malia apresenta alinhamento de suas dependências por base inicial da área denominada Corte Central onde se localiza o pátio principal. Tal área possui

uma orientação cardeal de norte inclinado, ou seja, o alinhamento do terreno tem seu norte geográfico apontando na junção de fundo (planta 1). Isto permite que o percurso celeste manifeste movimento em diagonal em suas salas, o que possivelmente facilitaria a observação e marcação de períodos através da visualização de constelações e astros.

Contudo, alguns metros à frente da Corte Central, na parte denominada de Corte Norte, uma dependência evidenciada durante a segunda etapa de escavações (1924), em relação às demais edificações erguidas em diversos períodos se encontra visivelmente desalinhada (planta 2). Foi denominada pelos pesquisadores como “edifício oblíquo XXIII” (*Bâtiment Oblique*). Considerado de uma potencialidade funcional específica com base em observações do céu e também em virtude de seu posicionamento, tal edificação pode nos oferecer informações referentes às observações celestes palacianas entre as demais salas do local.

Segundo Ferdinand Chapoutier (1936, p. 19-20), o Edifício Oblíquo se insere na paisagem arquitetônica da Corte Norte do palácio como um “obstáculo” entre as dependências da ala Norte com a Corte Central. Chapoutier descreve o Edifício Oblíquo como uma peça fina de acabamento e construção considerável. Todavia, considerando a divisão de camadas, entende que a construção é de período posterior, porém, não de um período onde as demais dependências palacianas achavam-se abandonadas. O esmero com a edificação tem seus detalhes apontados pelo pesquisador, como o preenchimento da argamassa de *ammouda*¹² utilizada com inserções de ramos em seus revestimentos e a adição de uma soleira de *sideropetra*¹³ em sua única entrada. Na escavação do Edifício Oblíquo praticamente nada foi encontrado que sustente quaisquer suposições da referente sala no que concebe de seus ofícios originais. Chapoutier (1936, p. 47) cita a descoberta de uma figura votiva em terracota no vestíbulo do edifício (figura 6). Todavia, o pesquisador adverte que a presença desse artefato não seria evidência suficiente para considerar o local como um santuário.

Contudo, Chapoutier não se aprofunda sobre as funções do Edifício Oblíquo, relatando-o apenas em suas dimensões e constituições materiais como de praxe. Conclui também que tal edificação merecia atenção maior de pesquisas

¹² Espécie de rocha muito usual em Malia. Geralmente possui três composições: calcário conchífero, calcário compacto, organo-dentrítico e arenito dunário. Cf. (Allegrette, 1997: p. 2).

¹³ Calcário-azulado de muita predominância na região de Creta próxima de Malia. Cf. (Effenterre, 1980: p. 100-105).

que contribuíssem numa aproximação de sua função a de um local dedicado às divindades.

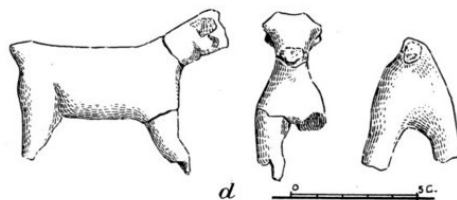


Fig. 6. Figura taurina de terracota encontrada no vestíbulo do Edifício Oblíquo de Malia (Chapoutier, 1936, p. 43)

No decurso das explorações arqueológicas locais do palácio de Malia, Olivier Pelon (1980, p.18) considerou que a área da Corte Norte seria a parte mais antiga do complexo palaciano. Todavia, ao citar o Edifício Oblíquo, ele apontou uma interrupção na edificação com alguma função interligada ao prédio total do quarteirão XXI. Em suas descrições ao Edifício Oblíquo, O. Pelon detalha também sua posição “assimétrica” em referência ao assoalho da construção consideradamente anterior ao XXIII (1980, p. 78).

Assim, o Edifício Oblíquo suscita questionamentos justamente por sua posição estar fora de alinhamento com as demais construções do complexo. Se por um lado, podemos considerar que esta edificação foi posterior, fora das épocas de auge do convívio palaciano, por outro, não devemos ignorar que seu manejo posicional esteja propositalmente arquitetado desde de sua construção. O esquadramento da edificação pode nos oferecer indícios de suas funções intencionadas.

O desalinhamento do Edifício Oblíquo apresentado pelos pesquisadores em perspectiva “obstrutiva” das dependências do palácio, pode ser interpretado, a princípio, de forma intencional se o considerarmos em relação à fachada e seu campo direcional, pois as estruturas da própria edificação estão em comum alinhamento, sugerindo uma função determinada da sala em relação a alguma influência externa. Se considerarmos em hipótese sua descrição posicional geográfica, a entrada está voltada para cerca de 310° NW com campo de abrangência visual de sua entrada em torno de 278° W a 315° N. Nesta posição, com base em cálculos de observação astronômica e com as devidas correções de

tempo¹⁴, é possível ter uma perspectiva da visibilidade de movimentos celestes, como a constelação de Touro e a travessia do Sol através de seus chifres, delimitando, assim, as marcações de calendário equinocial no palácio.

Em suma, os primeiros escavadores consideraram que o Edifício Oblíquo de Malia seria um “possível santuário” de construção posterior, tendo em vista sua posição destoante da organização palaciana geral. Todavia, praticamente nada se encontrou de evidências que reforcem materialmente a sugestão até hoje considerada. Porém, Olivier Pelon (2005, p. 195), em pesquisas posteriores, sugeriu que a construção poderia ser um possível local de culto construído posteriormente à época em que o palácio funcionava como tal.

Os dois exemplos de santuários abaixo indicam alinhamentos das estruturas arquitetônicas que nos sugerem essa utilização para fins de observações do céu dos santuários. Isso corrobora com nosso estudo e a hipótese astronômica apresentada ao Edifício Oblíquo.

O Santuário de Malia do MMII

Localizado a cerca de 300 metros do palácio e à leste, este santuário emergiu ao conhecimento através das escavações realizadas em 1965, quando se constatou as peculiaridades que indicam a possibilidade de local de culto.

De acordo com J. Poursat (1966, p. 518) a construção possui composição esmerada, com recintos elaborados com lajes em *sideropetra* e lacunas de parede cuidadosamente preenchidas com pequenos seixos e estuque. Constatou-se também a presença da *ammouda* como material de acabamento. Uma das observações interessantes (e úteis ao nosso estudo) está na denominada Rua Norte, que abrange todo o edifício com um amurado de doze metros de comprimento. Esta parte suscita no pesquisador o questionamento sobre sua utilidade, tendo em consideração que esta rua, assim denominada, não vai a lugar nenhum ou mesmo se conecta com a edificação do santuário (Poursat, 1966, p. 527). Para Poursat, o que pode ser interpretado como uma rua encontra-se alinhado com uma marcação celeste do solstício de inverno (vide simulação no anexo de imagens).

¹⁴ Existe uma variante de alinhamento ao observador em referência aos corpos celestes a cada período determinado por seus próprios percursos em relação ao planeta Terra, assim como também há uma variante nos polos de norte magnético.

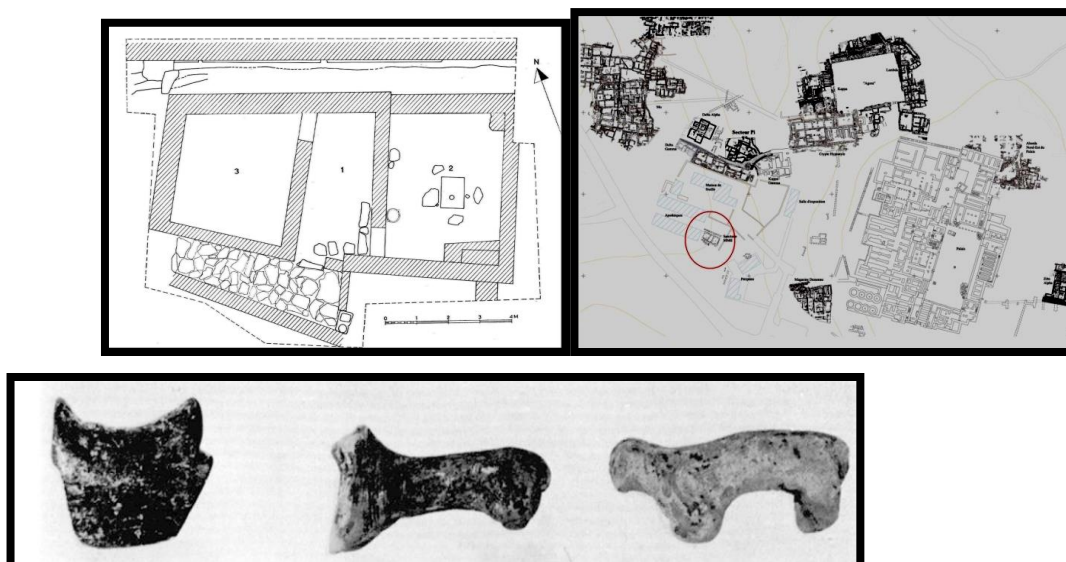


Fig. 7. Santuário de Malia do MMII por Poursat 1966. Nota-se a posição do muro denominado de Rua Norte em paralelo com a edificação acima. Ao lado, planta topográfica com o local do santuário assinalado (Fadin, 2004). Abaixo: figuras taurinas em terracota encontradas entre as demais evidências nas escavações do santuário (Poursat, 1966: fig.26)

Observando suas dimensões, podemos notar que a entrada do santuário possui um esquadramento próprio da construção onde percebemos que a parte externa da parede estreita a entrada da edificação, ocasionando assim um alinhamento com um gradiente que coincide com as medições dos Equinócios de Primavera e Outono.

Santuário de Gournia

Dos exemplos que adotamos ao estudo, o santuário público da Vila de Gournia se encontra dentro deste complexo arqueológico com uma via de acesso direta à sua entrada, possivelmente usual para procissões e afins (McEnroe, 2010, p. 111-113). Descoberto durante expedições empreendidas entre 1901 e 1904 pela pesquisadora Harriet Boyd-Hawes e equipe (Pottier, 1910, p. 19-20), a edificação figura cronologicamente entre exemplos datados do final do MMII, como o santuário de Malia citado anteriormente, o qual O. Dickinson (2008, p. 264-286) denomina como um santuário público.

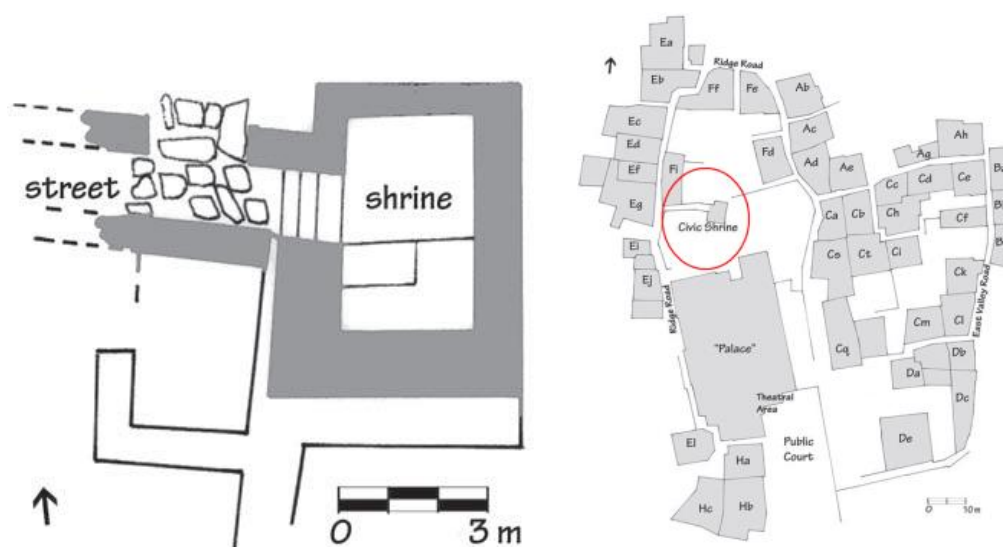


Fig. 8. Planta de um santuário público em Gournia do MM II (detalhe) por Hawes (1908, p. 64). No croqui é possível notar o alinhamento da porta com o gradiente posicional $270^{\circ} \pm$ do alinhamento equinocial. A segunda figura é a planta da Vila de Gournia por McEnroe (2010, p. 104) com o santuário assinalado.

As principais peculiaridades observadas pelos escavadores nestes santuários dizem respeito tanto aos achados arqueológicos que evidenciam suas funções, quanto aos aspectos estruturais arquitetônicos, de certo modo simplórios, quando levamos em conta comparações com outras arquiteturas religiosas da ilha. A entrada do santuário público de Gournia está situada a $267,82^{\circ}$ W, tal como a rua que culmina no santuário. Isto permite uma observação de movimentos celestes como o equinócio, por exemplo. Tal alinhamento se posiciona de maneira excepcionalmente interessante em relação às montanhas do local (vide anexo de imagens). Esta manifestação de marcação com a montanha também se apresenta em outros santuários observados deste período e aqui citados.

Conclusão

O domínio de tecnologias para a marcação de estações do ano através das observações celestes e os movimentos de seus corpos é perceptível na sociedade minoica e na constituição de seus palácios e templos. Tal domínio concedia à realeza palaciana minoica tanto o poder de regular o tempo e as datas para seus rituais e celebrações, como também o domínio das rotas de navegação. Ao aplicarmos softwares de astronomia e observação espacial nas evidências arqueológicas, podemos constatar que os palácios, seus templos e locais de culto eram por si próprios instrumentos de medição dos movimentos de corpos

celestes. Assim, podemos concluir que o domínio de um saber astronômico era de suma importância para os habitantes do palácio e que ele estava intimamente ligado às questões religiosas e rituais, bem como marítimas, estando evidenciadas, como vimos, nas entranhas de suas próprias edificações.

ANEXO DE IMAGENS DE APLICAÇÃO ASTRONÔMICA

Para fins de apresentação de projeto, selecionamos algumas imagens captadas dos softwares utilizados na pesquisa. Nelas, podemos observar a comparação de alinhamentos dos santuários de picos e urbanos e suas respectivas linhas de horizonte em alguns fenômenos naturais celestes utilizados para orientação na Antiguidade. Alguns cuidados na coleta e cruzamento de dados entre equipamentos devem ser considerados, como por exemplo, o uso do Google Earth. Ele não nos permite uma simulação de data muito avançada. Neste caso, deve-se compensar um erro de cerca de $20 - 15^\circ$ equatoriano a fim de observar a mesma simulação no período desejado (cerca de -2000 a.C.). Para uma finalização de cálculo mais preciso utilizamos juntamente o *software* Stellarium e sua função de Arqueolinhas. As simulações apresentadas no anexo são exemplos de como a tecnologia nos auxilia numa introdução preliminar aos objetos arquitetônicos em questão. Foram colhidas imagens de simulação de alguns santuários da ilha para efeito de comparação de seus alinhamentos com as montanhas.

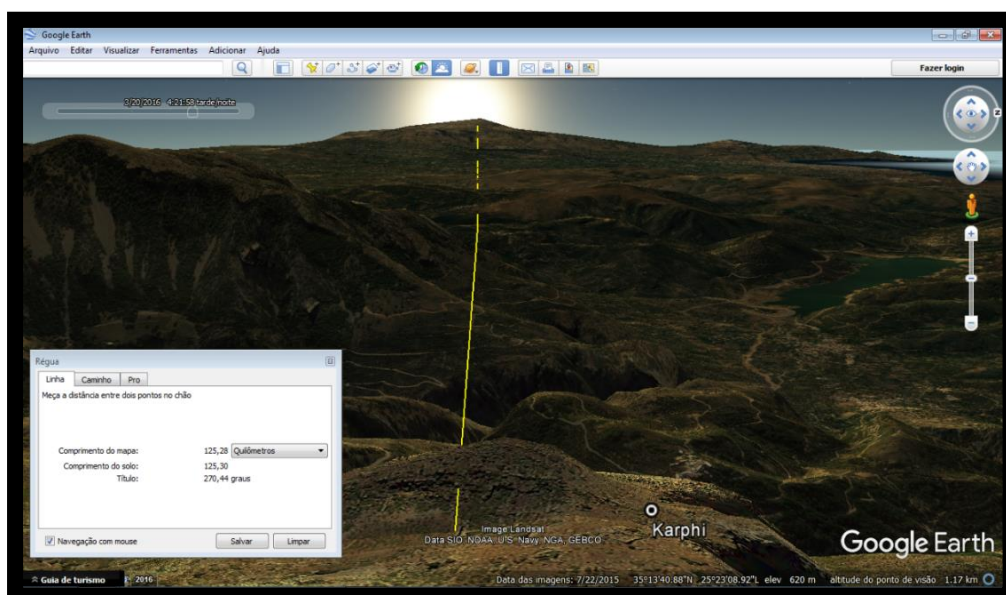


Fig. 9. Simulação 2 - Alinhamento de estrutura do santuário de Karphi em relação à montanha no percurso de equinócio de primavera de 20 de março de 2016. Gradiente $270^\circ 44'$ W. Data de acesso: nov. 2016. Software: *Google Earth* (versão 7.1.7.2606)

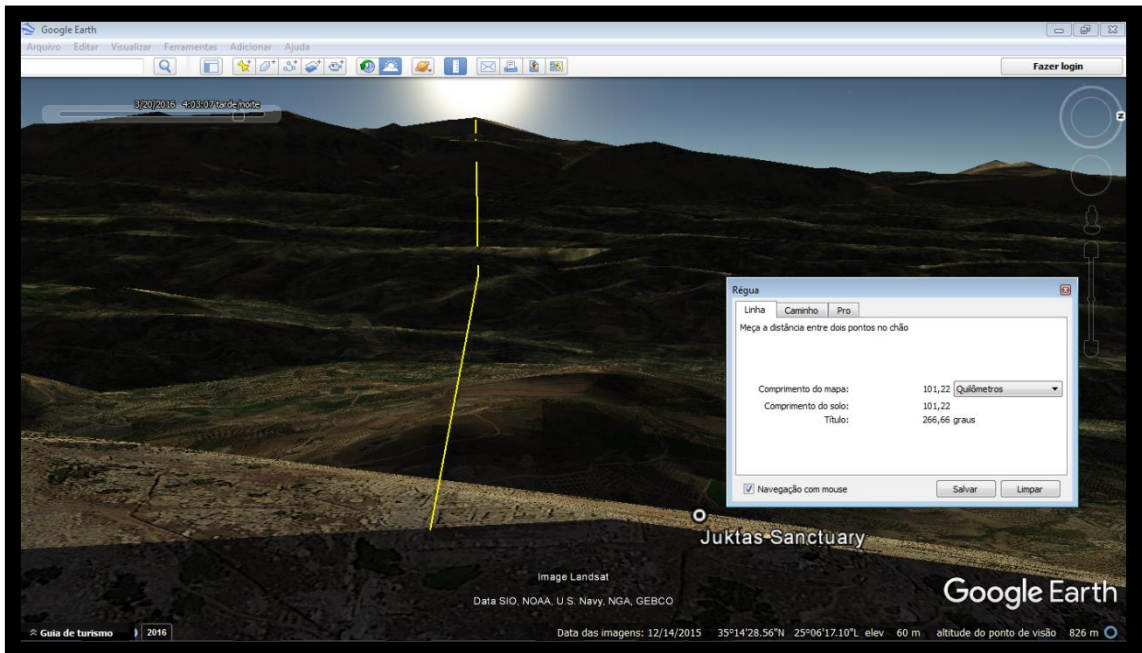


Fig. 10. Simulação 3 - Alinhamento de estrutura do santuário do Monte Juktas em relação à montanha no percurso de equinócio de primavera de 20 de março de 2016. Gradiente $266^{\circ}66'$ W. Data de acesso: nov. 2016. Software: *Google Earth* (versão 7.1.7.2606)

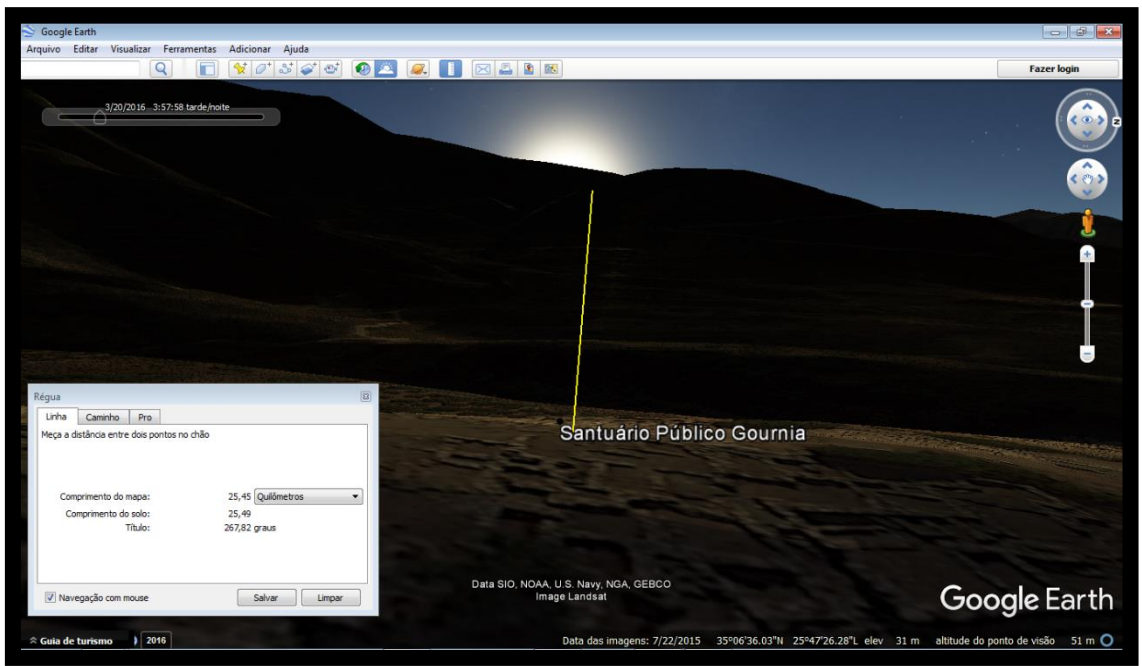


Fig. 11. Simulação 4 - Alinhamento de estrutura do santuário de Gournia em relação à montanha no percurso de equinócio de primavera de 20 de março de 2016. Gradiente $267^{\circ}82'$ W. Data de acesso: nov. 2016. Software: *Google Earth* (versão 7.1.7.2606)

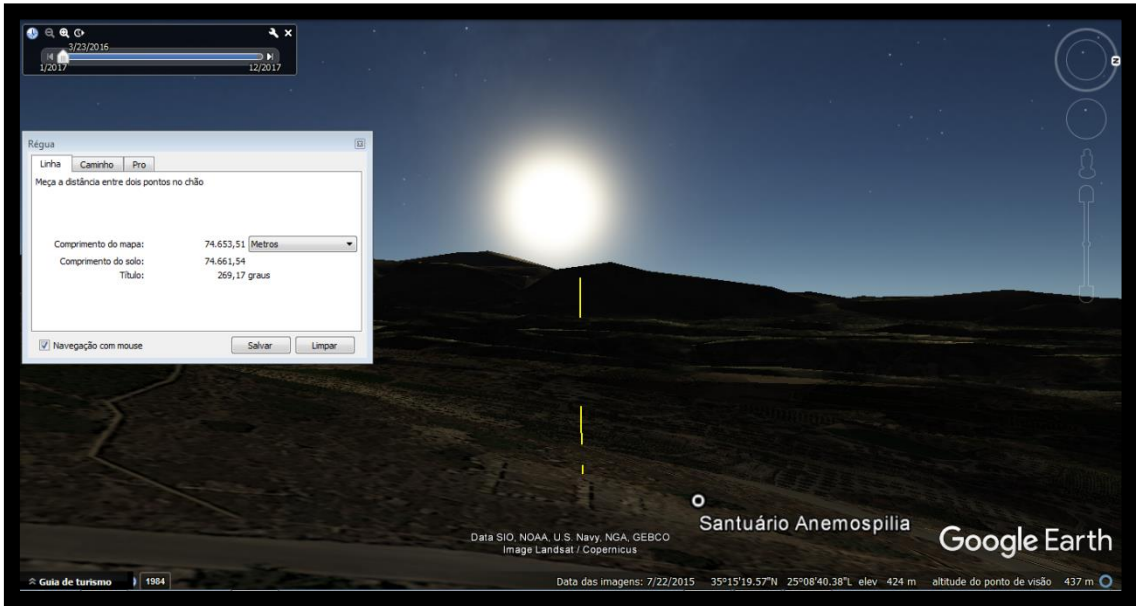


Fig.12. Simulação 5 - Alinhamento de estrutura do santuário de Anemospília em relação à montanha no percurso de equinócio de primavera de 23 de março de 2016. Gradiente 269°17' W. Data de acesso: nov. 2016. Software: *Google Earth* (versão 7.1.7.2606)

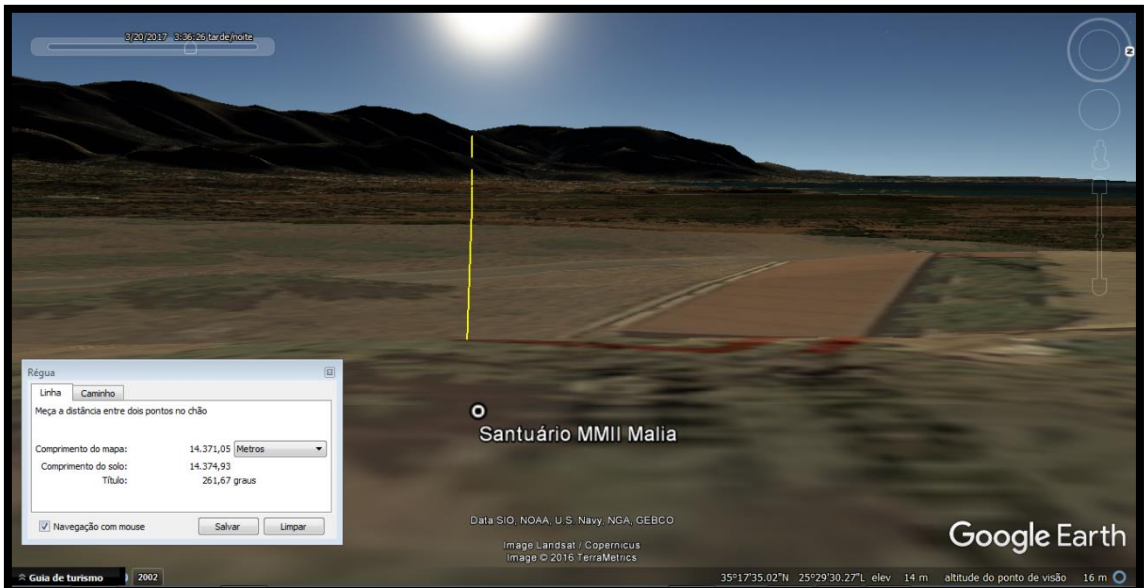


Fig. 13. Simulação 6 - Alinhamento de estrutura do santuário de Malia em relação à montanha no percurso de equinócio de primavera de 20 de março de 2017. Gradiente: 261°08'W. Data de acesso: jan. 2017. Software: *Google Earth* (versão 7.1.7.2606)

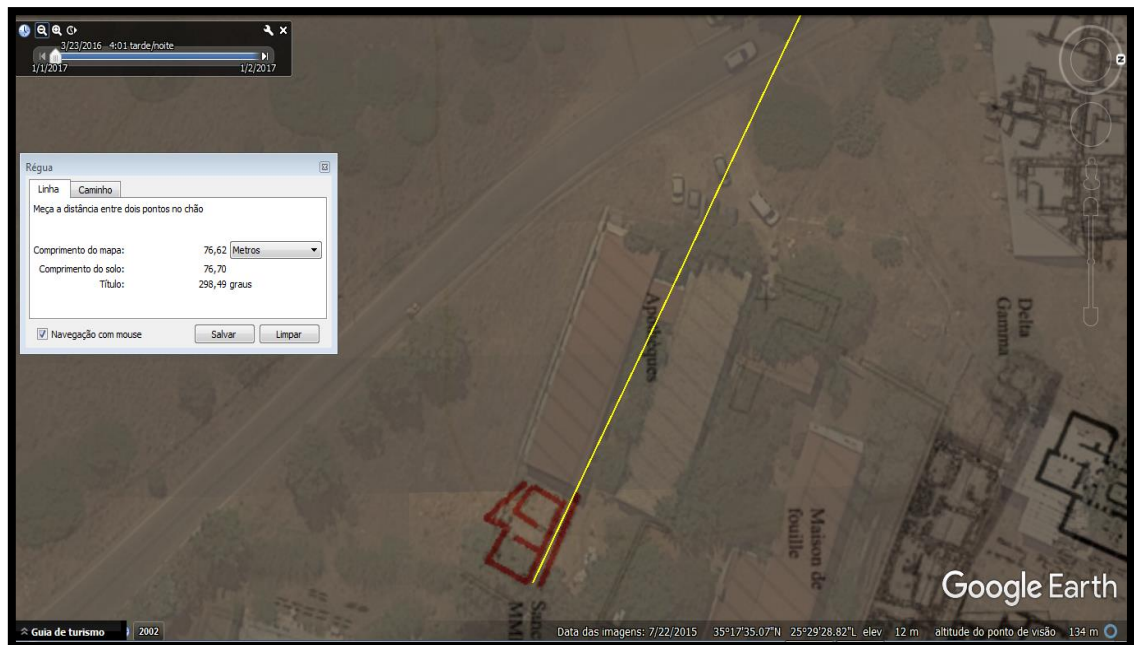


Fig. 14. Simulação 7 - Alinhamento de estrutura do santuário de Malia com sobreposição de planta topográfica ao gradiente $298^{\circ}49'$ NW. Esta posição se alinha com o solstício de verão (captura *Stellarium* abaixo). Data de acesso: jan. 2017. Software: *Google Earth* (versão 7.1.7.2606)

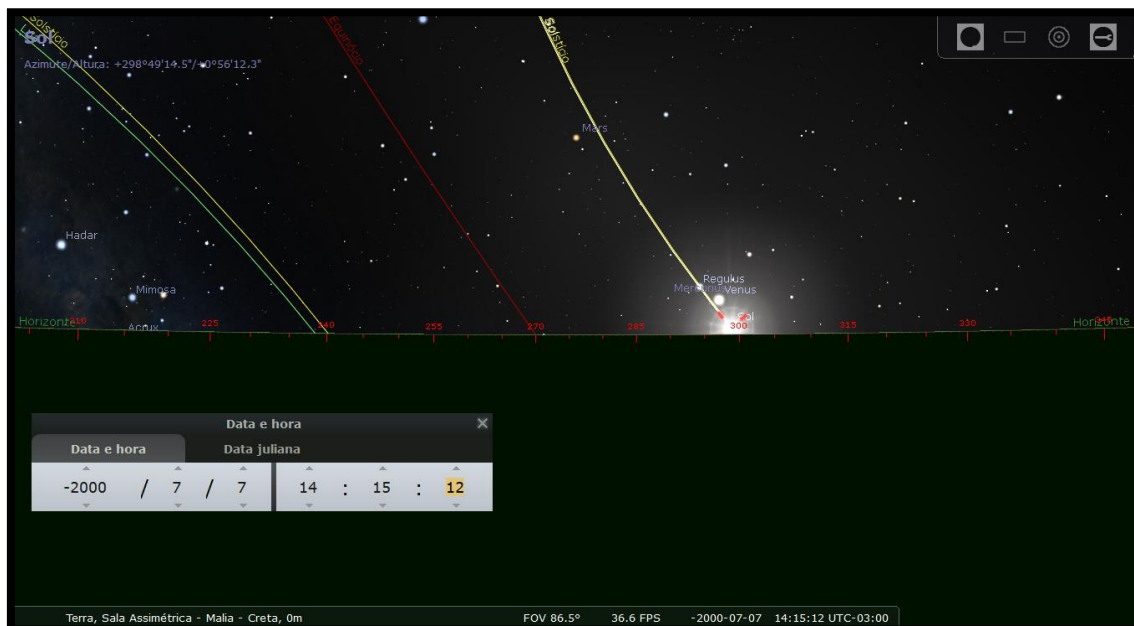


Fig. 15. Simulação 8 - Simulação *Stellarium* do solstício de verão. Gradiente: $298^{\circ}49'$ NW. Data de simulação: 07 jul. -2000 a.C. Data de acesso: 23 jan. 2017.



Fig. 16. Simulação 9 - Alinhamento do Edifício Oblíquo em 36,04° NE com o Helíaco de Arcturus (captura *Stellarium* abaixo). Data de simulação: 29 ago. -2000 a.C. Data de acesso: 10 fev. 2017.

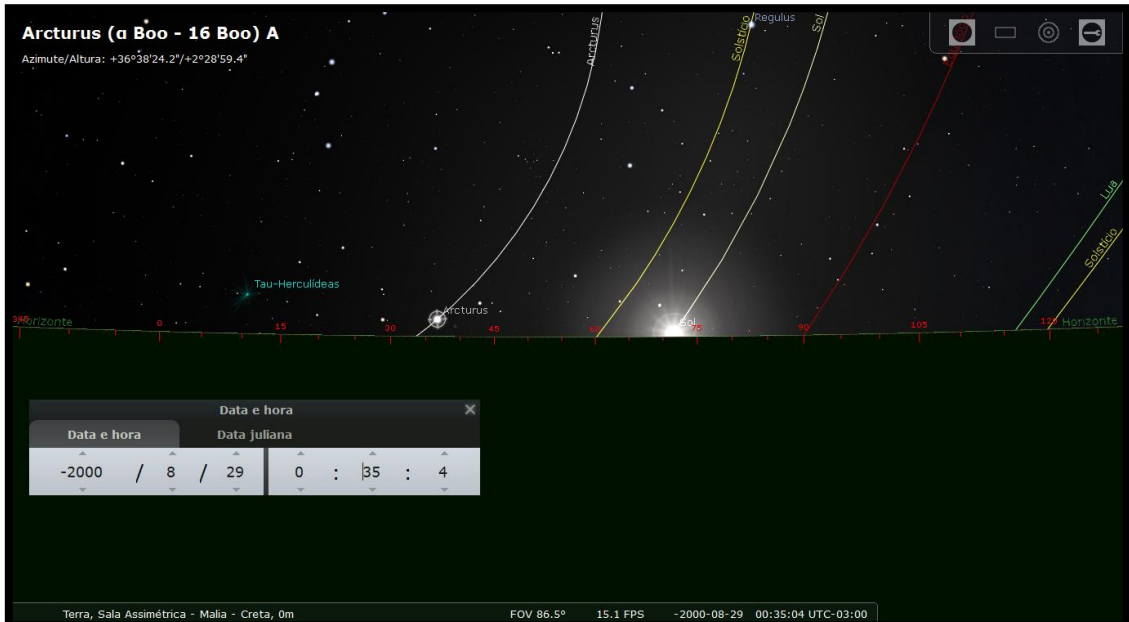


Fig. 16. Simulação 10 - Helíaco de Arcturus (círculo na estrela). Gradiente: 36,38° NE, Assimétrica de Malia. Data de simulação: 29 ago -2000 a.C. Data de acesso: 10 fev. 2017.

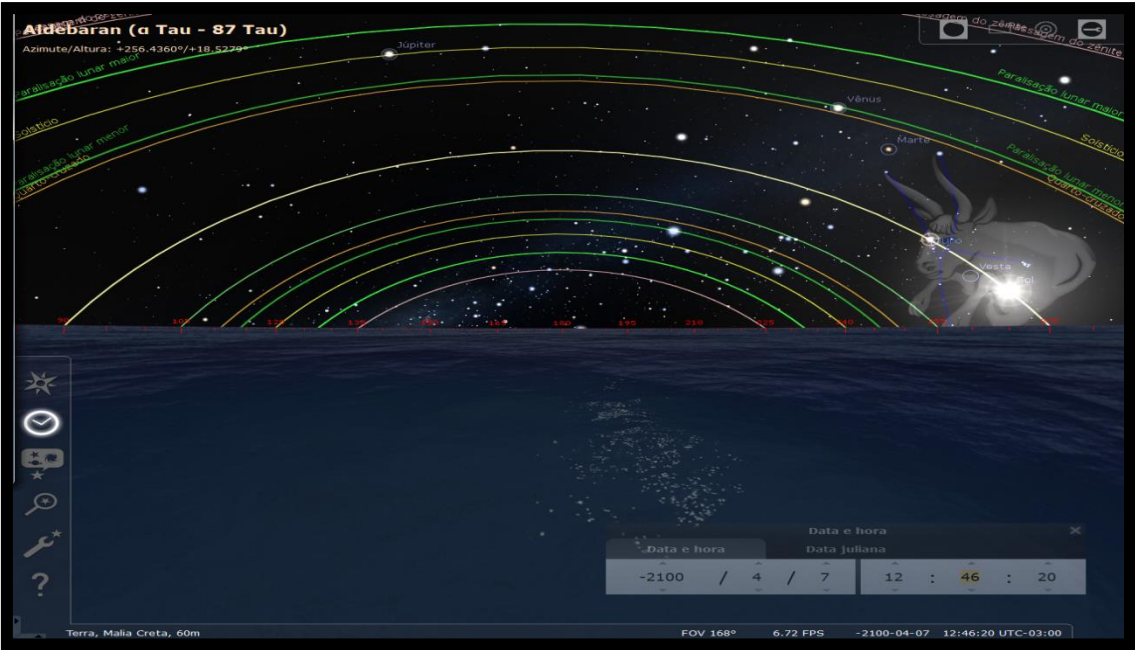


Fig. 17. Simulação 11 - Simulação *Stellarium* do percurso da Constelação Taurina durante o período equinocial de verão de acordo com a observação da Sala Oblíqua. Data de simulação: 07 abr. -2100 a.C. Observando as trajetórias nas arqueolinhas, podemos perceber que o alinhamento de Aldebaran com o gradiente da linha equinocial e o percurso na abóbada celeste do Sol na constelação são claros

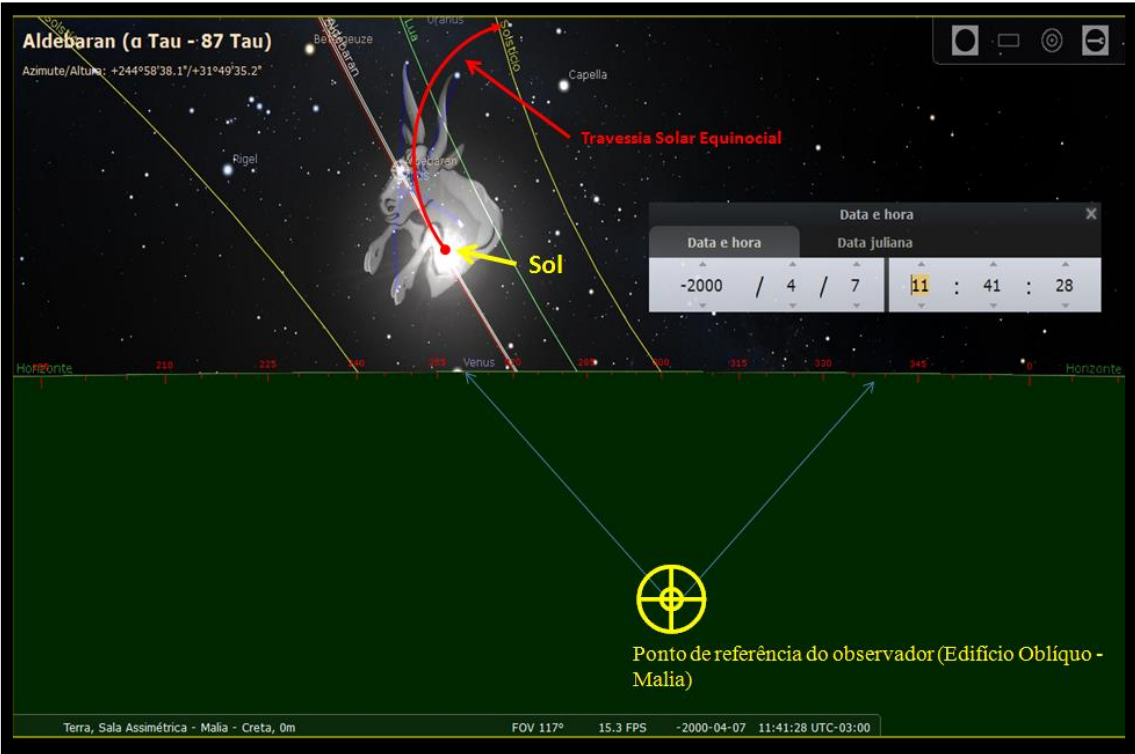


Fig. 18. Simulação 12 - Imagem pelo software *Stellarium* onde demonstramos o percurso observado sequencial da travessia do Sol pela constelação de Touro, iniciando no dia do equinócio da data simulada representada na imagem. A trajetória do Sol se dá durante cerca de 35 dias após a data equinocial. Durante este percurso, o Sol projeta sua sombra nas estruturas, proporcionando uma informação de tempo captada através deste sistema. Data de simulação: 07 abr. -2000 a.C. Data de acesso: 18 jan. 2017)

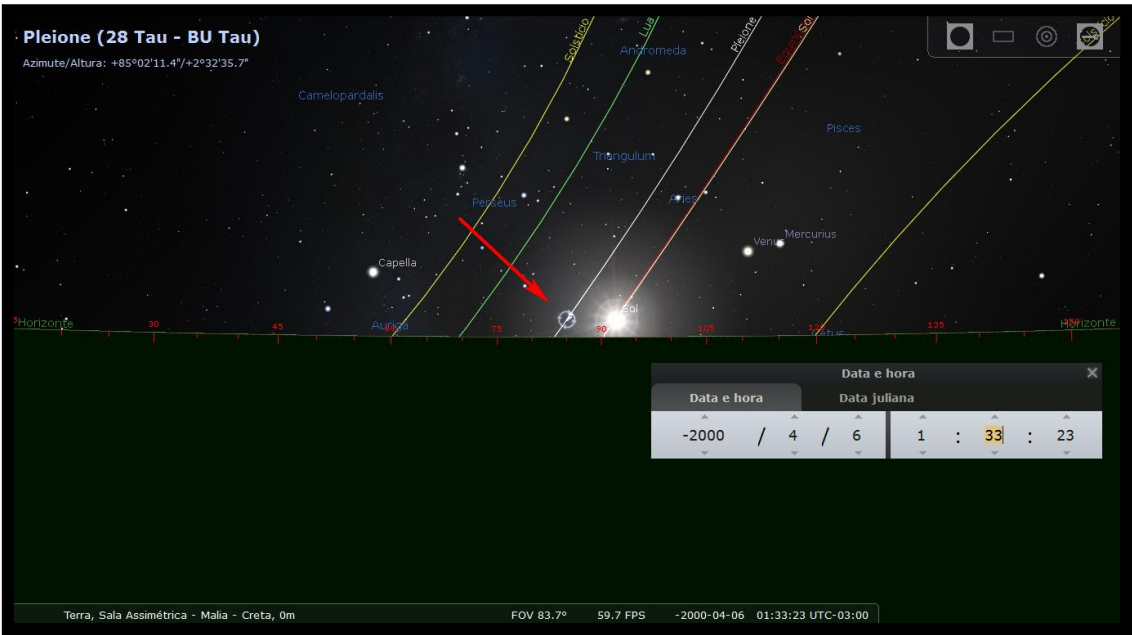


Fig. 19. Simulação 13 - Helíaco do aglomerado das Plêiades (seta vermelha, na estrela base Pleione) no equinócio de primavera, Assimétrica de Malia. Data de simulação: 06 abr. -2000 a.C. Data de acesso: 23 jan. 2017.

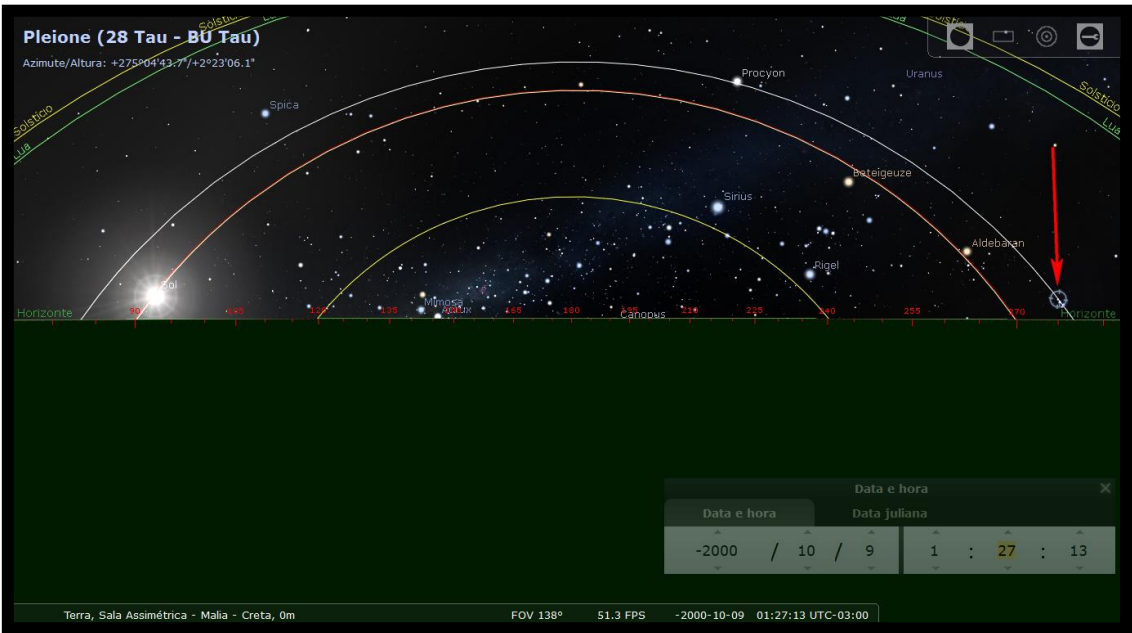


Fig. 20. Simulação 14 - Helíaco do aglomerado das Plêiades (seta vermelha na estrela base Pleione) no equinócio de outono, Assimétrica de Malia. Data de simulação: 09 out. -2000 a.C. Data de acesso: 23 jan. 2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Heródoto. Histórias. Trad. J. Brito Broca. Rio de Janeiro: Ediouro 2001.
Hesíodo. Os trabalhos e os dias. Trad. Alessandro Rolim de Moura. Curitiba: Segesta, 2012.
Homero. Ilíada. Trad. de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: Martin Claret, 2003.
_____. Odisséia. Trad. de Manuel Odorico Mendes. São Paulo: E-Books Brasil, 2009.

Bibliografia Crítica

Adams, Ellen. Power and ritual in Neopalatial Crete: a regional comparison. *World Archaeology*, vol.36. Oxfordshire: Taylor & Francis, 2004, p. 26-42.
Allegrette, Álvaro H. *Organização espacial no Palácio de Malia (1700-1450 a.C.)*. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1991.
_____. A Cripta Hipostila: análise espacial da arquitetura minoica do Período Protopalacial (1900-1700 a.C.). Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.
Bietak, Manfred; Nannó, Marinatos; Clairry, Palivou. *Taureador scenes In Tell El-Daba (Avaris) and Cnossos*. Viena: Österreichischen Akademie der Wissenschaften, 2007.
Blomberg, Mary; Göran, Henriksson. Evidence for the Minoan origins of stellar navigation in the Aegean. *Actes de la Vème Conférence Annuelle de la SEAC*, Gdansk: 1997.
Casson, Lionel. *Los antiguos marinos*. Buenos Aires: Paidós, 1967.
Chapoutier, Fernand; René, Joly. *Fouilles exécutées a Mallia par l'École Française d'Athènes (1925-1926)*. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1936.
Corvisier, Jean-Nicolas. *Les grecs et la mer*. Paris: Belles Lettres, 2008.
Cunha, Marcos Davi Duarte da. A Creta Minoica: O poder da talassocracia da realeza palaciana no Mar Mediterrâneo entre os séculos XVI e XV a.C. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2013.
Dickinson, Oliver. *The Aegean from Bronze Age to Iron Age*. New York: Routledge Taylor & Francis, 2006.
_____. *The Aegean Bronze Age*. New York: Cambridge University Press, 2008.
Effenterre, Henri van. *Le palais de Mallia et la cité minoenne*. Rome: Dell'Ateneo, 1980, vol. 2.
_____. *Les égéens – Aux origines de la Grèce*. Paris: Armand Colin, 1986.
Evans, Arthur. *Scripta Minoa: The written documents of Minoan Crete, with special reference to the archives of Cnossos*. Oxford: Clarendon Press, 1909.
Fadin, Lionel. *Plan topographique de Malia*. Athens: EFA, 2004.

- Faure, P. La vie quotidienne en Crète au temps de Minos (1500 av. J.-C.). *Journal of Hellenic Studies*, vol. 94, 1974, p. 226-227.
- Hawes, Harriet Boyd. Gournia, Vasiliki, and other Prehistoric sites on the Isthmus of Hierapetra. Philadelphia: INSTAP Academic Press, 2014.
- Henriksson, Goran; Blomberg, Mary. The archaeoastronomical results of three Bronze Age buildings at Agia Triada, Crete. In: *Ancient cosmologies and modern prophets. Proceedings of the 20th Conference of the European Society for Astronomy in Culture*. Slovenia: EBSCO Publishing, 2013, p. 177-186.
- Holgado, Carmen Poyato. Lugares de culto y cantuarios de Época Postpalacia en la Creta minoica: una revisión crítica. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1989.
- Hood, Sinclair. *Os minoicos*. Lisboa: Editorial Verbo, 1973.
- Hooker, J. T. et al. *Lendo o passado*. São Paulo: Melhoramentos/EDUSP, 1996.
- Koehl, Robert B. The sacred marriage in Minoan religion and ritual. *Aegaeum*, vol. 22, 2001, p. 237-243.
- Lambrou-Phillipson, Connie. Seafaring in the Bronze Age Mediterranean: the parameters involved in maritime travel. *Aegaeum*, vol. 7, 1991, p.11-19.
- Langohr, Charlotte. *Perifereia, étude régionale de la Crète aux Minoen Récent II-III B (1450-1200 a.C.)*. Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2009.
- Letesson, Quentin. Du phénotype au génotype: Analyse de la syntaxe spatiale en architecture minoenne (MMIIIB - MRIB). Louvain-la-Neuve: Presses Universitaires de Louvain, 2009.
- Linacero, Cristina Delgado. El toro en el Mediterraneo. Análisis de su presencia y significado em las grande culturas del mundo antiguo. Madrid: Simancas, 1996.
- _____. *Juegos taurinos en los Albores de la Historia*. Madrid: Egartorre Libros, 2007.
- Lull, José. *La astronomía en el Antiguo Egipto*. Valencia: Publicacions de la Univesitat de Valencia, 2006.
- Mcenroe, John C. *Architecture of Minoan Crete. Constructing identity in the Aegean Bronze Age*. Austin: University Texas Press, 2010.
- Marinatos, Nanno. *Minoan sacrificial ritual. Cult, pratice, and symbolism*. Stockholm: Paul Áströms förlag, 1986.
- _____. *Minoan religion. Ritual, image and symbol*. Columbia: University of South Carolina Press, 1993.
- _____. *Minoan kingship and the solar goddess. A Near Eastern koine*. Illinois: University of Illinois Press, 2010.
- Mourão, Ronaldo Rogério de Freitas. *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- Pelon, Olivier; Andersen, Elga; Olivier, Jean-Pierre. Le palais de Malia V. *Études Crétoises XXV*, vol. II. Paris: Librairie Orientaliste Paul Geuthner, 1980.
- _____. Les deux destructions du palais de Malia. *Aegaeum*, vol. 26, 2005, p. 185-197.

Platon, Nicolas. La Civilisation Egéenne, du Néolithique au Bronze Récent. Paris: Éditions Albin Michel, 1981.

Polcaro, Andrea; Polcaro, Vito F. Man and sky: problems and methods of Archaeoastronomy. Firenze: *Edizioni All'Insegna del Giglio para Archeologia e Calcolatori Journal* n. XX, Istituto di Studi sul Mediterraneo Antico, 2009.

Pottier, Edmond. Gournia, Vasiliki and other prehistoric sites on the Isthmus of Hierapetra (Crete). Excavations of the Wells-Houston-Cramp Expeditions, 1901, 1903, 1904 by Harriet Boyd-Hawes, Blanche F. Williams, Richard B. Slager, Edith H. Hall. *Journal des savants*, vol. 8, 1910, p. 145-155.

Poursat, Jean-Claude. Un sanctuaire du Minoen Moyen II à Malia. *Bulletin de Correspondance Hellénique*, vol. 90/2, 1966, p. 514-551.

Preston, Laura Julia. A mortuary approach to cultural interaction and political dynamics on Late Minoan II-III B Crete, vol. I. Londres: Institute of Archaeology University College London, 2000.

Ridderstad, Marianna. Evidence of Minoan astronomy and calendrical practices. History of Astronomy Discussion Group of the West Virginia (histrolo@listserv.wvu.edu). Helsinki University Observatory. Helsinki, 2009.

Rutkowski, Bogdan. *The cult places of the Aegean*. Avon: Yale University Press, 1986.

Shaw, Joseph. Elite Minoan architecture. Its development at Cnossos, Phaistos, and Malia. Philadelphia: INSTAP Academic Press, 2015.

Sparavigna, Amelia. *The Pleiades: the celestial herd of ancient timekeepers*; Ithaca: Cornell University Press, 2008.

Thiel, Rudolf. *E a Luz se fez*. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

Verderame, Lorenzo. Pleiades in Ancient Mesopotamia. *Conference Astronomy in Past and Present Cultures, Société Européenne pour l'Astronomie dans la Culture (SEAC 2015)*, vol. 16, 2015, p. 109-117.

Watrous, Vance L. Some observations on Minoan peak sanctuaries. *Liège: Aegaeum*, vol. 12, 1995. p. 393-405.

IMAGENS NO *SATYRICON*: UM ENSAIO SOBRE *ARS MEMORIAE*

Caroline Morato Martins¹

RESUMO: Este artigo discute as noções de memória e imagem na Antiguidade greco-romana. Analisamos essas noções nas obras selecionadas que se relacionam ao que tentamos entender como uma história da arte da memória antiga. Há inúmeras fontes que, talvez, pudessem compor um trabalho com intuito de pensar a história da arte da memória clássica, mas destacamos: *Fedro* (Platão), *De Anima* (Aristóteles), *De oratore* (Cícero), *Rhetorica ad Herennium* (sem autoria definida) e *Naturalis Historia* (Plínio, o Velho). Estas obras serão utilizadas para situarmos o uso de recursos ecfrásticos no *Satyricon*, obra atribuída a Petrônio, um cortesão do período neroniano, segundo Tácito (*Ann.* XVI, 18-19), *elegantiae arbiter* da corte de Nero. Salientamos o episódio da *Cena Trimalchionis* (25-78), devido à composição do retrato do rico liberto Trimalquião, descrições de sua casa e monumento e, posteriormente, o episódio ambientado em uma pinacoteca (83-89), devido à discussão sobre arte encarnada por Encólpio e Eumolpo, quando apresentaremos uma aproximação entre esta obra e a *Naturalis Historia*, justificada por uma concordância entre ambas relativa à arte ou à valoração que se dá à arte e pela denúncia de uma decadência moral e artística contemporânea. Entendemos que uma leitura adequada do *Satyricon* requer a elaboração de um panorama crítico e um estudo aprofundado da *ars memoriae* na Antiguidade, sendo essa a função do artigo.

PALAVRAS-CHAVE: Arte; Memória; *Satyricon*; Imagem.

ABSTRACT: This article discusses notions of memory and image in Greco-Roman Antiquity. I analyze these notions in selected texts related to what I understand as a history of art of ancient memory. Several texts could be the source of such a work, but I have chosen *Phaedrus* (Plato), *De Anima* (Aristotle), *De oratore* (Cicero), *Ad Herennium* (unknown author) and *Naturalis Historia* (Pliny, the Elder). This is because these works help to situate the use of ekphrastic resources in the *Satyricon*, the real focus of my analysis. The *Satyricon* was attributed to Petronius, a courtier during the Neronian period, whom according to Tacitus (*Ann.* XVI, 18-19) was the *elegantiae arbiter* of Nero's court. In the *Satyricon*, I particularly look at the *Cena Trimalchionis* (25-78), considering information regarding the composition of Trimalchio's portrait: his status as a rich freed man, descriptions of his house and the monument in his house. Subsequently, I also look at the discussions on art between Encolpius and Eumolpus during the episode set in a pinacotheca (83-89), when I will establish parallels between the *Satyricon* and the *Naturalis Historia*. With this, I hope to bring forward convergences which reveal an agreement about what is art or the value of art, and criticism regarding moral and artistic decline. I believe that an appropriate interpretation of the *Satyricon* requires the

¹ Mestranda da Universidade Federal de Ouro Preto, bolsista CAPES. Integrante do LEIR-UFOP.

elaboration of a critical overview and a comprehensive study of *ars memoriae* in Antiquity, that being the main objective of this article.

KEYWORDS: Art; Memory; *Satyricon*; Image.

Precedentes da imagem na Antiguidade

Francis Yates (2007) indicou uma associação entre a chamada teoria mnemônica e a teoria do conhecimento aristotélica.² De acordo com a autora, Aristóteles, no seu *De Anima*, constrói postulações sobre a memória e a reminiscência que remontam à sua teoria do conhecimento, por ambas utilizarem e dependerem da imaginação (φαντασία). Ao tratar da noção de memória e da teoria do conhecimento inseridas no pensamento aristotélico, primeiramente, devemos considerar uma relação intrínseca entre a imaginação (φαντασία), a percepção (αἴσθησις) e o pensamento (νόησις). A integração destas três noções estrutura o que podemos chamar de teoria aristotélica sobre o conhecimento:

Uma vez que definem a alma (ψυχήν) sobretudo a partir de duas diferenças, isto é, pelo movimento local (κινήσει) e pelo pensar (νοεῖν), entender (φρονεῖν) e perceber (αἰσθάνεσθαι), e como o pensar e entender parecem ser um certo perceber (pois em ambos os casos a alma discerne (κρίνει) e toma conhecimento dos seres (γινώσκει τῶν ὄντων)), os antigos, ao menos, disseram que entender é o mesmo que perceber (Aristóteles, *De Anima*, III, 3, 427a17).

Entretanto, Aristóteles distingue perceber (αἰσθάνεσθαι)³ e entender

² Sobre a questão da chamada teoria mnemônica, Yates (2007, p.18) faz um importante alerta que é fundamental para já indicarmos o rumo que nossa discussão seguirá: “O estudioso da história da arte clássica da memória deve sempre lembrar que essa arte pertencia à retórica, como uma técnica que permitia ao orador aprimorar sua memória, o que o capacitava a tecer longos discursos de cor, com uma precisão impecável”. Hansen (2012, p. 165-166), assim como Yates, partilha da ideia de que há um repertório de imagens que o sujeito utiliza para construção da memória, ou seja, as imagens também formam um lugar público, compartilhado. Sobre a relação entre a teoria mnemônica e a teoria do conhecimento aristotélica, tal relação é reconhecida por Yates (2007) em seu estudo pioneiro e motivador dos modernos estudos memorialísticos, *A arte da memória*. Há que se observar, contudo, que esta relação foi estabelecida pela escolástica e por uma tradição posterior, a renascentista.

³ Apesar da correlação existente entre o pensamento aristotélico e o platônico, Platão não parece fazer tal distinção. Nesse sentido, diferentemente de Aristóteles, Platão parece considerar apenas um modo (o correto, para Aristóteles) de pensar, enquanto as demais sensações não seriam pertencentes ao pensamento, pois referentes à esfera do sensível e não do inteligível.

(φροεῖν),⁴ pois além de o perceber ser comum a todos os animais, enquanto o entender apenas a parte, haveria também uma divisão entre os modos – correto e incorreto – de pensar. Enquanto o correto seria o entendimento (φρόνησις), a ciência (ἐπιστήμη), ou ainda, a opinião verdadeira (δόξα ἀληθής),⁵ o incorreto consistiria no mesmo que perceber, uma vez que “a percepção sensível dos sensíveis próprios é sempre verdadeira e subsiste em todos os animais, ao passo que o raciocinar (διανοεῖσθαι) admite ainda o modo falso (ψευδῶς), não subsistindo naquele que não tem razão (λόγος)” (Arist. *De an.* III, 3, 427a17). Desse modo, a imaginação (φαντασία) diferenciar-se-ia da percepção sensível e do raciocínio, apesar dela (imaginação) apenas existir por meio da percepção sensível e das suposições. Ao distanciar a imaginação do que seria o pensamento e suposição, Aristóteles nos diz:

Pois essa afecção (πάθος)⁶ depende de nós e de nosso querer (pois é possível que produzamos algo diante dos nossos olhos, tal como aqueles que, apoiando-se na memória, produzem imagens [πρὸ ὀμμάτων γὰρ ἔστι τι ποιήσασθαι, ὥσπερ οἱ ἐν τοῖς μνημονικοῖς τιθέμενοι καὶ εἰδωλοποιοῦντες]),⁷ e ter opinião não depende somente de nós, pois há necessidade de que ela seja falsa ou verdadeira (Arist. *De an.* III, 3, 427b16). Além disso, quando temos a opinião de que algo é terrível ou pavoroso, de imediato compartilhamos a emoção, ocorrendo o mesmo quando é encorajador. Porém, se é pela imaginação, permanecemos como que contemplando em uma pintura (θεώμενοι ἐν γραφῇ) coisas terríveis e encorajadoras.

Portanto, a imagem só se formaria por meio da memória e o pensamento devido à imagem. O sujeito, ser dotado de razão, por meio da imaginação, poderia contemplar uma pintura (θεώμενοι ἐν γραφῇ),⁸ uma vez que “para a alma capaz de pensar, as imagens subsistem como sensações

⁴ Constitui-se em consonância à virtude intelectual do sujeito (*temperantia, moderatio*).

⁵ Para Aristóteles, a opinião pode ser verdadeira, já para Platão, toda opinião (*doxa*) é falsa. Portanto, parece haver uma relação e correspondência entre a *doxa alethes* e os *endoxa*, discutidos por Aristóteles nos *Tópicos* (I, 100b18).

⁶ A imaginação é *pathos* (afecção), pois percebida, sendo a percepção convertida em memória e lembrada. A imagem conduz à catarse e é ela que altera o juízo.

⁷ As imagens são, a priori, memórias, e a memória é, em si, sensitiva. O verbo ποιήσασθαι significa fazer, e pertence ao campo artístico, referindo-se, por exemplo, ao fazer estatutuária, pintura etc., sendo, portanto, comum ao vocabulário técnico artístico e à discussão platônica e aristotélica sobre o processo mimético. Já εἰδωλοποιοῦντες é participio presente ativo no plural do mesmo verbo e carrega o prefixo de εἰκών, simulacro, ou ainda, imagem esvaziada de matéria, denotando próximo significado àquele de φάντασμα.

⁸ Aristóteles, em *De Anima*, III, 3, 427b16, novamente usa vocabulário técnico artístico.

percebidas” e, por isso, “a alma jamais pensa sem imagem” (Arist. *De an.* III, 7, 431a8).

A imagem (φάντασμα) é apresentada por Aristóteles como etapa fundamental do conhecimento, configurando-se como forma (εἶδος).⁹ O estagirita considera a capacidade de imitar análoga à de imaginar e, assim, encara a imaginação em equivalência à *mimesis*. Aristóteles, no que poderíamos encarar como quase uma resposta a Platão, nos fornece uma definição para imagem:

as imagens são como que sensações percebidas (αἰσθήματά), embora desprovidas de matéria. E a imaginação (φαντασία) é diferente da asserção e da negação: pois o verdadeiro e o falso são uma combinação de pensamentos. Em que os primeiros pensamentos (τὰ δὲ πρῶτα νοήματα) seriam diferentes de imagens? Certamente nem estes e nem os outros pensamentos são imagens, embora também não existam sem imagens (Arist. *De an.* III, 8, 432a3).

O estudo sobre a história da arte clássica da memória requer, como lembra Yates (2007, p. 18), reconhecer a *ars memoriae* como pertencente à retórica. As definições platônicas e aristotélicas são importantes para a construção dessa perspectiva, pois são pilares da tradição retórica e, por sua vez, do pensamento sobre a memória e arte antiga que, como veremos, reaparece no *Satyricon*. É reconhecido que a Antiguidade, imbuída em cultura oral, tinha na memória treinada função fundamental.

Embora outros autores antigos - Quintiliano e Cícero, por exemplo - tenham escrito sobre a memória artificial e sua terminologia, inclusive, deixando-nos pistas de que haveria um público leitor familiarizado ao tema, há apenas um tratado sobre a arte clássica da memória. A *Rhetorica ad Herennium* é a fonte principal sobre o estudo dessa arte e referencia tratados gregos de retórica, possíveis fontes sobre o ensino da memória, mas que não sobreviveram até nosso tempo. Este tratado latino sobre retórica também é o grande responsável pela transmissão da arte da memória, em especial devido à autoridade de Cícero, já que por muito tempo a obra foi atribuída ao Arpinate.

O anônimo autor de *Rhetorica ad Herennium*, tratando sobre a relação

⁹ Platão, por outro lado, em sua discussão sobre a *mimesis* coloca a imagem em um plano rebaixado.

entre memória e retórica, atribui importante lugar à memória dentro do processo compositivo do discurso retórico. A memória é reconhecida como fundamental para existência da disciplina retórica e definida como “tesouro das coisas inventadas” e “guardiã de todas as partes da retórica” (*Auct. ad Her. Rhet. Her. III, 28*). O autor também nos explica suas divisões, origem, desenvolvimento e forma:

Nesse assunto, arte e preceito são de muita valia. A nós, parece bem que haja uma arte da memória (*artificium memoriae*) – o porquê mostraremos alhures; no momento explicaremos como ela é. Existem duas memórias: uma natural, outra produzida pela arte. Natural é aquela situada em nossa mente e nascida junto com o pensamento; artificial é aquela que certa indução e método preceptivo consolidam. Porém, como em tudo mais, é frequente a aptidão do engenho imitar a doutrina, e a arte, por sua vez, fortalecer e aumentar a comodidade natural (*Auct. ad Her. Rhet. Her. III, 28*).

A *Rhetorica ad Herennium* exhibe constante diálogo com Aristóteles, anunciando o enlace entre a tradição retórica perpetuada concomitantemente à *ars memoriae*. O anônimo discute as imagens, que no pensamento platônico-aristotélico já aparecia em dependência da memória¹⁰ e traz informações sobre a mnemotécnica e o procedimento retórico, assemelhando-os por dependerem dos lugares (*loci*):

A memória artificial constitui-se de lugares e imagens (*loci et imagines*). Chamo lugar aquilo que foi encerrado pelo homem ou pela natureza num espaço pequeno inteira e distintamente, de modo que possamos facilmente percebê-los e abarcá-lo com a memória natural: como uma casa, um vão entre colunas, um canto, um arco e coisas semelhantes. Já as imagens são determinadas formas, marcas ou simulacros das coisas que desejamos lembrar.¹¹ [...] Os lugares assemelham-se muito a tábuas de cera ou rolos de papiro; as imagens, a letras: a disposição e colocação das imagens, à escrita; a pronúncia, à leitura. Devemos, então, se desejarmos lembrar muitas coisas,

¹⁰ Em III, 33-37, o anônimo nos diz: “com frequência abarcamos a memória de um assunto inteiro com apenas uma marca, em uma só imagem (*imagine simplici*)”.

¹¹ Estes três são símbolos distintos, mas ambos compartilhados socialmente. As formas (*formae*/εἶδος) são o que revestem os conceitos; as marcas (*notae*) são elementos distintivos que diferenciam sujeitos (mas não são imagens); e os simulacros (*simulacra*) derivam da tradução latina de *eidolon* (εἶδωλον) e *phantasma* (φαντάσματα), que são imagens construídas pela mente (simulacros), mas também remetem à imagem esvaída de substância, aproximando-se, assim, à ideia de εἶδωλον e ligando-se, portanto, ao vocabulário plástico.

preparar muitos lugares, para neles colocar muitas imagens. Também julgamos que se devam ordenar esses lugares, para não acontecer de, por confundir a ordem, sermos impedidos de seguir as imagens partindo do ponto que quisermos – do começo ou do fim –, e de proferir o que havia sido confiando aos lugares (*Auct. ad Her. Rhet. Her.* III, 29-30).

Cícero nos diz o seguinte sobre a importância dos lugares na arte da memória:

Aqueles que exercitam esta parte de sua natureza devem pegar lugares e forjar, em sua mente, aquilo que querem guardar na memória e colocá-lo em tais lugares; assim, ocorrerá que a ordem dos lugares conservará a ordem das coisas, enquanto a representação das coisas marcará as próprias coisas, e usaremos os lugares como a cera, os simulacros, como as letras (Cícero. *De oratore*, II, 354).

Ainda sobre o pensamento de autores romanos sobre a memória, assim como o reconhecimento que fazem da sua relação com retórica, temos a narrativa que Cícero fez sobre a famosa história de Simônides.¹² No *De Oratore*, obra concluída possivelmente em 55 a.C., Cícero trata das cinco partes da retórica, indissociavelmente discutindo a mnemotécnica, considerando-a baseada nas mesmas técnicas que encontramos descritas na *Rhetorica ad Herennium*. Hansen (2012, p. 167) indica a importância do relato de Cícero, uma vez que o latino reconhece a “função retórica atribuída à memória artificial”.¹³ Yates (2007, p. 35) recorda que, apesar do erro ao atribuir a autoria

¹² É a lenda fundadora da mnemotécnica antiga, como o próprio Cícero (*De or.* II, 351-353) nos diz. Ela representa a origem de toda a reflexão sobre a memória artificial e seu treinamento. Para os modernos, também é o onde se inaugura a *ars memoriae*.

¹³ “Quando conta a história sobre Simônides, Cícero diz que Temístocles, o Velho, famoso pela sabedoria e inteligência, foi procurado por um sábio que se ofereceu para lhe ensinar o segredo da memória artificial que tinha sido recentemente inventada por Simônides. Temístocles perguntou ao velho qual era a utilidade dessa arte; ele respondeu que era a de lembrar todas as coisas (lugares). Cícero afirma que Temístocles disse que ficaria mais convencido se lhe ensinasse o segredo de esquecer à vontade (Cic. *De or.* II, 74). Aqui aparece a função retórica atribuída à memória artificial. Antônio, personagem de *De Oratore*, diz que não tem o engenho de Temístocles para dispensá-la e que é muito agradecido ao velho Simônides, pois recorre a ela para achar os *loci* que aplica na invenção, na memorização e na ação de seus discursos (Cic. *De or.* II, 86). A *Ars Memoratiua* ensina a lembrar elementos do discurso, como coisas, *res*, noções e argumentos; e palavras, *uerba*; e também partes do discurso, como as da sua disposição como exórdio, narração, peroração, conclusão; e seus membros gramaticais, orações simples, orações justapostas, períodos compostos, prótases, apódoses; e seus ornatos, metáforas, alegorias, sínecdoques, hipérbatos, ironias etc. Cícero diz que todos os ornamentos do estilo que têm mais força e aprovação e todos os que têm beleza para a invenção das ideias se relacionam com os

da *Rhetorica ad Herennium* a Cícero, a tradição medieval acertou ao propor que o latino praticava e recomendava a arte da memória.

Yates (2007, p. 36-37) observou o curioso uso feito por Cícero da palavra *persona*, quando o latino trata dos temas da imagem e da memória em descrição dos procedimentos próprios da mnemotécnica e do discurso retórico.¹⁴ A autora questiona (Yates, 2007, p. 36-37): “será que esse uso implica que a imagem de memória obtém um efeito impressionante ao exagerar seu aspecto trágico ou cômico, assim como faz o ator ao utilizar uma máscara?” Yates continua a indagação:

[...] esse uso [*singulis personis*] sugere que a cena teatral era uma fonte verossímil de imagens de memória impressionantes? Ou a palavra significa, neste contexto, que a imagem de memória é como um indivíduo que conhecemos, como adverte o autor do *Ad Herennium*,¹⁵ mas que veste aquela máscara pessoal apenas para estimular a memória?

Cena Trimalchionis

O questionamento de Yates nos fornece elementos para iniciarmos um caminho interpretativo para a análise da construção de imagens na narrativa do *Satyricon*. A figuração do personagem ficcional de Petrónio, Trimalquião, em capítulos da obra, apresenta-se como um interessante exemplo que pode ser

lugares-comuns armazenados na memória”. (Hansen, 2012, p. 167)

¹⁴ “A memória para palavras, que para nós é essencial, distingue-se por uma grande variedade de imagens (em oposição ao uso da imagem de uma palavra para toda uma oração ou período, sobre o que ele acabou de falar); pois há muitas palavras que servem como articuladoras, ligando as orações de um período, e estas não podem ser construídas a partir de qualquer uso das similitudes – destas, temos de moldar imagens que sirvam para um emprego constante. Mas a memória para coisa é a propriedade especial do orador – esta nós podemos gravar em nossas mentes, por meio de engenhoso arranjo das várias máscaras (*singulis personis*) que representam coisas, de modo que possamos apreender as ideias por meio de imagens e a sua ordem”. (Cic. *De or.* II, LXXXVIII *apud* Yates, 2007, p. 36)

¹⁵ Yates faz referência ao exemplo citado na *Rhetorica ad Herennium*, quando o anônimo elucida como somente uma marca, que utiliza do que é comum (conhecido e compartilhado socialmente), pode figurar uma única imagem a fim de remeter a um assunto inteiro: “o acusador diz que um homem foi envenenado pelo réu, argumenta que o motivo do crime foi uma herança e acrescenta que houve muitas testemunhas e cúmplices. Se quisermos lembrar disso prontamente, para fazer a defesa com desenvoltura, colocaremos, no primeiro lugar, uma imagem referente ao caso inteiro: mostraremos a própria vítima, agonizante, deitada no leito. Isso se soubermos quais são suas feições; se não a conhecermos, tomaremos um outro como doente, mas não de posição inferior, para que possa vir à memória prontamente. E colocaremos o réu junto ao leito, segurando um copo com a mão direita, tábuas de cera com a esquerda e testículos de carneiro com o dedo anular. Assim conseguiremos lembrar das testemunhas, da herança e da morte por envenenamento”. (*Auct. ad Her. Rhet. Her.* III, 33-37) A pele de carneiro, usada para fazer bolsas, faz referência à herança e testículos fazem referência, no latim, à palavra testemunha.

trabalhado com relação à ação do orador de forjar imagens, baseadas em uma memória compartilhada. O personagem, já que um retrato literário, só pode ser compreendido enquanto reconhecidamente construído (pelo autor) e, portanto, identificado (por seu público leitor) por meio de *imagines* amplamente compartilhadas. Toda a *Cena Trimalchionis* é uma detalhada descrição do narrador Encólpio sobre as coisas que vê e ouve durante o jantar. A descrição de Trimalquião é completamente harmoniosa com a descrição que Encólpio faz de sua casa. O liberto é pintado no *Satyricon*, segundo o personagem Encólpio, como velho, careca, vestido com roupas de cores chamativas, acessórios extravagantes e adota uma postura de ostentação e autoelevação sobre a riqueza e posição social que atingiu:

Nós estávamos no meio desse luxo, quando Trimalquião foi trazido para junto da orquestra e, colocado entre minúsculas almofadas, arrancou o riso daqueles que foram surpreendidos pela cena. Ela havia coberto a cabeça raspada com um manto avermelhado e, em volta do pescoço sobrecarregado de pano, ele tinha colocado um guardanapo guarnecido de uma larga banda de púrpura com franjas que caíam de um lado e de outro. Tinha também no dedinho da mão esquerda um grande anel dourado, e também um menor na última articulação do dedo anterior, ao que parecia, todo ouro, mas completamente soldado com peças de ferro em forma de estrelas. E como se não bastasse exibir todas essas riquezas, ele deixou à mostra o braço direito enfeitado com um bracelete de ouro e com uma argola de marfim, fechada com uma lâmina brilhante. (Petrônio, *Satyricon*, 32, 1-4)

A descrição de Encólpio apresenta o que é visto durante o banquete como escandaloso e inesperado, lembrando que todo o ocorrido relaciona-se a Trimalquião e é controlado pelo mesmo. O narrador demonstra um julgamento sobre o anfitrião, muitas vezes não compreendendo o que é falado e visto, classificando o que vê e ouve como distante do refinamento e elegância. Entretanto, percebemos que o motivo da incompreensão de Encólpio sobre o que se passa é claro: a plateia de Trimalquião divide-se entre os libertos convidados – ricos ou pobres – e os escravos da casa, ambos apresentando subordinados ao anfitrião¹⁶ e, de outro lado, quatro personagens com formação erudita. Encólpio (narrador/personagem), Ascilto, Gitão e o mestre Agamenon

¹⁶ Os convivas, todos libertos, assim como os escravos, chamam Trimalquião de *dominus*.

parecem compartilhar um código social diferente daquele comum à outra parcela da audiência de Trimalquião. No entanto, o próprio anfitrião parece tentar exhibir constantemente filiação aos códigos sociais que estes apresentam. Portanto, o liberto, que atingiu imensa riqueza, tenta associar-se indecorosamente a distintos códigos sociais, causando em Encólpio e seus colegas grande desentendimento que lhe causam vergonha.

Quando Encólpio, Ascilto, Gitão e Agamenon entram na mansão do anfitrião, é descrita a figura de um cão pintada na parede. Tal imagem é uma importante chave para nosso problema, já que Encólpio assume, com sua descrição e reação, que há um apuro técnico na execução das imagens que adornavam a casa: ele se assusta com a imagem do cão, imediatamente ficando constrangido. Tal constrangimento é expresso repetidas vezes ao longo do episódio, inclusive pelos demais protagonistas. Sendo assim, se algo não é compreendido, não é por causa de uma imperfeição da imagem, fisicamente tratada, mas por imperfeições dos arranjos imagéticos que surgiram do entendimento de Trimalquião. De todo modo, o que nos importa é que o público leitor de Petronio reconheceria este conflito precursor do tom satírico da obra.

Ainda no início do episódio do banquete, Encólpio nos narra as pinturas do pórtico que vê na entrada (já anunciando sua não compreensão) do seguinte modo:

Então, eu resolvi perguntar ao escravo encarregado da guarda do pórtico que figuras eram aquelas que estavam no meio: “A Ilíada e a Odisséia”, ele disse, “e um espetáculo de gladiadores de Lenas”. (Petron. *Sat.* 29, 9)

Essa descrição compõe parte da pintura posta na entrada da casa de Trimalquião, que também descreve a trajetória de ascensão do liberto. Encólpio descreve-nos detalhadamente e tenta interpretar o que conhece (Homero) na forma em que o liberto pintou. Trimalquião mistura na pintura repertórios elevados e rebaixados. A tentativa frustrada de entendimento do narrador, assim como a apresentação de Trimalquião – que sempre se exhibe como um mentiroso, anunciando informações improváveis e desconexas – provavelmente geraria o riso. Entretanto, o riso só se torna possível pelo fato de o leitor alvo do *Satyricon* identificar a gênese da comicidade dessas imagens. Petronio, desse

modo, constrói a sistemática descrição do ambiente feita por Encólpio. Nesse sentido, há um paradigma na descrição do cão na parede da mansão do rico liberto. Tal episódio anuncia que parte da descrição é feita por Encólpio, que se constrange por se assustar com a pintura do cão, ou seja, por não compreendê-la, e parte é reprodução do que os colibertos afirmam, com exemplo na explicação do porteiro, a quem Encólpio solicita ajuda para interpretar as pinturas que vê no pórtico.

A falta de decoro associada à figura de Trimalquião quando mescla repertórios, assim como toda a incompreensão e vergonha dos protagonistas que não compreendem quase nada do que presenciam, parece tecer críticas a um comportamento indecoroso e desmoderado, possivelmente, associado não só à classe de libertos, mas a todos os segmentos sociais, sobretudo, à aristocracia da sociedade romana do tempo neroniano.¹⁷ Apesar de vários elementos descritos na casa serem luxuosos, a decoração não respeita o princípio de decoro e mediania esperados – pelo menos no que tange ao discurso de um aristocrata romano do século I d.C. Desse modo, o que o banquete parece transparecer, por meio, principalmente, do personagem do liberto e a reação de parcela da audiência deste, é uma decadência e desmoderação no campo artístico e moral.¹⁸

Do mesmo modo, ao descrever como deseja seu próprio túmulo e funeral, Trimalquião adota um discurso classificado por Encólpio como de extremo mau gosto, indicando escolhas que também não estão em acordo com um estilo funerário apropriado à aristocracia romana. De fato, o discurso fúnebre que o liberto assume é distante de um comportamento moderado e passível de elogio, segundo a elite romana. Em contrapartida, o liberto exhibe dupla filiação, não se apresentando como um aristocrata romano, já que não tem ancestrais nobres, nascimento livre ou um repertório ligado à elite, mas também não se exhibe como um liberto, devido à riqueza e aos incomuns

¹⁷ A historiografia, sobretudo francesa, associou o personagem com a ideia de *nouveau riche*, de um *parvenu*. Contudo, nos parece ultrapassada interpretações nesse sentido, como a de P. Veyne, que analisou o banquete de Trimalquião pensando a sociedade romana de forma hierárquica em uma esfera sociocultural binomial e totalmente apartada.

¹⁸ A falta de mediania é índice, portanto, de falta de mediania moral e viabiliza a ideia do cômico como deformidade, física e do caráter. Tal noção está presente também em Plínio, o Velho, em passagens sobre imagens. A crítica de Plínio é bastante próxima àquela de Petrônio: a falta de unidade e decoro das imagens são análogas da falta de mediania do caráter dos homens que as possuem.

recursos materiais que alcançou e por se apropriar ainda de códigos culturais e de um repertório que era próprio da aristocracia:

A coisa caminhava para a mais extrema repugnância, quando Trimalquião, sobrecarregado pela mais torpe embriaguez, mandou que se apresentasse na sala de jantar um grupo diferente de músicos, os corneteiros, e, escorado em muitas almofadas, estendeu-se sobre seu leito fúnebre e disse: “Finjam que morri. Digam alguma coisa de belo”. Os corneteiros entoaram uma marcha fúnebre. Um escravo em especial, o de seu agente de funerais, que era o mais decente deles, chorou tanto que influenciou todos a sua volta. (Petron. *Sat.* 88, 5-6)

Esta cena antecede o fim da narrativa do banquete, com a fuga dos personagens da casa e evidencia o caráter da teatralidade que perpassa e estrutura toda a *Cena Trimalchionis*. Por meio desse caráter teatral é empregada uma série de elementos identificáveis, pois compartilhados socialmente, para o público leitor específico do *Satyricon*: a aristocracia romana do tempo neroniano. O uso do que é conhecido pela audiência e a identificação que a mesma faz conclui a “técnica de produzir enunciados que têm *enargeia*, apresentando a coisa quase como se o ouvido a visse em detalhe”. (Hansen, 2006, p. 85)

Pensamos que Petrônio, ao criar um personagem por meio de uma caricatura coletiva, como sugeriu Fav ersani (1999, p. 142-145), ou seja, utilizando vários elementos associados a diferentes classes sociais e reconhecidos amplamente por uma aristocracia romana,¹⁹ cumpre o objetivo de forjar imagens verbais a partir desses lugares comuns compartilhados por grupos sociais, ainda que pela falta de decoro das representações elas servissem para gerar riso. De fato, a identificação dessas imagens sistemáticas de lugares comuns são o que provocam o riso diante da montagem teatral. A obra ciceroniana nos ajuda a formular este tipo de interpretação, pois, como sintetizou Yates:

Cícero nos forneceu um pequeno tratado de *Ars memoratiua* altamente condensado,

¹⁹ “O nome personagem coletivo foi empregado para um tipo de construção literária em que os indivíduos são amalgamados de tal forma que é impossível distingui-los como tais, sendo suas identidades e identificações dadas por um coletivo. Eles não fazem sentido como indivíduos, mas como grupos. É impossível dizer o número de pessoas que compõe cada personagem coletivo”. (Fav ersani, 1999, p. 142)

em que abordou todos os pontos na sua ordem usual. Iniciou com a afirmação, introduzida pela história de Simônides, de que a arte da memória consiste em lugares e imagens e é como uma escrita interior sobre a cera; ele prossegue e discute as memórias natural e artificial, com a conclusão de praxe de que a natureza pode ser aprimorada pela arte. Então, vêm as regras para lugares e imagens; depois, a discussão sobre a diferença entre a memória para coisas e para palavras. Embora admita que apenas a memória para coisas é essencial ao orador, Cícero testou consigo mesmo a memória para palavras, na qual as imagens para palavras se deslocam(?), mudam de caso(?), levam toda uma sentença a uma única imagem verbal, de uma maneira extraordinária, que ele visualiza interiormente, como se fosse a arte de algum pintor habilidoso. (Yates, 2007, p. 37)

Petrônio parece assemelhar-se ao orador ou ao pintor por criar em sua narrativa imagens, partindo daquilo que seu leitor reconhece. Assim, sua escrita imagética integra a formulação do riso no *Satyricon*. Entendemos que o recurso petroniano à construção de imagens – socialmente compartilhadas – é também um esforço no campo da memória e, portanto, da retórica. Cícero diz-nos sobre isso que:

Qual seja a vantagem da memória para o orador, quão grande a sua utilidade e a sua força, que necessidade tenho eu de falar? Guardar o que aprendeste ao assumir uma causa, o que tu mesmo refletiste? Ter fixos na mente todos os pensamentos, inteiramente classificado o aparato das palavras? De tal forma ouvir a fonte de tuas informações ou aquele a que se tem de responder, que não pareçam derramar seu discurso sobre teus ouvidos, mas gravá-los em tua mente? (Cic. *De or.* II, 355).

Ainda na chave da memória, associável ao uso de imagens compartilhadas, já que reconhecidas e risórias no *Satyricon*, Cícero também diz:

De fato, Simônides, ou qualquer outro que o tenha descoberto (*inuenit*), foi sagaz ao perceber que se fixa em nossas mentes sobretudo aquilo que é transmitido e marcado pelos sentidos; que o mais aguçado de todos os nossos sentidos é o da visão; que, por isso, pode ser guardado com mais facilidade na mente se, além de percebido pelos ouvidos e pela reflexão, também for transmitido à mente pelo apoio dos olhos; de modo que uma representação, uma imagem e uma forma de tal modo marcariam coisas

não vistas e afastadas do julgamento da vista, que poderíamos, por assim dizer, guardar pela visão aquilo que mal conseguimos abarcar pelo pensamento. Essas formas e corpos, tal como tudo que cai no domínio da visão, precisa de uma sede; de fato, um corpo não pode ser percebido sem um lugar. Por isso, para que não seja excessivo e desmedido num tema conhecido e trivial, deve-se usar lugares variados, iluminados, claros, a pequenos intervalos, e imagens em ação, vivas (*acribus*), notáveis (*insignitis*), que possam ser percorridas com rapidez e penetrar com força na mente (*percutere animum*). Tal capacidade será fornecida pelo exercício, donde nasce o hábito. Mas a memória das palavras (*uerborum memoria*), que nos é menos necessária, distingue-se por uma maior variedade de imagens. [...] E não é verdade, como dizem os incapazes, que a memória fica oprimida pelo peso das imagens e que mesmo aquilo que a natureza, por si mesma, poderia guardar, é obscurecido. De fato, eu mesmo pude ver homens excelsos e de memória quase divina [...] diziam escrever, tal como faziam com letras na cera, aquilo de que desejavam lembrar com imagens naqueles lugares que possuíam. Por isso, não se deve arruinar a memória com este exercício se não houver nenhuma por natureza; mas, se está latente, com certeza deve ser excitada. (Cic. *De or.* II, 357-360)

A *Retórica a Herênio*, em completo acordo com Cícero, nos diz que “com frequência abarcamos a memória de um assunto inteiro com apenas uma marca, em uma só imagem (*imagine simplici*)”. (*Auct. ad Her. Rhet. Her. Ad Herennium* III, 33-37)

Sobre o procedimento compositivo das imagens, para entendermos aquelas pintadas no *Satyricon* e marcadas na memória na chave do risível, indicamos no tratado retórico latino a seguinte passagem:

Devemos, pois, constituir imagens daquele tipo capaz de aderir à memória por mais tempo. Isso ocorrerá se estabelecermos similitudes marcadas o mais possível, se não colocarmos imagens vagas ou em grande número, mas que tenham alguma ação, se lhes atribuirmos especial beleza ou singular fealdade, se ornarmos algumas com coroas ou vestes de púrpura, para tornar a semelhança mais marcante para nós, ou se de algum modo as desfigurarmos, manchando-as de sangue, cobrindo-as de lama ou borrando-as com tinta vermelha, para que sua forma seja mais notável; ou ainda, se atribuirmos às imagens alguns elementos ridículos, pois também isso nos fará lembrar com mais facilidade. As mesmas coisas de que nos lembramos facilmente quando verdadeiras, também lembraremos sem dificuldade quando forem forjadas e

cuidadosamente marcadas. (*Auct. ad Her. Rhet. Her.* III, 33-37)

Ao lermos este (único) manual de retórica antiga sobrevivente, podemos ver enorme proximidade entre as imagens forjadas – classificadas como eficientes para a memória – e as construídas narrativamente por Petrônio. A retratação do liberto Trimalquião, a descrição feita por Encólpio de sua casa e todo o discurso fúnebre que o próprio liberto faz, possuem formas *notáveis*, constituindo-se por elementos do ridículo. O exagero e o ridículo mormente são reconhecidos como construtores do riso. Porém, indicamos tais elementos, no caso da sátira petroniana, como recurso também das imagens de memória.

A descrição que Trimalquião faz de seu próprio túmulo, ao solicitar a construção ao seu amigo Habinnas (Petron. *Sat.* 71), apresenta-se como uma grande imagem que utiliza de elementos conhecidos, possivelmente com similares podendo ter sido vistos por todos em monumentos espalhados por Roma. Assim como todas as imagens criadas por Petrônio parecem direcionar-se a uma crítica da sociedade de seu tempo, a temática funerária apresentada no discurso que o liberto faz de seu monumento parece ridicularizar a suntuosidade e riqueza percebida em túmulos romanos. Todavia, mesmo a sátira petroniana se apresentando como crítica ampla à sociedade romana, no tema fúnebre a crítica parece direcionar-se especificamente ao menor refreamento no autoelogio típico de libertos que atingiram certa ascensão social, uma vez que a elite romana comumente adotou como exemplar à época um novo idioma de simplicidade e modéstia. Bandinelli (1970, p. 64-105, 177-202, 212-221), autor marxista crítico de arte, acusa a iconografia do túmulo de Trimalquião de plebeia e essa *ars plebeia*, encontraria um paralelo na *sermo pauperorum* (forma de expressão) de libertos: aspectos linguísticos e artísticos determinados pela classe social. Mouritsen (2005, p. 56-57) revisou tais ideias ao falar sobre o monumento de Trimalquião:

Esse monumento sugere uma forte preocupação com honras públicas e auto comemoração [...] monumentos de libertos e inscrições geralmente revelam um grau mais forte de estado de consciência e competição que os monumentos da elite. A importância da comemoração funerária é sublinhada pelo fato de que muito mais libertos encomendaram seus monumentos do que fizeram membros da elite [...] enquanto a elite pode deixar referências às suas honras e ofícios, libertos poderiam ir a

consideráveis proporções para garantir que eles fossem recordados [...] libertos, assim, desenvolveram normas e práticas epigráficas que contrastaram nitidamente com aquelas da elite.

De todo modo, independente do tom crítico da sátira e de quaisquer que sejam os direcionamentos das críticas petronianas, estas imagens associadas ao liberto rico, à sua casa e monumento funerário são forjadas por meio de lugares-comuns próprios da representação na Antiguidade. De acordo com Hansen (2012, p. 167), “Cícero diz que todos os ornamentos do estilo que têm mais força e aprovação e todos os que têm beleza para a invenção das ideias se relacionam com os lugares-comuns armazenados na memória”. Assim, as imagens da *Cena Trimalchionis* são eficientes, tanto no que se refere ao riso quanto à retórica e a memória, uma vez que:

As imagens dos lugares-comuns também pressupõem elocução adequada, ou seja, palavras adequadas, pois eles se opõem ao esquecimento e à morte, manipulando o “fantasma da sua reaparição” [...]. A manipulação do fantasma deve trabalhar com imagens extremamente vívidas, intensas e “coloridas”, muitas vezes cômicas, ou exageradas, deformadas, sujas e horríveis, que impressionam fortemente a imaginação e a memória. A imagem intensa é mais eficaz porque efetua *pathos*, paixão e compaixão, atingindo a imaginação com “vividez” (*enargeia; euidencia*). (Hansen, 2012, p. 167).

Entendemos que Petrônio, ao construir imagens, mobiliza as mesmas dos lugares de memória e as coloca em remodelados lugares da memória, considerando que:

Um *locus* é um lugar facilmente apreendido pela memória, como uma casa, um intercolúnio, um canto, um arco etc. Imagens são formas, signos distintivos, símbolos (*formae, notae, simulacra*) daquilo de que queremos nos lembrar [...]. A arte da memória é como uma escrita interior. Os que conhecem as letras do alfabeto podem escrever o que lhes é ditado e ler o que escreveram. Do mesmo modo, aqueles que aprenderam a mnemônica podem colocar em lugares específicos aquilo que ouviram e falar de memória. “Porque os lugares são como tábuas de cera ou como papiros, as imagens são como letras, o arranjo e a disposição das imagens são como a escrita, e o fato de pronunciar é como a leitura”. (Yates, 2007, p. 23)

A crítica da arte em Petrônio e Plínio, o Velho

Por meio das imagens construídas percebemos na obra petroniana, como já dito, um movimento narrativo direcionado à crítica social. Este movimento aproxima-se do que diz outro autor latino do século I, em sua importante obra, repleta também de críticas, ironias e informações sobre a arte antiga. Plínio, o Velho, tece crítica à arte na Roma de seu período, acusando o altíssimo desenvolvimento da técnica e da riqueza dos materiais usados, segundo o autor, que causaria a apreciação mais do material do que da representação em si. Plínio também critica o efeito cada vez maior de técnicas e estilos estrangeiros, principalmente do helenístico, que rebaixariam a arte romana tradicional. Nesse sentido, na *História Natural* de Plínio, há uma denúncia da decadência da arte romana tradicional, então associada ao retrato realista. Plínio parece repudiar especificamente as estátuas cujas cabeças eram trocadas. Notamos, por meio do texto pliniano, que haveria uma crescente vulgarização da retratística e, concomitantemente, difusão de pinacotecas.

Em primeiro lugar, trataremos de tudo que resta acerca da pintura, arte nobre outrora – pois que era, então, cobiçada por reis e nações – que, ao celebrar alguns, tornava-os dignos de serem legados à posteridade.²⁰ Agora, porém, foi inteiramente superada pelos mármore, decerto já também pelo ouro – nem tanto para que as paredes todas fossem cobertas –, e ainda pelo mármore esculpido em baixo relevo e pelos mosaicos feitos para acomodar imagens de coisas e de animais.²¹ Ábacos já não agradam, nem aqueles espaços que, amplos, espalham montanhas nos aposentos de dormir; começamos até a pintar na pedra.²² [...] São estas as coisas que servem de subsídio para aqueles montes que nos faltam à vista, nem a exuberância cessa de fazê-lo, para que a maior quantidade possível deles se perca nos incêndios. Sem dúvida, a pintura de retratos, por meio da qual eram legadas para a posteridade figuras maximamente semelhantes, desapareceu de todo. Escudos de bronze são colocados em face argêntea com oculta diferença entre as imagens; as cabeças das estátuas são trocadas, como propagado já há algum tempo ainda pelos gracejos dos poemas. Por causa disso, todos

²⁰ Arte enquanto como poesia, retórica etc., remetendo à τέχνη.

²¹ É empregado termo técnico (*interraso marmore*) para baixo relevo. Plínio usa constantemente um vocabulário técnico artístico, de modo que essa parcela de sua obra se constitui como uma espécie de tratado artístico, único sobrevivente.

²² Critica pintura de afrescos, em parede, e eleva quadros, mas tal tipo de obra não nos chegou. Porém, sabe-se que os pintores de afrescos incorporaram técnicas da pintura em quadros.

preferem observar o material do que reconhecer o figurado. E, em meio a tudo isso, as próprias pessoas – não atribuindo valor algum a não ser pelo preço – costumam adornar galerias com antigas telas e cultuar bustos alheios, para que um herdeiro os destruía e, com um laço, arraste-os para fora. Nesse sentido, uma vez que não se conserva efígie de ninguém, deixam imagens do dinheiro, não suas. [...] A indolência pôs a perder as artes; visto que não há imagens do espírito, negligenciam também as do corpo.²³ Diferentemente, no tempo de nossos antepassados, estes mesmos retratos costumavam ficar nos átrios, a fim de que fossem contemplados; não havia obras de artistas estrangeiros, nem bronzes, nem mármore: modeladas a partir da cera, suas feições eram dispostas em nichos individuais, para que houvesse imagens (*imagines*) que acompanhassem o cortejo fúnebre dos nobres (*gentilicia funera*);²⁴ e, sempre no exílio de alguém, toda a gente que houvera um dia daquela família estaria presente. Os valores de estirpe, verdadeiramente, atravessavam, em seus contornos, as imagens pintadas, e os arquivos eram plenamente providos com livros e monumentos dos feitos empreendidos nas magistraturas (*monimentis rerum in magistratu gestarum*).²⁵ (Plínio, *Naturalis historia*, 35)

Esta passagem, apesar de indicar a existência de um menosprezo contemporâneo quanto à produção artística relacionada à pintura do tempo em que viveu Plínio, nos indica mais informações. Há uma ideia que podemos interpretar em Plínio: a glória associada à arte se aplica tanto àquele representado – na pintura, enquanto retrato ou feito –, mas também compreende o próprio artista. Este atingiria o triunfo e, conseqüentemente, a imortalidade. Nesse sentido, o pintor poderia torna-se tão imortal quanto o poeta, perpetuando sua memória através de sua obra.²⁶

Encontramos no *Satyricon* uma concordância explícita com a crítica à decadência da arte, tema de proêmio visto na obra pliniana e também confirmação à denúncia da proliferação de galerias de arte. Há, assim, um tema em comum entre as duas fontes, relativo à arte ou à valoração que se dá à arte.

²³ Imagens dos antepassados.

²⁴ As máscaras funerárias tinham importante papel no funeral romano aristocrático. Os columbários eram formados por nichos e, nas casas aristocráticas, amplificava a memória e poder da família de mortos ilustres. Quanto maior e mais triunfal o cortejo, maior o poder da *gens* e Plínio parece estar criticando que isto já não mais existia quanto e como antes, ou que, mesmo existindo, não era mais tão valorizado em seu tempo. Ele reconhece um caráter moralizante dessas “verdadeiras” imagens romanas, já que os rostos desses aristocratas antecipavam as virtudes dos mesmos.

²⁵ Esses arquivos são os espaços das salas à entrada das casas da elite romana.

²⁶ Neste ponto, Plínio parece contribuir para uma aproximação da pintura à poesia, como encontrado em Horácio.

No episódio que se passa em uma pinacoteca, Encólpio dialoga com Eumolpo, um personagem que surge nesse momento da história, retratado como um velho careca, muitas vezes criticado socialmente e até mesmo apedrejado. Encólpio narra:

[...] Entrou na galeria de artes um velho de cabelos brancos, de ar perturbado, que parecia anunciar não sei o quê de importante, mas inversamente proporcional à sua maneira deselegante de se vestir, pois ele mostrava claramente que era daquela espécie de letrados que os ricos costumam odiar. Ele então parou do meu lado. “Eu”, disse ele, “sou poeta e, assim espero, não um poeta de humílima inspiração, se pelo menos se pudesse dar algum crédito às coroas que, por sua amizade, costumam-se conceder até mesmo os inábeis. Você deve estar dizendo: ‘Por que, então, você se veste tão mal? Exatamente pela seguinte razão: o amor pela habilidade intelectual nunca fez ninguém mais rico’.²⁷ [...] Não há dúvida de que seja assim: se alguém, inimigo de todos os vícios, resolve dedicar-se ao caminho correto da vida, ele atrai em primeiro lugar a antipatia dos outros, por causa da diferença de costumes [...] assim, perseguem, por qualquer motivo que conseguem, os amantes da literatura, para que também eles se mostrem colocados abaixo do dinheiro”. “Não sei como, mas a pobreza é irmã do bom caráter”. (Petron. *Sat.* 83, 7-8; 84, 1-4)

Na *História Natural*, percebemos o traço moralizador do autor por meio da crítica e anúncio de decadência de seu tempo – que talvez reflita a perspectiva aristocrática. Assim como no *Satyricon*, há uma visão negativa do presente, que estaria distanciando-se progressivamente dos valores artísticos e morais tradicionais. Ambas as fontes, denotam a ideia de que a verdadeira pintura possuiria valor monumental – obedeceria a um decoro “monumental” – e ainda mais: não se banalizaria. Considerando a importância fundamental da pintura e artes plásticas em geral para a noção de memória antiga, é interessante remetermos à ideia de monumento proposta por Le Goff (2007, p. 535-536):

A palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere*

²⁷ Logo em seguida, Eumolpo recita um interessante poema que mereceria um estudo particular, mas basta-nos agora saber que trata-se de uma clara denúncia da relação entre o amor ao ouro e a decadência moral e artística.

significa “fazer recordar”, de onde “avisar”, “iluminar”, “instruir”. O *monumentum* é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. Quando Cícero fala dos *monumenta huius ordinis* [*Philippicae*, XIV, 41], designa os atos comemorativos, quer dizer, os decretos do senado. Mas desde a Antiguidade romana o *monumentum* tende a especializar-se em dois sentidos: 1) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc.; 2) um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva) e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos.

Com esta definição, podemos entender a arte antiga enquanto *monumentum*. Neste sentido, a imagem ainda pode ser pensada enquanto memória. O estudo histórico da arte da memória clássica requer a leitura competente de inúmeras fontes que compõe uma história possível da *ars memoriae*. Entretanto, estas fontes não se findam no legado literário das elites gregas e romanas. Reconhecer a importância da cultura material – sobretudo àquela relacionada ao âmbito da morte – como vestígio da memória, causa a ampliação de nossas possibilidades de acesso ao passado. Desse modo, pensamos que o exercício – pautado inclusive nas investidas similares dos próprios antigos – de relacionar a retórica, a memória e a arte antiga, pois pertencentes à mesma esfera, significa reconhecer que o passado do qual tratamos é bem mais complexo do que já se pensou e protagonizado por sujeitos tão versados quanto àqueles que se inclinam a este passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

[Anônimo] *Retórica a Herênio*. Tradução de Ana Paula C. Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

Aristóteles. *De Anima*. Apresentação, tradução e notas de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo: Editora 34, 2006.

Cícero. *Sobre o Orador*. Tradução de Adriano Scatolin. Tese de Doutorado, Letras Clássicas, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH, Universidade de São Paulo, 2009.

Petrônio. *Satyricon*. Tradução de Sandra M. G. B. Bianchet. Belo Horizonte: Crisálida, 2004.

Platão. *Fedro ou Da Beleza*. Tradução e notas de Pinharanda Gomes. 6ª edição. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

Pliny, The Elder. *Natural History*. With an English translation by D. E. Eichholz. Cambridge/London: Harvard University Press, vol. X: books 35-36, 1962.

Tácito. *Anais*. Tradução de J. L. Freire de Carvalho. São Paulo: Ed. W. M. Jacksonville Inc., 1964.

Bibliografia Crítica

Bandinelli, B. R. *Rome: The Center of Power*. Trans. Peter Green. New York: Brazziller, 1970.

Faversani, F. *A Pobreza no Satyricon de Petrônio*. Ouro Preto: Editora da UFOP, 1999.

Hansen, J. A. Categorias epidíticas da ekphrasis, *Revista da USP*, n. 71, 2006, p. 85-105.

_____. Lugar-comum. In: Muhana, A.; Laudanna, M.; Bagolin, L. A. (orgs) *Retórica*. São Paulo: Annablume Editora/IEB-USP, 2012, p. 159-177.

Le Goff, J. Documento/Monumento. In: *História e Memória*. Campinas, Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 535-549.

Mouritsen, H. Freedman and decurions: Epitaphs and social history in Imperial Italy, *JRS*, 95, 2005, p. 38-63.

Yates, Francis A. *A Arte da Memória*. Tradução de Flávia Bancher. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

AS LÍNGUAS DA ITÁLIA ANTIGA: UM BREVE PANORAMA

*Jasmim Drigo*¹

RESUMO: Este artigo traça um panorama das línguas de maior expressão da Itália Antiga durante os séculos VI a I a.C. As línguas indo-europeias itálicas recebem mais atenção neste estudo por se tratarem de línguas com mais vestígios textuais e por serem mais inteligíveis que as demais, são elas: latim-falisco, úmbrio, osco e piceno meridional. As indo-europeias não itálicas apresentam similaridades com as itálicas, mas ainda assim são menos inteligíveis, são elas: venético e messápico. As línguas não indo-europeias apresentam estruturas fonológicas, morfológicas e sintáticas diferentes e menos vestígios textuais, por isso são mais complicadas de se analisar, são elas: etrusco, rético e piceno setentrional. O objetivo desse panorama é demonstrar a diversidade linguística da região e apresentar bibliografia atualizada e relevante sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Itália Antiga; Latim; Sabélico; Línguas Indo-europeias.

ABSTRACT: This article presents an overview of the main languages of Ancient Italy during the centuries VI to I BC. I focus on Italic Indo-European languages, namely Latin-Faliscan, Umbrian, Oscan and South Picene, because they both have more textual evidence available and are more intelligible than the others. Non-Italic Indo-European languages show similarities with Italic, but they are not so comprehensible. These languages are the Venetic and the Messapic. Non-Indo-European languages have different phonological, morphological and syntactic structure, as well as fewer texts, therefore, they are more complex to analyze. These are: Etruscan, Rhetic and North Picene. The aim of this overview is to demonstrate the linguistic diversity of the area and to provide recent and relevant bibliography.

KEYWORDS: Ancient Italy; Latin; Sabellic; Indo-European languages.

Introdução

Quando se fala em Itália Antiga muito comumente se menciona apenas o latim como língua da região, mas o fato é que existiam diversas línguas e povos coexistindo na península itálica durante os séculos VI a I a.C. Após esse período, o Império Romano se expande de tal maneira que acaba por englobar os povos da região e não se tem mais vestígios escritos das demais línguas. Ainda que não hajam evidências incontestáveis sobre quando as demais línguas italianas

¹ Doutoranda em Letras Clássicas na Universidade de São Paulo. E-mail: jasmim.drigo@usp.br

realmente desapareceram, após o século I a.C. não há mais evidências textuais diretas dessas línguas.²

Pode-se separar as línguas da Itália Antiga em dois blocos: línguas indo-europeias e não indo-europeias. Dentre as que podem ser classificadas como indo-europeias, tem-se: latim-falisco, sabélico, venético e messápico. As não indo-europeias de maior expressão são: etrusco, rético e piceno setentrional. Posto isto, é importante ressaltar a diferença entre línguas italianas e itálicas a fim de explicitar a terminologia usada neste artigo. Todas as línguas da península itálica serão aqui chamadas de italianas, porém, apenas as línguas italianas indo-europeias serão denominadas itálicas. Isto porque elas fazem parte do subgrupo itálico, descendentes do proto-indo-europeu.

Este estudo procura discutir um pouco cada uma dessas línguas, de modo que se possa visualizar o panorama linguístico da região. A descrição será de caráter introdutório, sem pretensões exaustivas, mas é fornecida uma bibliografia de apoio para possíveis aprofundamentos das línguas mencionadas. A lista de línguas existentes na região tampouco é exaustiva. Certas línguas foram omitidas por não terem desempenhado um papel central na história da península ou por precisarem de análises mais completas – como o lepôntico ao norte da península e o grego ao sul, por exemplo –, algo que o espaço aqui não permite.

No mapa abaixo é possível observar onde essas línguas eram faladas durante o século IV a.C.

² Cronologia completa das línguas itálicas da época pode ser encontrada em De Vaan, 2008, p. 2). As referências bibliográficas de cada língua apresentada nas seções abaixo também corroboram a ideia de que não se encontra inscrições dessas línguas italianas (além do latim) depois do séc. I a.C.



Fig. 1 – Mapa da península itálica no século IV a. C. com as línguas de maior expressão na época (Crédito à autora)

1 Línguas indo-europeias: ramo latim-falisco

1.1 Latim

O latim é a língua da Itália antiga que possui mais vestígios textuais e que sobreviveu por mais tempo. Por causa disso, costuma-se fazer recortes temporais para facilitar o manejo com a língua. Ainda que esse recurso seja útil, é importante lembrar que todo recorte é arbitrário e que diferentes estudiosos o fazem de maneiras distintas. Para este artigo, optou-se por adotar a divisão feita por Weiss (2009, p. 23-4):

Latim Muito Arcaico (LMA): séculos VI – III a.C.

Latim Arcaico (LA): séculos III – II a.C.

Latim Clássico (LC): séculos I a.C. – III/IV d.C.

Latim Tardio (LT): séculos III/ IV – VII d.C.

Esse recorte temporal é interessante porque evidencia as mudanças ocorridas na diacronia da língua. Abaixo, segue uma comparação entre o Latim Muito Arcaico e Latim Clássico para que se possam observar essas diferenças.

1.1.1 Latim Muito Arcaico

Inscrição *Duenos* Século VI ou V a.C.



**30894,3 Staatliche Museen, Berlim
(Foto tirada pela autora)**

Transcrição:

IOVESATDEIVOSQOIMEDMITATNEITEDENDOCOSMISVIRCOSIED
ASTEDNOISIOPEITOITESIAIPACARIVOIS
DVENOSMEDFECEDENMANOMEINOMDVENOINEMEDMALOST
ATOD

Interpretação segundo Brent Vine (2012):

IOVESAT()	DEIVOS()QOI()	MED()	MITAT
PRES.,3SG.	NOM.,SG.	ACS.,SG.	PRES.,3SG.

iurat deos qui me 'mittit'

“Aquele que me ‘envia’(?) jura pelos deuses”

NEI() TED() ENDO()COSMIS()VIRCO()SIED
 PART. ACS.,SG. NOM.,SG. SUBJ.3SG.
ni in te [= erga te] comis virgo sit
 “se a jovem não for amável contigo,”
 ASTEDNOISIOPEITOITESIAIPACARIVOIS
 ?
 DVENOS() MED() FECED() EN() MANOMEINOM() DVENOI
 NOM.,SG. ACS.,SG. PERF.,3SG. PREP. ? DAT.,SG.
bonus me fecit in MANOMEINOM bono
 “um bom homem me fez em MANOMEINOM(?) para um bom homem”

NE() MED() MALOS() TATOD ou NE() MED() MALO(S)() STATOD
 PART. ACS.,SG. NOM.,SG. PRES.3SG. PART. ACS.,SG. NOM.,SG. PRES.3SG.
ne me malus tollito clepito
 “que uma pessoa má não me roube”

Há algumas características desse trecho que podem ser claramente explicadas como frutos de arcaísmo. Por exemplo, a presença de -s- intervocálico (como em IOVESAT) só pode ser encontrada em inscrições do LMA e do LA. Depois disso, ocorreu a rotacização de todo -s- intervocálico: IOVESAT > LC *iūrat*. Outro exemplo é a presença do -d nos pronomes acusativos (MED, TED), os quais perdem essa consoante final no LC: MED > LC *me*, e TED > LC *te*.

1.1.2 Latim Clássico

O LC é o latim que possui a maior produção de textos, não apenas porque o período foi muito frutífero (Júlio César, Virgílio, Ovídio, Cícero etc.), mas também porque muitos autores posteriores procuraram imitar a língua dessa época. Trata-se de uma língua composta por seis casos: vocativo, nominativo, acusativo, genitivo, dativo e ablativo. Existem cinco declinações para os nomes, sendo que há poucos nomes da quarta e da quinta declinação. Ela conta com quatro conjugações de verbos, além de verbos irregulares (normalmente verbos de alta frequência como *sum* ‘ser; estar’). Um bom exemplo de LC é o início da *Guerra Gálica*:

Gallia est omnis diuisa in partes tres quarum unam
 NOM.,SG. PRES.,3SG. NOM.,SG. PREP. ACS.,PL. GEN.,SG. ACS.,SG.³
incolunt Belgae, aliam Aquitani, tertiam, qui ipsorum
 PRES.,3PL. NOM.,PL. ACS.,SG. NOM.,PL. ACS.,SG. NOM.,PL. GEN.,PL.
lingua Celtae, nostra Galli appellantur
 ABL.SG. NOM.,PL. ABL.,SG. NOM.,PL. PRES.,3PL.

“A Gália é toda dividida em três partes, das quais uma os belgas habitam, outra, os aquitânios, e a terceira, aqueles que na sua própria língua se chamam celtas, [mas] na nossa de gauleses (...)”. (César, *Guerra Gálica*, Livro I, 1).⁴

1.2 Falisco

O falisco existiu do século VI ao I a.C. e, assim como as demais línguas e dialetos da península itálica, desapareceu com a expansão do Império Romano por volta do século I a.C. Ainda existe uma polêmica quanto ao estatuto do falisco: seria uma língua parte do subgrupo latim-falisco ou apenas um dialeto do latim? Joseph & Wallace (1991) defendem que seria uma língua independente, principalmente com base no argumento do desenvolvimento das consoantes aspiradas vozeadas do PIE, que apresentam resultados diferentes entre o latim e o falisco. As consoantes aspiradas vozeadas são o motivo de maior polêmica dentro dessa discussão, mas Bakkum (2009, p. 64-8) argumenta que seria possível um desenvolvimento desse tipo em um mesmo subgrupo, que seria apenas resultado de uma variação dialetal. Bakkum (2009) também analisa evidências sintáticas, morfológicas, lexicais e até culturais para concluir que o falisco é de fato um dialeto do latim. A discussão, porém, continua sem consenso.

▪ Inscrição Ceres 600 a.C. (Bakkum, 2009, 395-406)

ceres: far[]e[]tom: []uf[]ui[]m: []⁵

NOM.,SG. ?

adeuios: mama z[e]xtos med flifliqod:

NOM.,SG. ACS.,SG. PERF.,3PL.

“Que Ceres (?),

³ Ver Apêndice: Siglas e Abreviações.

⁴ Para mais sobre o latim em geral, ver Leumann, 1933; Meiser, 1998; Baldi 2002; De Vaan, 2008; Weiss 2009.

⁵ [] representam lacunas na inscrição.

Mama e (?) Zexto Euio me fizeram.”⁶

2 Línguas indo-europeias: ramo sabélico

2.1 Piceno meridional

Há 23 inscrições em pedra ou bronze datadas do século VI ao IV a.C. A língua possui um alfabeto próprio, construído com base no alfabeto etrusco meridional. Grande parte do vocabulário do piceno meridional é ainda desconhecido, mas sua estrutura pode ser compreendida com mais facilidade. Assim, é relativamente comum entender em qual caso um nome se encontra, mas não saber exatamente o seu significado (muitos nomes próprios entram nessa categoria).

▪ Inscrição funerária Sp MC 1 (Rix, 2002):

apaes: **qupat[:** **e]smín:** **púpúnis:** **nír:** **mefiún:** **veiat:**
NOM.,SG. PRES.,3SG. LOC.,SG. ? NOM.,SG. LOC.,SG. SUBJ.,3SG.

vepetí

LOC.,SG.

“Ape jaz neste lugar **púpúnis**, o homem **veiat** no meio da tumba”⁷

2.2 Úmbrio

Os vestígios da língua datam do século VI a I a.C. Dentre as línguas sabélicas, é a que possui o maior número de vestígios escritos, cerca de 30 inscrições. Uma dessas inscrições são as *Tábuas Iguvinas* (texto do século III a.C.), tábuas que compõem o maior texto itálico não latino: 7 tabletes de bronze que descrevem um ritual religioso.

▪ *Tábuas Iguvinas* Ia, 1-3 (Rix 2002, 47):

este : **persklum :** **aves :** **anzeriates :** **enetu :**

ACS.,SG. ABL.,SG. IMP.,3SG

“Começa esta cerimônia com a observação das aves,”

pernaies : **pusnaes :** **preveres :** **treplanes :**

ABL.,SG. ABL.,SG. ABL.,SG.

⁶ Para mais sobre o falisco, ver Joseph & Wallace, 1991 e Bakkum, 2009.

⁷ Para mais sobre o piceno meridional, ver Marinetti, 1985.

“as que estão na frente e as que estão atrás; na frente do portão Trebulano”

iuve : krapuvi : tre buf : fetu : arvia : ustentu :

DAT.,SG. ACS.,SG. IMP. ACS.,SG. IMP.,3SG.

“sacrifica três bois a Júpiter Grabóvio; oferece grãos”⁸

2.3 Osco

Língua com vestígios do século VI a I a.C., com cerca de 400 pequenas inscrições, mas praticamente todas muito curtas. Em termos linguísticos, pode-se dizer que o osco é a língua sabélica mais conservadora dentre as línguas itálicas. Um bom exemplo desse conservadorismo é o fato de não haver monotongação, isto é, o osco não simplifica ditongos, processo que sempre ocorre em úmbrio, e que acontece às vezes em latim: tal como em osc. **kvaísstur** vs umb. **kvestur** (cf. lat. *quaestor* “tipo de magistrado”).

▪ *Cippus Abelanus* 6-10 (Rix 2002, 114 / Crawford 2011, 887-92)

lígatúís. Abell[anúís]

DAT.,PL.

íním. lígatúís. Núvlanúís

CONJ. DAT.,PL.

pús. senateís. tanginúd

NOM. GEN.,SG. ABL.,SG.

suveís. pútúrúspíd. lígatú[s]

GEN.,SG. NOM.,SG.

fufans.

IMPF.,3SG

“(...) para os embaixadores abelanos e para os embaixadores nolanos, por decreto do próprio senado, cada embaixador era (...)”⁹

3 Língua indo-europeia: venético

Também possui vestígios que datam do século VI ao I a.C., com mais de 400 inscrições, mas quase todas são muito curtas ou formulares. É uma língua indo-europeia, mas ainda não há consenso se se trata de uma língua itálica ou não.

⁸ Para mais sobre o úmbrio, ver Devoto, 1937; Poultney, 1959; Meiser, 1986; Weiss, 2010.

⁹ Para mais sobre o osco, ver McDonald, 2015 e Zair, 2016. Para mais sobre línguas sabélicas em geral, ver Buck, 1904; Rix, 2002; Crawford *et al.*, 2011.

Os alfabetos venéticos são derivados dos alfabetos etruscos setentrionais, mas com a adição da letra {o} do grego (Lejeune, 1974, p. 21). Foi incorporado também um sistema de pontuação emprestado do etrusco, no qual apenas sequências CV ou V são permitidas: .CV. / .V. / CV.C.

- Lejeune 57 (1974, p. 214-5), PP Es 2 (Necrópolis de Capodaglio)

.e.go vhu.k.s.siia.i.

NOM.,SG. DAT.,SG.

vo.l.tiio.m.mni

na.i.

DAT.,SG.

“Eu (sou) para Fuksia Voltioma”¹⁰

4 Língua indo-europeia: messápico

Língua com registro durante os séculos VI ao I a.C., com cerca de 600 inscrições curtas de Apuliae Salento. É possível classificá-la como indo-europeia, mas não se enquadra em nenhum subgrupo itálico.

O messápico era escrito em duas variantes de alfabeto baseado no grego (emprestado da colônia dórica de Tarento): o messápico e o apúlio.

- Inscrição de Vaste 1-2 (Haas, 1962, p. 91)

klohi zis θotori Amartapido Vasteibas ta

IMP.,2SG. VOC. ? ABL.,SG. NOM.,SG.

‘Ouve, ó Zeus, esse baustaniano de Amartapido,

veina vv aran in daranθoa Vasti staboos

NOM.,SG. ACS.,SG. PREP. ABL.,SG. GEN.,SG. IMPF.,3SG.

“a lei dos baustanianos estabeleceu no senado esse assunto”¹¹

¹⁰ Para mais sobre o venético, ver Lejeune, 1974.

¹¹ Para mais sobre o messápico, ver Haas, 1962.

5 Línguas não indo-europeias: ramo tirsênico

5.1 Etrusco

Possui vestígios durante os séculos VII - I a.C., com cerca de 12 mil inscrições. Não há resquício de literatura, ainda que as fontes indiretas de autores gregos e romanos acusem a existência de literatura etrusca. Apresenta vocabulário pequeno e especializado, com cerca de 700 itens lexicais diferentes. Possui também características linguísticas peculiares, como por exemplo: processos morfológicos aglutinativos; alguns casos são formados a partir do caso pertinutivo; não há consoantes oclusivas sonoras; entre outros. Essas características peculiares, tão diferente das demais línguas itálicas, é que servem como evidência para classificar o etrusco como língua não indo-europeia.

Liber Linteus Zagrebiensis é o único texto etrusco que sobreviveu sem ser uma inscrição. Trata-se de um calendário com datas de festivais religiosos datado do século II a.C. Esse texto foi encontrado no Egito, no verso de uma bandagem que estava sendo utilizada para envolver uma múmia (Weiss, 2016, p. 11).

- Incrição de Volsinii: ETP 214 - 600-500 a.C. (Wallace, 2008, p. 137)

mi aveles metienas

NOM., 1SG 2GEN. SG., 1GEN., SG.

“Eu sou (a tumba) de Avele Metiena”¹²

5.2 Rético

Segundo Rix (1998, 2008), é possível identificar mais duas línguas da mesma família que o etrusco: o lêmnio (localizado no nordeste do mar Egeu) e o rético. Conseguir identificar línguas parentes, isto é, línguas que possuem um ancestral em comum e inovações semelhantes, é essencial para a compreensão e análise de línguas pouco conhecidas. No entanto, o rético e o lêmnio possuem ainda menos vestígios do que o etrusco, o que dificulta o entendimento de todo o ramo tirsênico. Há cerca de 100 inscrições réticas, mas todas são muito curtas e muitas vezes ininteligíveis.

¹² Para mais sobre o etrusco, ver Rix, 2004 e Wallace, 2008.

- MA-9 (Schumacher, 1992, p. 163)

pitale lemais zinake

NOM.,SG. GEN.,SG. PASSADO,3SG.

“Pitale de Lemai me consagrou” ou “Pitale, [filho de] Lemai, me consagrou” (?)¹³

6 Língua não indo-europeia: *piceno setentrional*

Língua com quatro inscrições, que datam dos séculos VII a VI a.C. Muito pouco se conhece sobre o piceno setentrional, pois há escassas evidências e se trata de uma língua não indo-europeia, o que causa mais dificuldade na sua compreensão.¹⁴

- Stele di Novilara 1-2 (di Carlo, 2005-6, p. 6):

mimniś . erút . gaareštades

rotnem . úvlin . parten úś¹⁵

Conclusão

Este artigo possui caráter didático e tem como objetivo apresentar um panorama das principais línguas da Itália Antiga, para que sirva de ponto de partida para pesquisas mais aprofundadas. Ainda que a discussão linguística de línguas italianas antigas (além do latim) seja incipiente no Brasil,¹⁶ essas línguas estão em alta na pesquisa indo-europeia internacional, com novos artigos e livros sendo publicados e novas inscrições sendo encontradas a todo momento. Do ponto de vista histórico, entender um pouco sobre a diversidade linguística também pode auxiliar na compreensão da pluralidade cultural da região.

¹³ Para mais sobre o rético, ver Schumacher, 1992 e Rix, 1998.

¹⁴ Para mais sobre o piceno setentrional, ver Agostiniani, 2003 e di Carlo, 2005-6.

¹⁵ Tradução desconhecida.

¹⁶ Exemplos de produção recente sobre o assunto no Brasil como Drigo, 2016 são escassos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Primárias

Crawford, M. H. et al. (ed.) *Imagines Italicae: A Corpus of Italic Inscriptions*. London: Institute of Classical Studies, University of London, 2011, vols. I-III.

Devoto, Iacobo. *Tabulae Iguvinae*. Roma: Typis Publicae Officinae Polygraphicae, 1937.

Marinetti, Anna. *Le Iscrizioni Sudpicene: I Testi*. Firenze: Leo S. Olschki Editore, 1985.

Poultney, James. *The Bronze Tables of Iguvium*. Baltimore: American Philological Association, 1959.

Rix, Helmut. *Sabellische Texte: die Texte des Oskischen, Umbrischen und Südpikenischen*. Heidelberg: Universitätsverlag C. Winter, 2002.

Schumacher, Stefan. *Die rätischen Inschriften: Geschichte und heutiger Stand der Forschung*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft der Universität Innsbruck, 1992.

Bibliografia Crítica

Agostiniani, Luciano. Le iscrizioni di Novilara. In: *I Piceni e l'Italia Medio-Adriatica. Atti del XXII Convegno di Studi Etruschi ed Italici*. Ascoli Piceno, Teramo, Ancona, 9-13 aprile 2000. Pisa & Roma: Istituti Editoriali e Poligrafici Internazionali, 2003, p. 115-125.

Bakkum, Gabriel. *The Latin Dialect of the Ager Faliscus*. Amsterdam: University of Amsterdam, 2009, vols. I e II.

Baldi, Philip. *The Foundations of Latin*. Berlin: De Gruyter, 2002.

Buck, Carl. *A Grammar of Oscan and Umbrian*. Boston: Athenaeum Press, 1904.

de Vaan, Michiel. *Etymological Dictionary of Latin and the other Italic Languages*. Leiden & Boston: Brill, 2008.

di Carlo, Pierpaolo. *L'Enigma Nord-piceno: Saggio Sulla Lingua Delle Stele Di Novilara E Sul Loro Contesto Cultural*. Quaderni del dipartimento di linguistica, studi 7. Firenze: Università degli studi di Firenze, 2005-6.

Drigo, Jasmim. *Síncope Vocálica na Itália Antiga*. Dissertação de Mestrado, Letras Clássicas, DLCV/FFLCH, Universidade de São Paulo, 2016.

Haas, Otto. *Messapische Studien*. Heidelberg: Winter, 1962.

Joseph, Brian; Wallace, Rex. Is Faliscan a local Latin Patois? *Diachronica*, 8, 2, 1991, p. 159-186.

Lejeune, Michel. *Manuel de la Langue Vénète*. Heidelberg: Winter, 1974.

Leumann, Manu. *Lateinische Laut- und Formenlehre 1933*. Munique: Beck, 1933.

McDonald, Katherine. *Oscan in Southern Sicily: Evaluating Language Contact in a Fragmentary Corpus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Meiser, Gerhard. *Lautgeschichte der umbrischen Sprache*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft der Universität Innsbruck, 1986.

_____. *Historische Laut- und Formenlehre der lateinischen Sprache*. Darmstadt: Wissenverbindet, 1998.

Rix, Helmut. *Rätisch und Etruskisch*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft der Universität Innsbruck, 1998.

_____. Etruscan. In: Woodard, R. (ed.) *The Ancient Languages of the World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 141-164.

Vine, Brent. *A Note on the Duenos Inscription*. Los Angeles, 1999. Republicado em Ivanov, E.; vine, B. (eds). *UCLA Indo-European Studies* 1, 2012.

Wallace, Rex. *Zikh Rasna: A Manual of the Etruscan Language and Inscriptions*. Nova York: Beech Stave Press, 2008.

Weiss, Michael. *Outline of the Historical and Comparative Grammar of Latin*. New York/Ann Arbor: Beech Stave Press, 2009.

_____. *Language and Ritual in Sabellic Italy*. Leiden/Boston: Brill, 2010.

_____. *Etruscan*. Handout to Leiden Summer School of Linguistics 2016. Leiden, 2016.

Zair, Nicholas. *Oscan in the Greek Alphabet*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

Apêndice: Siglas e Abreviações

ABL.	ablativo
ACS.	acusativo
C	consoante
DAT.	dativo
GEN.	genitivo
IMPF.	verbo no imperfeito
IMP.	verbo no imperativo
LA	latim arcaico
LC	latim clássico
LMA	latim muito arcaico
LOC.	locativo
NOM.	nominativo
PART.	partícula
PIE	Proto-Indo-Europeu
PL	plural

PRES.	verbo no presente do indicativo
SG.	singular
SUBJ.	verbo no subjuntivo
V	vogal
VOC.	vocativo

BOOK REVIEW

**NAGEL, SVENJA; QUACK, JOACHIM FRIEDRICH;
WITSCHER, CHRISTIAN (EDS) *ENTANGLED WORLDS:
RELIGIOUS CONFLUENCES BETWEEN EAST AND WEST IN
THE ROMAN EMPIRE. THE CULTS OF ISIS, MITHRAS, AND
JUPITER DOLICHENUS*. TÜBINGEN: MOHR SIEBECK, 2017
(ORIENTALISCHE RELIGIONEN IN DER ANTIKE 22). PP. X,
470, LXXXV, VII. ISBN 978-3-16-154730-0.**

Giuseppe Santangelo¹

This volume is the collection of a series of contributions to a conference held at the *Internationales Wissenschaftsforum Heidelberg* in 2009, which involved a great number of scholars from different fields, such as archaeologists, philologists and historians. The most relevant feature of this work is to have finally managed to deal with the topic of the so-called “oriental cults” from different perspectives through a multidisciplinary approach.²

The editors have arranged the essays into five sections plus a short introduction at the beginning, in which Joachim Friedrich Quack and Christian Witschel explain the methodology and the purposes of the whole work.

The first section, “The Concept of ‘Oriental Cults’ in Recent Debates”, includes two contributions with contrasting ideas, which represent the two main trends of the current research on this theme. In “The ‘Romanization’ of ‘Oriental Cults’”, Jaime Alvar tries to build a new theory about the “oriental religions” on

¹ Graduate student in Classical Archaeology at the University of Pisa.

² “Oriental cults” is an old historiographical category, highly criticised in the second half of the 20th century and hardly examined by scholars through the system of teamwork, which is typical of the current research. Authors who aim at writing a general work about this topic run the risk of relying on a vast secondary bibliography about specific aspects of the cults, as proven by Alvar, Jaime. *Romanising Oriental Gods. Myth, Salvation and Ethics in the Cults of Cybele, Isis and Mithras*. Translated by Richard Gordon. Leiden: Brill, 2008 (Religions in the Graeco-Roman World 165). The majority of scholars, on the contrary, chooses to examine each cult in a separate monograph, creating works that in some cases became crucial to the research on the topic, such as Merkelbach, Reinhold. *Mithras*. Königstein: Anton Hain Verlag, 1984; and Roller, Lynn E. *In Search of God the Mother. The Cult of Anatolian Cybele*. Berkeley: University of California Press, 1999. This kind of book, however, is usually written by a single author, who can hardly master all types of sources with the same degree of expertise, due to his/her specialisation in a certain field. For this reason, I believe that a collective work, which takes advantage of the scholars’ specialised knowledge and lets the reader draw more general conclusions about the topic, can be a good compromise between the two aforementioned alternatives.

the ruins of Franz Cumont's thought. Nevertheless, by using the concepts of "universalization" and "differentiation", the Spanish scholar acknowledges the results achieved by those exponents of the ongoing debate who are mainly critical of Cumont's theses. However, despite the great balance between old and new ideas, Alvar's work seems to be bound to outdated theoretical models, such as the supposed great appeal of the "oriental cults" on women and slaves.³ On the other hand, Julietta Steinhauer ("Osiris *mystes* und Isis *orgia* – Gab es ‚Mysterien‘ der ägyptischen Gottheiten?") tries to demonstrate that Romans did not conceive the cult of Isis and of other Egyptian deities as a mystery-cult. Therefore, by means of the examination of epigraphic and archaeological sources together with the *Metamorphoses* of Apuleius, she gathers new evidence to undermine Cumont's theory of "mystery" as the real common feature of "oriental cults".⁴

The second section of the volume is entitled "Origins and Diffusion of 'Oriental Cults' within the Imperium Romanum: The Case of Jupiter Dolichenus". It is introduced by Engelbert Winters' "The Cult of Jupiter Dolichenus and its Origins. The Sanctuary at Dülük Baba Tepesi near Doliche", an excellent summary of the main historical phases of the long life of the sanctuary dedicated to this god in his supposed homeland. In "The Cult of Jupiter Dolichenus in the East", Michael Blömer re-examines new and old sources regarding the cult of Jupiter Dolichenus in the Near East. The scholar makes a clear distinction between his worship in Asia Minor, where the god was perceived as a local deity linked to Doliche, and the western territories under Roman rule, where his cult lost its local character to become a religion of the empire. However, the most interesting approach to the topic is that of Mihály Loránd Dészpa ("Jupiter Optimus Maximus Dolichenus and the Re-Imagination of the Empire: Religious Dynamics, Social Integration, and Imperial Narratives"), who pays particular attention to the role of Jupiter Optimus Maximus Dolichenus as a means of social integration in the multicultural society of the Roman Empire. Special emphasis is given to the construction of a "social identity" by means of oriental languages and certain denominations of the god used on some inscriptions. Nevertheless, Dészpa stresses the close relationship between this cult and the imperial

³ This approach was criticised more than two decades ago in Takács, Sarolta A. *Isis and Sarapis in the Roman World*. Leiden: Brill, 1995 (Religions in the Graeco-Roman World 124), pp. 5-7.

⁴ She is very critical of those scholars, like Alvar, who still conceive "mystery-religions" as an all-encompassing category.

authority. The great value of this text lies in presenting many case studies without overlooking the formulation of a more general synthesis from the examined sources.

The four contributions of the third section (“Expanding from Egypt into Globality: The Case of Isis and Osiris”) share a common theme: the relationship between universal and local in Egyptian cults. Ian Moyer’s “The Hymns of Isidorus at Medinet Madi: Global Currents in a Local Context” introduces this topic through the examination of the four hymns engraved by the poet Isidorus on the columns of the temple of Hermouthis and Isis at Medinet Madi, in which Isis was worshipped in both her local and universal form. In “One for All and All for One? Isis as *una quae es(t) omnia* in the Egyptian Temples of the Graeco-Roman Period”, Svenja Nagel, through a detailed review of a great number of papyri and inscriptions, aims at explaining how Isis could be considered as *una* and *panthea* at the same time by Roman worshippers. The study of an unpublished demotic papyrus from the Austrian National Library (“New Light on the Universality of Isis, pVienna D. 6297+6329+10101”) enables Martin Andreas Stadler to describe the intricate interrelations between the Isis-hymns of Greek and Egyptian tradition. Stadler also mentions a problem that is unluckily deeply rooted in the studies about the Hellenistic and Roman Isis: the exclusion of demotic sources. They are thus examined in detail, although with reference to the myth of Osiris, in J. F. Quack’s contribution (“Resting in Pieces and Integrating the Oikoumene. On the Mental Expansion of the Religious Landscape by Means of the Body Parts of Osiris”), which demonstrates that the god’s scattered limbs were the only unifying religious elements of the Egyptian nomes.

Three essays are gathered under the title of the fourth section, “The Visual Conceptualization of ‘Oriental Gods’”. In an illuminating contribution entitled “Egypt as Part of the Roman *koine*: Mnemohistory and the Iseum Campense in Rome”, Miguel John Versluys explains how Romans not only perceived, but also constructed the Egyptian otherness, partly re-elaborating this foreign culture for their own purposes. Darius Frackowiak (“Mithräische Bilderwelten. Eine Untersuchung zu ausgewählten ikonographischen Elementen im römischen Mithraskult”) then examines a great number of Mithraic reliefs and sculptures, all linked to the central episode of tauroctony and to other events and

secondary characters of the god's myth. Despite the lack of sources for the identification of the real origin of Mithraism among Romans, the author stresses that its strength was its flexibility, which made it suitable for various categories of worshippers. The same quality is attributed to the cult of Jupiter Dolichenus by Ralf Krumeich ("Zwischen Orient und Okzident. Bilder des Jupiter Dolichenus und der Juno Regina aus dem Osten und Westen des Römischen Reiches"), who analyses the variable iconography of the god and of his consort in both the Eastern and Western provinces.

The fifth and final section of the volume contains four contributions focused on "Changing Forms of Sacred Space, Sanctuaries and Rituals". Kathrin Kleibl ("An Audience in Search of a Theatre – The Staging of the Divine in the Sanctuaries of Graeco-Egyptian Gods") interestingly compares the sanctuaries dedicated to the Egyptian gods to the Roman theatres. Isiac rituals, in fact, had many theatrical features, while the hierarchical distinction among worshippers alludes to that of the audience of a theatre. This, however, did not exclude the possibility of a spiritual transformation, which was the core of the cult and had nothing to do with the Roman conception of drama. Florence Saragoza's "Exploring Walls: On Sacred Space in the Pompeian *Iseum*" analyses the individual parts of the *Iseum* of Pompeii, giving an overall interpretation of the sanctuary. In the well-structured contribution "*Templa et spelaea Mithrae*. Unity and Diversity in the Topography, Architecture and Design of Sanctuaries in the Cult of Mithras", Andreas Hensen tries to find out the elements that could identify a Mithraeum with a high degree of probability. Therefore, he carries out a detailed examination of the archaeological finds and the architectural structures of the existing Mithraea, in order to determine some recurrent features of the Mithraic sanctuaries. Finally, Richard Gordon ("From East to West: Staging Religious Experience in the Mithraic Temple") explains the symbolic meaning of the space of Mithraea, separating a spatio-temporal and a ritual-dynamic level, respectively called "condensation" and "narrativity". Gordon asserts that only rethinking former perspectives and creating new interpretative categories, "the central question of the communication of meaning in the cult of Mithras is now firmly on the agenda".

The concept of "oriental cults" is nowadays an outdated paradigm, but it still gains support from some scholars. In contrast to this situation, the cults of

Isis, Mithras and Jupiter Dolichenus are treated in this volume as entities that have nothing (or little) to do with each other. The major quality of the contributions is the detailed examination of every kind of source, which, however, does not exclude general considerations about the topics. The multi-disciplinary approach is thus very useful, enabling scholars to have a broader understanding of the religious and social dynamics of these cults, as well as allowing a re-examination of old questions in the light of this new methodology.